

PÓLIS

ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS

48

Você quer um bom conselho? Conselhos Municipais de Cultura e Cidadania Cultural

HAMILTON FARIA
ALTAIR JOSÉ MOREIRA
FERNANDA VERSOLATO
organização

Você quer um bom conselho?

**Conselhos Municipais de Cultura
e Cidadania Cultural**

Essa publicação é uma realização do
Laboratório de Desenvolvimento Cultural do Fórum Intermunicipal de Cultura-FIC e
do Instituto Pólis



Com o apoio de
EZE-Evangelize Zentralstelle für Entwicklungshilfe E.V. e Ford Foundation

Publicações Pólis
ISSN - 0104-2335

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO INSTITUTO PÓLIS

FARIA, Hamilton, (Org.); MOREIRA, Altair; (Org.); VERSOLATO, Fernanda, (Org.)
Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural.
São Paulo: Instituto Pólis, 2005. 128p. (Publicações Pólis, 48)

1. Políticas Sociais. 2. Política Cultural. 3. Participação Cidadã. 4. Conselhos
Gestores de Políticas Públicas. 5. Conselho de Cultura. 6. Gestão Participativa.
7. Cidadania Cultural. I. Título. II. Fórum Intermunicipal de Cultura. III. Série.

Fonte: Vocabulário Instituto Pólis/CDI

Pólis 48

Organização Hamilton Faria, Altair José Moreira e Fernanda Versolato

Edição do seminário Gabriela Lotta

Entrevista Bianca Santos

Coordenação editorial Paula Freire Santoro e Iara Rolnik

Conselho editorial Ana Luiza Salles Souto, Bianca Santos, Iara Rolnik, Paula
Freire Santoro e Veronica Paulics

Assistente editorial Miranda Zoppi

Revisão de texto Maysa Monção

Editoração Sílvia Amstalden Franco

Gravura Fernando Vilela

Impressão Maxprint Editora e Gráfica Ltda.

Sumário

Apresentação	05
Cultura e governança: um olhar transversal de futuro para o município Altair José Moreira e Hamilton Faria	09
Formação dos conselhos no Brasil Ana Claudia Teixeira	19
Seminário “Diálogos com experiências de conselhos municipais de Cultura”	27
Participação política e conselhos de cultura: uma proposta Bernardo Novais da Mata-Machado	66
Conselho de Cultura de Campinas: de olho na gestão dos recursos Entrevista com Francisco Ferron	75
Participação popular e o Conselho Municipal de Cultura: o caso de Porto Alegre/RS Margarete Moraes	87
Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre/RS: diálogos com a cidade Ricardo Lima	91
Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (São José dos Campos/SP): inovação, ousadia e complexidade Priscila Vidal	95
A Diversidade cultural na refundação do local Altair José Moreira	103
Conselhos municipais de cultura e cultura participativa: reavaliar caminhos e buscar horizontes Hamilton Faria	114

Apresentação

Desde 1995 o Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) e o Instituto Pólis têm realizado, muitas vezes em parceria com outras organizações, encontros de cultura nos quais têm destacado a questão participativa e, mais recentemente, estimulado a criação e o fortalecimento dos conselhos municipais de cultura. Milhares de pessoas participaram destes encontros em São Paulo, no interior paulista e pelo país afora. Estimulamos tanto a reflexão como a reativação e criação de conselhos e a realização de conferências de cultura em momentos que ninguém ainda falava sobre isso. Contribuímos para a criação ou organização dos conselhos em São Paulo, Rio Claro, Ribeirão Preto, Campinas, Piracicaba e para conferências de cultura e fóruns municipais de Norte a Sul do país.

Há cerca de três anos tem havido certa efervescência no campo da construção de conselhos municipais de cultura, com as experiências de Porto Alegre, São Paulo, Piracicaba, Belém, Campinas, entre outras. São lugares importantes para constituir debates e formulações de políticas públicas de cultura.

Em 2001 o Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) realizou o seminário "Conselhos Municipais de Cultura e Cidadania Cultural" com apresentação de experiências de vários municípios, entre eles, Ribeirão Preto, Ribeirão Pires, Santo André, São José dos Campos. Em 2002 o FIC realizou o seminário "Você quer um bom conselho?", em que se refletiu sobre as experiências de Porto Alegre e São Paulo e foram identificadas muitas questões que deveriam ser melhor estudadas na construção de conselhos. Mas sentimos necessidade de nos debruçar mais profundamente sobre uma avaliação do percurso dos conselhos municipais de cultura trazendo algumas das experiências mais significativas que poderiam contribuir com idéias e propostas para que se pudesse avançar nessa forma de organização da sociedade civil. Realizamos, então, uma reflexão coletiva com a presença de pessoas que haviam participado ativamente de experiências de construção de conselhos: Bernardo da Mata-Machado (Belo Horizonte/MG), Altair José Moreira (Santo André/SP), Francisco Ferron (Campinas/SP), Heitor Gaudenci Júnior (Piracicaba/SP), Margarete Moraes (Porto Alegre/RS), Hamilton Faria (São Paulo/SP) Gustavo Freiberg (São Paulo/SP) e Ana Claudia Teixeira (Fórum Nacional de Participação Popular). Anteriormente já havíamos solicitado

alguns textos individuais que traziam contribuições para um pensar sobre os conselhos, seus desafios e limites, o lugar na cidade e suas contribuições para a formulação de políticas públicas e a construção da cidadania cultural.

Consideramos que este trabalho de reflexão é extremamente oportuno porque já há indícios de um certo "cansaço" participativo, perda de dinamismo em alguns lugares, talvez associado a mudanças de gestões mais participativas para pouco ou quase nada participativas. Há, parece, um certo esgotamento dos modelos postos em prática, pois as representações formais já não contemplam mais os novos processos culturais tendo em vista a presença de outras dinâmicas culturais nos bairros, a necessidade de descentralização e enraizamento e o próprio crescimento das cidades.

De outro lado, observamos em nossas pesquisas que há urgente necessidade de se apropriar dos ensinamentos desse processo para perceber novas possibilidades e caminhos. Precisamos, assim, fazer perguntas fundamentais sobre a contribuição efetiva dessas formas de organização, mais especificamente dos conselhos municipais de cultura, para o desenvolvimento da cultura participativa e para a qualidade da democracia e da cidadania cultural.

Nesta publicação indagamos sobre algumas questões vitais para a saúde dos conselhos: o conselho deve partilhar o fazer cultural e os processos de decisão cultural na cidade? Eles se constituem com poder deliberativo próprio ou são meras extensões ou expressões da política cultural em vigência? Qual o seu papel real: formular, fiscalizar, executar? Deve decidir sobre conteúdo e valores dos orçamentos para a cultura? Deve ter estrutura própria: local de reuniões, orçamento, presidente que não o secretário? Deve agir descentralizadamente? Deve incorporar dinâmicas informais: grupos, movimentos, fóruns e outras áreas além das artes como humanidades, cultura da paz, etc.? Qual a sua inserção na cultura participativa e na cidade? Essas e outras perguntas ousamos responder ao longo desta publicação.

Uma palavra final: este trabalho de pesquisa é realização do *Laboratório de Desenvolvimento Cultural* do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC), espaço de elaboração de políticas públicas, pesquisa e intervenção na cidade de São Paulo e no Brasil.

Agradecemos aos autores dos textos e aos participantes dos debates que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a realização desta publicação: Altair José Moreira, Ana Claudia Teixeira, Bernardo Novais da Mata-Machado, César Vieira, Diego Franco, Eduardo Freire, Fábio Lyra, Fernanda Versolato, Francisco Ferron, Gustavo Freiberg, Hamilton Faria, Heitor Gaudenci Júnior, João Duarte, João Pimentel, Joãozinho Ribeiro, José Gomes Sobrinho (*in memoriam*), Luis Eduardo Mendes, Manoel Guilherme, Margarete Moraes, Maria do Carmo Albuquerque, Maria do Rosário Ramalho, Marta Arruda, Marta Betânia Juliano, Nabil Bonduki, Paulo Cannabrava, Pedro Benjamim Garcia, Priscila Vidal, Ricardo Lima, Roberto Lima, Sebastião Pimentel Franco, Sebastião Soares, Sirlene Zamboni, Maria Antonina Silveira, Sonia Oliveira, Thais Ruiz, Vera Salles e Zeila Trevisan.

Agradecemos a Ana Claudia Teixeira pela contribuição ao debate.

Agradecemos a toda a equipe de edição do Instituto Pólis, Paula Santoro, Iara Rolnik e Miranda Zoppi e a Ruth Simão Paulino e Tania Masseli do Centro de Documentação e Informação (CDI).

Agradecemos especialmente a Bianca Santos e a Gabriela Lotta pela dedicação à edição de parte desta publicação, e a Gândia Silva pela generosa contribuição para as reflexões da equipe de cultura do Instituto Pólis

Finalmente, desejamos que esta publicação possa contribuir para uma maior democratização da democracia no país e sua qualidade de vida cultural, por meio deste repensar do percurso participativo na cultura e de propostas que certamente serão geradas no debate público.

Laboratório de Desenvolvimento Cultural do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC).

Cultura e governança: um olhar transversal de futuro para o município

Altair José Moreira

Diretor de Cultura do Município de Santo André/SP (1997-1998), Secretário Municipal de Cultura de Santo André/SP (1998/2000), integrante do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) e assessor da área de Cultura do Instituto Pólis.

Hamilton Faria

Poeta, coordenador da Área de Desenvolvimento Cultural do Instituto Pólis, Secretário Executivo do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) e membro do conselho Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (2003-2005).

As relações de governança e cultura não têm sido objeto de debate nos últimos anos – exceção feita a algumas experiências de gestões culturais democráticas que são estudadas por instituições de pesquisa e intervenção –; no entanto, cresce a compreensão da importância da cultura nas grandes cidades e também nas regiões de florestas. O governo do Estado do Acre, por exemplo, estimula projetos culturais a partir da idéia da Florestania, ou seja, a cidadania da floresta. O Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) trabalha há quase dez anos a cultura como qualidade de vida e desenvolvimento humano e, mais recentemente, com a importância da arte e da cultura para o reencantamento do mundo. Não é mais possível pensar na mudança social de qualquer país, localidade ou mesmo do planeta sem considerarmos as realidades culturais. O debate sobre reforma urbana, direito à cidade e à sustentabilidade já começa a abrir os olhos para as expressões e manifestações culturais do território.

Partimos de noções que ampliam os horizontes da cultura para além das artes: valores, raízes, práticas cotidianas, obras de arte, do pensar, da imaginação e humanidades. Se a governança não for norteada por essa premissa, estaremos operando apenas com fatias da realidade, sem qualquer transversalidade. A cultura entendida apenas como atividade artística não dá conta da complexa realidade, do local ao global.

Vemos, na maioria dos governos locais que prezam a governança no campo cultural, a equação "cultura é igual arte". Assim, questões como os patrimônios materiais e imateriais, valores de direitos e da paz, as humanidades, a cultura

política, a cultura alimentar e a cultura ecológica situam-se fora do arcabouço de políticas e da governança do território.

Assinalemos duas questões:

1ª A cultura é central para as práticas e reflexões da governança desde que consideremos que estamos construindo paradigmas para uma nova cultura, inclusive a do governar, que não pode desconhecer que qualquer projeto de uma outra cidade deve constituir-se a partir dos vários rostos e cores e da herança da localidade, suas manifestações, vivências, celebrações, contribuições culturais de todos os matizes. Uma localidade que não valoriza a sua cultura cai na fácil armadilha de que a economia é prioritária e implementa um projeto de cidade de uma modernidade tosca, árida, acrítica, expressão do desenvolvimento material de cidades do primeiro mundo ou das metrópoles globais, que não se desenha a partir dos impulsos civilizatórios das realidades locais.

2ª A cultura é um cenário em que estão presentes atores, vidas significativas, escolhas e raízes, sonhos e história, memória e patrimônios. Não se trata apenas de um lugar adequado para que a arte se realize. A governança deve entender a centralidade da cultura em todos os processos vitais: da moradia à segurança alimentar, da educação aos processos participativos, do transporte aos valores da convivência pacífica.

Portanto, especificaremos alguns caminhos para pensarmos uma governança no campo cultural que trabalhe com a transversalidade.

A governança democrática da cultura é central para os governos locais e para todas as instâncias de gestão do território

A cultura tem sido tratada secundariamente pelos governos. Os orçamentos públicos são reveladores: o do Ministério da Cultura é de 0,6% da União, o do governo do Estado de São Paulo situa-se em torno de 0,4% e o da maioria dos municípios brasileiros que têm essa rubrica não ultrapassa os 2%. O da cidade de São Paulo gira em torno dos 1,5% do orçamento da cidade, com possibilidade de reduzir-se para 1,2% em 2005.

As políticas de cultura compõem muito pouco a fisionomia das políticas governamentais. Muitas vezes, a cultura tem finalidade eleitoreira – visa a atender a clientelas interessadas em solidarizar-se com os seus “currais”. Esse cenário tem mudado muito nas grandes cidades, mas ainda sem uma maior compreensão do papel da cultura na cidade. Os gestores de governos e da sociedade, os atores públicos e privados deveriam ter projetos culturais e conectar-se com a visão cultural da cidade, bem como munir-se de indicadores culturais para o seu desempenho público.

Santo André/SP, na gestão Celso Daniel, foi exemplo de como um projeto de cidade (“Santo André, Cidade do Futuro”) orienta culturalmente os seus atores,

compreendendo o desenvolvimento da cultura para o desenvolvimento local. Porto Alegre/RS também entendeu, desde os anos 90, a cultura como central para o desenvolvimento integral de seus cidadãos.

Cada esfera de governo deve compreender a importância da cultura para a cidadania – a cultura ambiental, a cultura no trânsito, os valores culturais na saúde, a cultura alimentar, os processos de criação, difusão e consumo das artes, os valores éticos. Os agentes de saúde estão se capacitando para a cultura da paz; no trânsito crescem movimentos pela paz; as políticas de segurança alimentar cada vez mais valorizam a herança cultural dos alimentos da comunidade; nos movimentos sociais, particularmente entre os jovens, crescem as manifestações pelos direitos culturais e a valorização da expressão cultural da localidade. Os municípios se culturalizam rapidamente, mas ainda poucos governos e gestores sociais estimulam uma governança sensível aos processos culturais.

A cidadania cultural e o desenvolvimento humano são novos paradigmas para uma governança democrática

Desde o final da década de 90, a cidadania cultural tem povoado as formulações das políticas públicas de cultura. Estabelecidos os parâmetros iniciais por Marilena Chauí (gestão Luiza Erundina 1989-1992), impulsionados e desenvolvidos por algumas gestões culturais, pelo Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC), por ONGs e outras instituições, fóruns e movimentos (Barracões Culturais da Cidadania-Itapicirica da Serra, Corredor Cultural de Rio Claro, SESC São Paulo, SESC Campinas, SESC Rio de Janeiro, Fórum de Cultura de São Luís, Coletivo do ABC, Gestão de Cultura de Belém e, recentemente, o Ministério da Cultura), a cidadania cultural tem sido compreendida como um conjunto de direitos – direito de pertencer, criar, produzir, participar, escolher identidades, participar dos processos culturais, direito à paz e à vida. Entender que a luta pela cidadania cultural é essencial na luta pelo direito a cidades justas, democráticas e sustentáveis é compreender a contribuição da cultura para os novos paradigmas urbanos.

Além disso, a cultura é capaz de problematizar a qualidade do desenvolvimento, os processos subjetivos não reconhecidos quando se aferem resultados do desenvolvimento e da qualidade de vida, enfim, o processo de humanização da sociedade.

Se compreendermos que o desenvolvimento material somente terá sentido se combinado com o desenvolvimento humano, considerando não apenas a luta pela conquista e a realização dos direitos básicos e das políticas sociais, mas também a realização da cultura, suas vivências, celebrações, mitos, poéticas e todo o enriquecimento do imaginário, teremos dado um passo decisivo para uma visão de município mais humano.

A inclusão social não se realizará sem a inclusão cultural

Qual o significado da inclusão cultural? Incluir onde? Na sociedade consumista e individualista de mercado ou numa sociedade pautada por uma ética da vida em que as contribuições da diversidade compõem a paisagem de uma sociedade multicultural? Entendemos que o papel da governança é estimular a realização da cultura por todos os segmentos e atores para que possam desenhar a partir da sua inserção intercultural um projeto de cidade. Os governos têm, no campo da cultura, conversado com os mesmos atores das elites culturais locais; alguns estimulam novos espaços e ações culturais, mas sem capilaridade massiva e permanente nos bairros mais distantes. As formas de representação ainda aglutinam em sua maior parte as linguagens artísticas, as corporações, os notáveis, os militantes, mas não contam com a participação ativa dos que vivem a exclusão social e cultural.

Como considerar realizada a inclusão social se os valores, comportamentos, modos de vida, imaginários, raízes, práticas e heranças culturais, manifestações, fabulações e celebrações da maioria da população são desconhecidos das gestões?

Em recentes conferências municipais de cultura (São Paulo, Piracicaba) e fóruns locais e nacionais de cultura e nos encontros preparatórios do Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado em Brasília em Fevereiro de 2005, foi proposta a realização de mapeamentos culturais para identificar manifestações e dinâmicas culturais nas cidades.

Consideramos que uma governança democrática deva articular a inclusão social e cultural e estabelecer metas de desenvolvimento cultural nos planos de governo.

O reconhecimento da diversidade e dos direitos culturais no território deve ser a base da governança local

Uma comunidade e uma cidade são formadas por identidades plurais e, dessa forma, devem-se apresentar ao mundo. Uma governança que não reconhece a pluralidade de seus cidadãos está condenada a governar prioritariamente para a elite cultural, política ou burocrática da localidade. É pela diferença que afirmamos a nossa auto-estima, pertencimento a comunidade e valorizamos a nossa identidade. A questão da identidade é complexa, pois no mundo contemporâneo é cada vez mais móvel, aberta, transcultural e não cristalizada a partir de raízes fechadas. Um dos papéis mais importantes da governança local é reconhecer essa diversidade e torná-la dialógica e intercultural, fazendo circular discursos e ações dos diferentes segmentos e atores, visando ao enriquecimento cultural por meio da afirmação das diferenças. Assim, pode-se chegar a uma cidade humana e sustentável.

A centralidade da cultura é o contraponto às forças de mercado que tudo transformam em mercadoria

O mundo contemporâneo transformou não apenas objetos em mercadorias, mas poéticas, imaginários e emoções; segundo Edgard Morin, mercantilizou a alma. Aqui o papel da governança, contribuindo para democratizar a distribuição de serviços e oportunidades, pode ser um contraponto não apenas à ideologia do neoliberalismo, mas ao processo de mercantilização e privatização da vida. Entre a postura irresponsável do Estado mínimo e aquela superada historicamente do Estado máximo está a do Estado responsável que apóia práticas e desenvolve políticas não valorizadas pela economia de mercado, mas vitais para o desenvolvimento humano da comunidade.

No campo da cultura podemos citar áreas e ações em que o Estado pode atuar: educação para os valores e direitos; formação de agentes culturais comunitários; expressões da cultura popular; manifestações culturais dos jovens dos bairros e processos e instâncias participativas – conselhos, fóruns e conferências.

Criar oportunidades econômicas para a região, estimulando economias solidárias da cultura que permitam o acesso da população aos processos de criação e fruição, por meio de projetos e fundos de cultura, pode ser uma alternativa para fortalecer a parte não mercantilizável da cultura.

Em São Paulo, movimentos culturais e o Legislativo propuseram leis à Secretaria Municipal de Cultura beneficiando o teatro (Lei de Fomento) e jovens dos bairros (VAI – Valorização das Iniciativas Culturais), destinando recursos orçamentários a essas atividades não comerciais.

Finalmente, o aumento do orçamento do Estado para a cultura é fundamental para valorizar as ações da governança. Hoje o orçamento é praticamente consumido pela manutenção de equipamentos e pagamentos de funcionários, restando muito pouco para novos investimentos em ações culturais.

Os processos participativos são condição para uma nova cultura política da governança democrática

Estamos vivendo um momento de reavaliação dos processos participativos nas cidades. Na verdade, a participação cidadã tem se restringido à função de definidora de políticas públicas nos espaços institucionais. A participação nem sempre é bem vista pelos governos, pois pode redefinir planos, dificultar alianças preestabelecidas para a governabilidade, criar “tensões insolúveis” e estabelecer reivindicações não previstas. Muitos governos referem-se aos conselhos mu-

nicipais como local destinado à participação e põem em funcionamento essas instituições apenas para demonstrar a legalidade das ações de políticas públicas ou consultar alguns parceiros importantes para a governança.

Alguns vão mais além: organizam conselhos, estruturam atividades, convocam conferências e estimulam fóruns, mas ainda assim a governança é pouco partilhada. O município pode construir mecanismos de participação favoráveis à criação de uma cultura participativa, desde fóruns e conselhos regionais, até, no caso da cultura, fundos de cultura e conselhos municipais de cultura, compartilhando o fazer cultural.

A gestão cultural e os atores culturais no município devem ser convencidos da importância de construir modos alternativos de gestão. A frequência da sociedade civil na política cultural pode torná-la plural, humanizar relações, mudar as práticas arraigadas do corporativismo, formatar um projeto político-cultural de prosperidade material e espiritual junto com a localidade. O compartilhamento é uma socialização de saberes e quereres, um aprendizado democrático entre os diferentes e o que os une é a igualdade de participação política e de decisão coletiva. Essa participação ainda contribui para o amadurecimento político de todas as partes e para a inversão de prioridades na gestão pública.

A cultura participativa é também importante para a formação cultural de sujeitos ativos, inventivos, capazes de mover a sociedade para alternativas sociopolíticas inovadoras. Ela pode assegurar a continuidade dos projetos significativos para a sociedade, a moralização da coisa pública, a gestão transparente e ética, a formação de comunidades vigilantes dos direitos conquistados, a difusão da criação e a fruição cultural nos espaços públicos. Enfim, pode ser um componente básico para o enraizamento e valorização da criação sociocultural e do pertencimento à localidade.

Dois principais desafios dos conselhos de cultura podem ser apontados: (i) ampliação de suas representações, para torná-las multidisciplinares e irem além das linguagens artísticas tradicionais (teatro, música, artes visuais, literatura e outras); (ii) representação dos diferentes movimentos sociais (homossexuais e GLS, movimentos negros, de mulheres, moradores sem-teto, etc.) e de novas dinâmicas urbanas (hip-hop, grafiteiros, grupos jovens e representantes das culturas de direitos humanos, cultura da paz e humanidades em geral, dos meios de comunicação e outros).

A criação de mecanismos de participação como as conferências de cultura, descentralizados nas diversas regiões dos municípios e com poder de definição dos eixos da política pública, é importante para um processo democrático de governança. Também são importantes para enriquecer o quadro participativo o estímulo à auto-organização cultural da sociedade, à implantação de colegiados e conselhos junto aos serviços, audiências públicas sobre orçamento junto à população, prestação de contas e escutas culturais nos diversos espaços e regiões.

A cultura participativa é muito mais abrangente que o conselho, pode enriquecer o cenário em que o conselho atua e redefinir o papel do conselheiro

na cidade. O conselheiro deve se tornar agente multiplicador de governança democrática, com capacidade técnica para entender os mecanismos burocráticos da gestão pública, definir propostas e ações culturais na cidade e reforçar a autonomia dos movimentos sociais.

É urgente a criação de conselhos gestores nas cidades com o papel de integrar os diversos conselhos e políticas e contribuir para a criação de um projeto global de cidade. Teriam a função básica de garantir a transparência da gestão e a moralidade do uso do dinheiro público e o acompanhamento da implantação dos projetos sociais e culturais definidos como centrais.

Os conselhos, da forma como estão estruturados, ainda guardam características corporativistas, estão relacionados a áreas sem de fato representá-las, sem vínculos com as dinâmicas da sociedade civil, restritos aos grupos que representam e muitas vezes não olham a cidade, mas buscam relações políticas e apoios para realizar eventos ou atividades. Os conselhos precisam contextualizar-se na cidade para que a cultura seja considerada na sua totalidade e não apenas como um segmento da realidade.

Assim, os conselhos devem descentralizar a sua ação no território, buscando a capilarização das políticas públicas e convergindo para uma atuação integrada no espaço da cidade.

A governança democrática e participativa precisa combinar a agilização dos espaços institucionais de representação com o fortalecimento das ações diretas e autônomas e contribuir para a mobilização das convergências, diálogos e sinergias entre os atores individuais e coletivos. Sem isso a governança poderá ser reconhecida e legítima, mas não estará trazendo o compartilhamento, base de um novo paradigma do ato de governar.

A reforma do Estado é imprescindível para uma boa governança

Não bastará um processo participativo ativo se os órgãos de gestão das políticas públicas não forem dinâmicos o suficiente para impulsioná-lo. O Estado precisa de uma mudança completa na sua cultura administrativa e operacional: desde entender uma visão do público até permitir a liberdade de debate e diferença de opiniões no interior da máquina pública, rompendo com a cultura do medo ainda muito presente, inclusive, nas gestões democráticas; desde impulsionar a capilaridade das políticas públicas, que dificilmente chegam aos públicos prioritários, até romper com a excessiva centralização em órgãos e pessoas. Mesmo os conselhos municipais são, muitas vezes, extensão do imobilismo da máquina pública preparada não para políticas públicas democráticas, mas para o clientelismo. Uma máquina despreparada tanto para uma ação do Estado provedor como para uma ação compartilhada com atores, parceiros, mercados, etc.

No campo cultural observa-se o conflito entre o tempo burocrático do Estado e o tempo cultural, que é dinâmico, ágil e criativo. As ações e decisões são morosas, desconhecem necessidades e dinâmicas e sem preparo para tratar com atores não tradicionais e com experiências inovadoras.

A integração entre políticas públicas otimiza a ação cultural no território

As estruturas de poder foram feitas para a ação compartimentada. Some a isso a concorrência dentro dos próprios governos entre gestores e instâncias e temas: saúde, educação, etc. Nos municípios há uma corrida para a legitimação diante dos poderes políticos presentes no território. Quanto maior a afirmação dessa ou daquela área, tem-se como resultado o aumento de verbas, o poder de decisão, aumento de influências, prestígio, etc. No entanto, é urgente a necessidade de considerar a totalidade do público e buscar ações integradas.

Fala-se muito sobre a relação entre cultura e educação, base de uma política pública que incide sobre os valores de cidadania. Essa articulação é rara entre os municípios brasileiros, tanto no campo dos governos como no da sociedade civil.

Culturalizar a escola e educar a cultura para que os valores compartilhados se afirmem é prioridade número um da governança no campo cultural. Ações intersecretariais, equipamentos comuns, como, por exemplo, os Centros de Educação Unificados (CEUs), a presença de outras esferas de governo nos conselhos de cultura e diálogos transdisciplinares podem contribuir para evitar a segmentação da governança cultural democrática.

No entanto, embora as relações entre cultura e educação sejam básicas, a integração do conjunto de políticas públicas deve dar-se para a construção de uma governança apoiada num projeto global de cidade.

O local, o nacional e o global: as três faces da diversidade e da interculturalidade

A abordagem desse tema é necessária, pois sem essa articulação estaremos ainda vivendo um paradigma estático e fechado de governança cultural. Vivemos num mundo de realidades glocais: o local como campo fundamental da vitalidade cultural, das diversidades, mas não podemos nos esquecer de que estamos num planeta com seus desafios vitais para os países e regiões.

Muitos projetos culturais bem-sucedidos têm sabido articular os planos locais/regionais, os nacionais e os de caráter global. Sem essa articulação in-

tercultural dificilmente estaremos ampliando os horizontes da cultura e as suas possibilidades de virem a contribuir para a emergência de novos paradigmas de governança e de novos modos de ser da humanidade.

Conclusão

Entender o cenário cultural como contexto das políticas públicas e da governança democrática é central para que o direito à cidadania seja conquistado por seus habitantes de forma diferenciada de um lugar para o outro.

A criatividade local é o caminho para que a cidade se construa de multiculturalidades e as políticas públicas não sejam mera expressão da universalidade ou extensão de outros paradigmas constitutivos das hegemonias globais ou nacionais. A governança democrática se dará também se os movimentos socioculturais forem capazes de modificar a estrutura da produção cultural, da circulação e do consumo. E isso só será possível se tiver capacidade de humanizar os municípios e estimular o fomento da organização de redes socioculturais no seu território.

A governança democrática sintonizada com políticas públicas de cultura poderá também criar meios para o estímulo à criatividade política, à tecnologia, à indústria, ao comércio, à educação, às artes e ao desenvolvimento social e comunitário.

Assim, a governança deverá encontrar novos caminhos para a gestão da cultura, para a criação cultural e a oferta de bens culturais de consumo coletivo e sua articulação econômica com processos de preservação, recuperação e desenvolvimento dos patrimônios culturais locais e regionais.

A governança terá que ser exercida como um processo permanente de controle da gestão pública com avaliações qualitativas das ações socioculturais no território do município.

A governança compartilhada é a forma adequada para a criação de uma nova política social e cultural, para o estabelecimento da ética na política e para transformar o cidadão em protagonista de uma refundação do município.

A governança democrática com uma concepção cultural deverá ter como desafio estimular a criatividade das culturas locais, a sua circulação, a afirmação da cidadania embebida dos processos culturais locais e não simplesmente de uma pretensa universalidade que encobre a pauperização das raízes, práticas e imaginários da localidade e reforça hegemonias do global sobre o local, do nacional sobre os municípios e de grupos dominantes sobre a pujança da diversidade do território.

Encontrar caminhos para a construção de uma cultura de paz apoiada no reconhecimento da diferença entre os grupos que compõem a localidade, sua arte de convivência e de diálogo intercultural, bem como a criação de redes de solidariedade globais, será um desafio constante da governança democrática.

Possibilitar o surgimento de uma governança capaz de humanizar relações, estimulando o desenvolvimento de potenciais humanos e de convívio, uma nova ética do ato de governar – tão desacreditado hoje – e, por que não, fomentar a crença de que é possível reencantar o mundo também pelo reencantamento da política como instrumento de facilitação da cultura do conviver (viver com, juntos) e da celebração entre as comunidades, caminho inadiável para a criação de um mundo mais humano.

Formação dos conselhos no Brasil*

Ana Claudia Teixeira

Coordenadora do Projeto de Participação Cidadã do Instituto Pólis

Historicamente, encontramos formas de conselhos na Revolução Francesa, na Comuna de Paris e nos Soviets da Revolução Russa. Esses conselhos eram formas de participação mais diretas, mais cotidianas. O que se pode aproveitar dessas experiências históricas é a idéia de que as pessoas participarão da vida cotidiana da gestão pública de um município, de um Estado, do poder público, ou seja, a participação não se deve dar em um único momento, de quatro em quatro anos nas eleições.

No Brasil, a origem dos conselhos está vinculada à luta e organização dos movimentos sociais. E esta origem está associada à idéia dos conselhos populares. O melhor exemplo disso são os conselhos de saúde na Zona Leste de São Paulo, que surgiram como conselhos populares, e mais tarde se tornaram Conselho de Saúde, servindo hoje de modelo para as várias formas de conselhos. No início, os conselhos populares só tinham representantes da população. Depois, foram também chamados representantes do governo.

A outra origem importante dos conselhos são as comissões de fábrica, que se colocaram como uma alternativa ao sindicalismo oficial no final da década de 70. Elas romperam com uma velha cultura, procurando construir um outro jeito de fazer política.

Citei apenas dois formatos de participação – os conselhos populares e as comissões de fábrica –, mas certamente há outras experiências espalhadas pelo Brasil, que foram embrionariamente suscitando a idéia de participação da população de uma forma mais direta, de discussão cotidiana. Todo esse movimento desembocou na Constituição de 1988, que assim determina: "Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição". Com esse dispositivo, a Constituição brasileira abriu o flanco para tornarem-se possíveis as formas de participação mais direta.

Em 1990 na cidade de São Paulo, dois anos depois de criada a Constituição, foi aprovada a Lei Orgânica Municipal, que em seu artigo 5º, parafrazeando a Constituição, diz: "O poder municipal pertence ao povo, que

*Palestra no Seminário "Você quer um bom Conselho?" Realizado em 12 de setembro de 2002 em São Paulo pelo Fórum Intermunicipal de cultura (FIC).

No Brasil, a origem dos conselhos está vinculada à luta e organização dos movimentos sociais. E esta origem está associada à idéia dos conselhos populares

o exerce através de representantes eleitos para o legislativo e executivo ou diretamente segundo o estabelecido nesta Lei". A Lei Orgânica Municipal dirá que o povo exerce este poder por meio do voto, como já estava mencionado neste artigo, mas também de iniciativa popular, de plebiscito, de referendo e dos conselhos. A Lei Orgânica não determina todo o funcionamento dos conselhos e não regulamenta quais os tipos de conselhos existirão, mas prevê a participação deles.

Alguns conselhos, como o de Cultura, já existiam antes da Constituição de 1988, mas passaram por algumas revisões e mudaram seu caráter a partir da década de 90.

Após a Constituição, vários conselhos surgem e destacam-se as diferenças entre eles. Alguns tornaram-se obrigatórios por lei federal, nos vários níveis: federal, estadual e municipal. Isso se deu porque vários deles foram ligados a

Alguns conselhos, como o de Cultura, já existiam antes da Constituição de 1988, mas passaram por algumas revisões e mudaram seu caráter a partir da década de 90

um fundo específico para o funcionamento de determinada política, e a legislação de cada conselho determina que ele ou uma comissão formada por integrantes dele fiscalize o fundo especial. Em vários

casos, fica obrigatória a constituição desses conselhos como, por exemplo, o de Direitos da Criança e do Adolescente, que é obrigatório nos vários níveis da federação. Há ainda o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Ministério (FUNDEF), ou o da Merenda Escolar, que são obrigatórios para que haja repasse de recursos do nível federal para o municipal.

Outros conselhos são criados por lei municipal ou estadual, de acordo com a história específica de uma localidade e algumas vezes a criação de um conselho acontece em virtude da força de reivindicação da população para que ele exista. Outras vezes ela ocorre por vontade de um vereador, que acha que aquilo é importante e acaba fazendo um projeto de lei. Há também conselhos criados por própria iniciativa do Executivo.

Como se vê, as origens desses conselhos são muito diferenciadas, variando em cada localidade

Como se vê, as origens desses conselhos são muito diferenciadas, variando em cada localidade. Essa diferença se dá em relação àqueles que não têm obrigatoriedade de existir a partir de leis federais, como o de Cultura, o de Portadores de Necessidades Especiais, o dos Idosos e outros. Nesses casos, os conselhos são criados de acordo com o município ou Estado em questão.

Outra diferença é que alguns conselhos são gestores de programas específicos, como, por exemplo, o da Merenda Escolar e o do Ensino Fundamental. Há, ainda, os formados para implementar políticas públicas num sentido mais amplo, como o da Saúde, da Educação e da Cultura. Outros ainda são setoriais, ligados a grupos específicos da sociedade, como o Conselho da Mulher; o Conselho do Negro ou o Conselho dos Portadores de Necessidades

Especiais. Esses conselhos são organizados por partes da sociedade e, para serem efetivos, terão que lidar com várias políticas públicas, ou seja, eles não estão ligados a uma política pública específica, mas atravessam, ou deveriam atravessar, todas as políticas públicas, sua atuação é transversal.

Surgem, ainda, conselhos mais gerais que procuram, inclusive, abarcar outros já existentes no município. É comum, por exemplo, surgirem Conselhos de Desenvolvimento Urbano e Rural, que procuram unir vários temas num conselho maior que possa pensar nas diretrizes gerais para a cidade.

Primeiro, a própria composição do conselho.

Em geral há uma grande discussão sobre a paridade na hora de compor um conselho. Geralmente os conselhos não são formados apenas por pessoas organizadas da sociedade civil. Existe um princípio de co-gestão que prevê a participação

tanto do governo como da população. Pode ser uma distribuição de metade/metade, ou um terço/um terço/um terço. Varia muito de conselho para conselho. A exceção a essa característica é o Conselho de Portadores de Necessidades Especiais, cujo caráter é mais consultivo.

A segunda característica importante é a natureza do conselho. Nos decretos e regimentos de criação há conselhos que se propõem a serem deliberativos sobre uma política pública, e aqueles que se propõem a serem consultivos.

Entendo que quando a legislação de um conselho afirma ser deliberativo está dizendo que a política pública daquela área ou daquele tema será decidida dentro do conselho. Quando se fala de uma deliberação, quer dizer que aquele conselho vai ter que, no

mínimo, aprovar as propostas que venham da prefeitura. Se não houver esta aceitação, não será possível que o governo execute a política. Um conselho consultivo é aquele que, como o próprio nome diz, é capaz de ser consultado pelo Executivo. O Executivo escuta o conselho e depois decide se leva a opinião dele em conta ou arca com o ônus de ir contra ele. Muitas vezes dizem que o conselho é deliberativo, apesar de, na prática, ser consultivo.

Quanto aos objetivos, alguns dizem que o conselho tem a finalidade de formular uma política pública, outros de fiscalizar ou acompanhar. Os objetivos acabam sendo diferenciados de conselho para conselho.

Em relação ao modo de funcionamento, é muito comum os conselhos terem comissões ou grupos de trabalhos internos e funcionarem por intermédio de plenárias, conferências e encontros que acontecem de tempos em tempos para direcionar as ações dos conselheiros e do poder Executivo.

Em relação aos recursos, alguns conselhos têm recursos vinculados, como fundos especiais, e vários não têm nenhum recurso vinculado. Em muitos casos, o conselho deve até fiscalizar o orçamento de determinada política, apesar de não haver recurso específico ligado à ele.

Entendo que quando a legislação de um conselho afirma ser deliberativo está dizendo que a política pública daquela área ou daquele tema será decidida dentro do conselho

Muitas vezes dizem que o conselho é deliberativo, apesar de, na prática, ser consultivo

Problemas enfrentados pelos conselhos

Apesar dos problemas que serão mencionados a seguir, os conselhos são uma prática muito recente e, na proposta de criação deles, há várias idéias que merecem ser desenvolvidas.

Pensar os conselhos como uma possibilidade de partilhar poder, que o poder não fique só na mão do Executivo

A primeira delas é a da partilha do poder, ou seja, pensar os conselhos como uma possibilidade de partilhar poder, que o poder não fique só na mão do Executivo, que é eleito de tempos em tempos, ou do Legislativo, que o exerce sobre pressão, mas que a população, além de pressionar de fora, consiga participar de alguns espaços onde ela possa realmente decidir. Temos apostado nos conselhos como um lugar onde deveria acontecer a decisão.

A segunda idéia está relacionada à possibilidade de o conselho ser um espaço de explicitação dos conflitos. Não é possível imaginar uma sociedade homogênea, onde todos têm interesses iguais. O conselho pode ser o espaço onde são colocados, mais explicitadamente, os interesses diferentes da sociedade e onde se chega a determinadas decisões que certamente não vão agradar a todos. Mas que ao menos sejam colocadas as diferenças e que as decisões não sejam tomadas em outros espaços de poder, como nos gabinetes de prefeitos e secretários, em salas fechadas, mas sim em um lugar público, onde as pessoas possam participar e perceber quais são esses interesses diferenciados.

O terceiro motivo é que os conselhos podem ser espaços de democratização da democracia. Parece redundante, mas democratizar a própria democracia se dá a partir do momento em que os conselheiros aprendem a escutar os outros, a respeitar opiniões alheias, a perceber interesses e necessidades diferentes, a olhar a cidade como um todo e ver como é difícil tomar decisões.

Os conselhos podem ser espaços de democratização da democracia

Por último, há uma aposta de que o processo desenvolvido dentro dos conselhos gerará mais eficácia, ou seja, políticas públicas que tenham qualidade, que atendam o maior número de pessoas, que otimizem os recursos públicos, que haja menos (ou de preferência nenhuma) corrupção, menos desvios de verbas. Ninguém quer ficar participando eternamente e não ver resultados dessa participação. É importante frisar que os conselhos foram feitos também para se obter melhores resultados na gestão, na própria execução das políticas públicas.

A seguir, mencionarei cinco dos problemas que aparecem nos conselhos. Basicamente, eles podem ser resumidos no fato de que há uma distância gigantesca entre o que está na Lei de criação dos conselhos, com todas essas expectativas que acabei de mencionar, e a realidade concreta de funcionamento desses conselhos.

Como afirma Elenaldo Teixeira, o primeiro problema está relacionado à eficácia dos conselhos. Em termos de resultados efetivos para a implementação

de políticas públicas, os conselhos podem ser muito frustrantes. Em algumas áreas, a baixa eficácia está estritamente relacionada à diminuição efetiva de recursos públicos, e isso tem tido um impacto nos resultados. Se formos observar, há diminuições crescentes nos recursos públicos para as áreas sociais, o que certamente afeta a eficácia dos conselhos.

O segundo conjunto importante de problemas está relacionado à efetividade desses conselhos, que, por sua vez, está relacionada com a paridade, que nem sempre acontece. Muitas vezes ela é legal, formal, mas na prática todos sabem que as pessoas que estão no governo são privilegiadas em termos de informação e de tempo disponível para participar desses espaços. As pessoas da população, da sociedade civil em geral, têm mais dificuldade de se dedicar, de ter tempo, recursos financeiros e materiais para participar desses espaços. Por outro lado, a efetividade do conselho também é abalada quando há problemas na representatividade das pessoas que dele participam. Isso é um problema tanto para os representantes do governo, quanto para os representantes da população. É comum que os representantes do governo no conselho sejam pessoas não muito comprometidas com o tema, que estavam sem função, ou então, serem pessoas que não têm poder de fato dentro do governo. Elas não representam verdadeiramente o poder Executivo. A falta de representatividade também acontece na sociedade civil. Setores da sociedade civil que estão dentro do conselho também têm uma representatividade muito complicada. É comum que elas nem ao menos dialoguem com a entidade da qual fazem parte. Por último, a efetividade está relacionada à deliberação. Muitas vezes a deliberação feita pelo conselho, no caso de um conselho deliberativo, é meramente formal. Ela não se efetiva, fica apenas no papel.

Em termos de resultados efetivos para a implementação de políticas públicas, os conselhos podem ser muito frustrantes

O terceiro problema é a proliferação de conselhos. Em São Paulo existem mais de 30, e há pouca articulação entre eles.

O quarto problema importante é a falta de articulação entre os níveis de governo. Em São Paulo isso é seríssimo, porque há políticas do nível estadual e do nível federal para a construção de aparelhos públicos, e não há diálogo entre os níveis governamentais. Há equipamentos públicos concentrados em algumas regiões da cidade e muitas outras sem qualquer cobertura, sem nenhum equipamento.

Por fim, outro problema que afeta particularmente a cidade de São Paulo é a falta de articulações entre as regiões da cidade. Uma cidade com 10 milhões de habitantes, com desigualdades e diferenças regionais, torna difícil a representação dentro de um conselho. Quem está no conselho está olhando para determinadas áreas da cidade, para determinados públicos, mas está deixando de lado muitos outros ou provavelmente quase todos os outros.

Desafios e experiências bem-sucedidas

Temos um desafio, que não pertence só ao Conselho de Cultura, mas a qualquer conselho, que é olhar bem para os setores sociais e ver quem está dentro do conselho e quem não está. A iniciativa de tentar oxigenar o Conselho de Cultura, tentar chamar outros atores e construir com eles outro tipo de conselho. Quando eu falo olhar, é para a juventude, para o empresariado, para outros movimentos organizados, como o movimento negro, de mulheres, etc.

O segundo ponto é criar e valorizar arenas, espaços apenas da sociedade civil, como fóruns, que sejam espaços de preparação para o embate do conselho. É estimular o fortalecimento da sociedade para que ela vá para dentro do conselho de uma maneira mais articulada. Investir nos fóruns da sociedade ajuda a fortalecê-la. Com toda a diversidade, nem todo mundo vai estar nesse espaço, mas estimula a autonomia das pessoas diante das iniciativas que vêm do governo.

O terceiro ponto que eu acho importante destacar é a articulação entre os conselhos. Existem iniciativas como: fazer uma casa de conselho, juntar todos os conselhos para eles poderem dialogar; criar infra-estruturas coletivas dos conselhos para que todos possam usufruir o mesmo espaço; criar redes de articulação, ou seja, identificar pessoas-chave em cada conselho e tentar realizar ações conjuntas, pelo menos entre aqueles que têm mais proximidade de temas; fazer programas de capacitação integrados.

O quarto ponto é a produção de dados e subsídios para as decisões dos conselhos. É possível perceber grandes deficiências de dados e subsídios para que os conselheiros tomem decisões. É preciso aproveitar o saber produzido tanto pelo próprio governo, como também pela universidade, pelas ONGs ou pelos centros de pesquisas.

O quinto ponto é como construir estratégias de articulação entre os governos municipal, estadual e federal. Alguns conselhos municipais dão acento a representantes do governo estadual. Isso é importante porque há iniciativa se sobrepondo, enquanto outras iniciativas ninguém pensa em fazer.

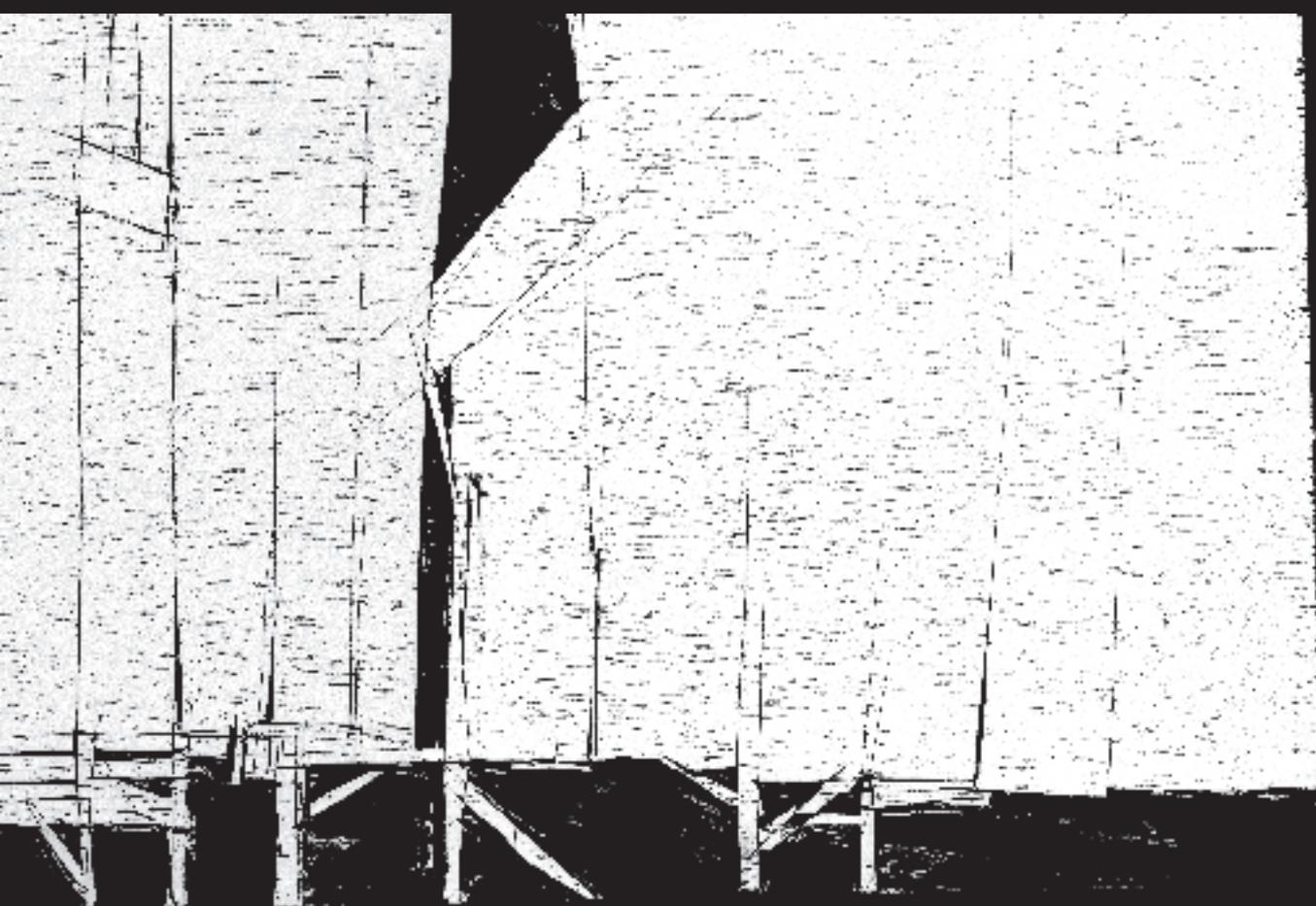
O penúltimo item que eu quero mencionar é o da articulação entre os espaços participativos. No caso da cidade de São Paulo podem se somar mais duas formas de participação além dos conselhos. A primeira, que já existe, é o Orçamento Participativo. Há conflitos entre as decisões tomadas no conselho e no Orçamento Participativo. Questiona-se o que é mais legítimo, a decisão tomada no espaço do Orçamento Participativo ou no espaço de um conselho? Uma outra forma de participação que deve ser implementada na cidade será o Conselho de Representantes, ligado às 31 subprefeituras e que está previsto na Lei Orgânica do Município. Novamente teremos um conflito entre os espaços de decisão. Onde está aí a instância de deliberação e de decisão? Eu diria, até porque não sei qual é a solução para esta pergunta, que não acho que precisamos esgarçar esses conflitos entre

essas várias formas de representação e dizer que um é mais importante do que o outro, criando uma hierarquia entre eles. Acho que esses espaços de representação são comple-

mentares, se organizam de formas diferentes, têm legitimidades diferentes e o que se deve fazer é combinar essas formas de representação.

Por fim, é importante estar atento para os recursos públicos para os conselhos. Se você quer saber a prioridade de um governo, olhe para como ele distribui os recursos públicos, para o que ele está dando prioridade. Conselhos que não discutem diretamente o orçamento, que não olham para as contas públicas, não desvendam como está sendo gasto o dinheiro público, acabam falando de coisas muito genéricas, muito abstratas e, na verdade, não têm poder de fato. Mexer com dinheiro é ter poder de fato. Só assim é possível ter um bom e efetivo conselho.

Se você quer saber a prioridade de um governo, olhe para como ele distribui os recursos públicos, para o que ele está dando prioridade



Seminário “Diálogos com Experiências de Conselhos Municipais de Cultura”

Em 08 de junho de 2005 o Laboratório de Desenvolvimento Cultural do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC), com o apoio do Instituto Pólis organizou o seminário “Diálogos com experiências de Conselhos Municipais de Cultura” que reuniu diversos representantes de experiências de conselhos municipais de cultura. O objetivo do seminário foi repensar a trajetória a partir das experiências dos conselhos e avaliando para que servem, qual seu papel, sua função, se efetivamente contribuem, e realizar um balanço desta trajetória. Para tanto, foram reunidas diversas pessoas que estiveram envolvidas com as experiências, tanto no campo da reflexão como da ação.

No seminário foram apresentadas algumas reflexões sobre as experiências de Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Piracicaba/SP, Campinas/SP, Belo Horizonte/MG e Santo André/SP. Com base nas experiências, os participantes realizaram uma série de debates e discussões tratando de diversos temas relacionados aos conselhos de cultura.

Ao final do debate, notamos que algumas questões estavam permeadas por todas as falas e apareciam em quase todas as experiências apresentadas. Decidimos, então, agrupar as falas por alguns temas de forma que pudesse haver um diálogo mais direto entre as diferentes questões que apareceram por todo o debate.

Os temas agrupados foram: relação do conselho com o poder público; descentralização da gestão cultural; relação do conselho com outras instituições; composição dos conselhos; participação; regulamentação interna dos conselhos e financiamento das políticas culturais.

Participaram deste debate:

Ana Claudia Teixeira: Coordenadora da área de Projeto de Participação Cidadã do Instituto Pólis.

Altair José Moreira: Diretor de Cultura do Município de Santo André/SP (1997-1998), Secretário Municipal de Cultura de Santo André/SP (1998/2000), integrante do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) e assessor da área de Cultura do Instituto Pólis.

Bernardo Mata-Machado: Historiador e cientista político, pesquisador do centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro.

Francisco Ferron: Gerente do SESC Campinas, membro do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC.)

Gustavo Freiberg: Artista Plástico, Diretor Institucional da Cooperativa de Artistas Visuais do Brasil, conselheiro na Comissão de Artes Visuais do Conselho Municipal de Cultura de São Paulo/SP (2004-2005) e integrante

do Laboratório de Desenvolvimento Cultural do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC).

Hamilton Faria: Poeta, membro do Laboratório de Desenvolvimento Cultural do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) e coordenador da Área de Desenvolvimento Cultural do Instituto Pólis.

Heitor Gaudenci Jr.: Ex-Secretário de Cultura do Município de Piracicaba/SP

Margarete Moraes: Ex-Secretária Municipal de Cultura de Porto Alegre/RS (1995-2003), Vereadora de Porto Alegre/RS.

Relação do conselho com o poder público

Uma das questões que permeou o debate foi a relação dos conselhos com o poder público e o envolvimento deste com as políticas culturais. Nestas discussões, surgiram questões como a vontade política dos secretários que facilita ou dificulta o trabalho dos conselhos, a legitimidade dos conselhos perante as secretarias de Cultura, a dependência das políticas culturais em relação ao financiamento da secretaria e o lugar do tema "cultura" na secretaria. Por um lado, houve argumentos que os conselhos devem estar ligados às secretarias de Cultura para, conjuntamente, estabelecerem políticas públicas e conseguirem recursos para elas. Houve, no entanto, argumentos contrários afirmando que devem ser estabelecidos mecanismos para que as políticas culturais e os conselhos não dependam da vontade política dos governantes. Também apareceram argumentos de que o tema "cultura" deve ser colocado como prioridade dentro da prefeitura para que tenha espaço e recursos nas políticas públicas. Por fim, foi questionado o quanto espaços participativos, como os conselhos, são responsáveis pelo sucesso das políticas públicas. São apresentadas a seguir algumas falas que tratam dessas discussões.

Gustavo Freiberg Na experiência de São Paulo, a reativação do Conselho Municipal de Cultura teve grande relação com o esforço de alguns militantes da cultura e que foi de encontro à política do segundo secretário do mandato do PT. Houve, no entanto, pouca mobilização e envolvimento de poucas pessoas, mas era, evidentemente, a demonstração de que a força de vontade política, biológica ou espiritual permitia que conseguíssemos avançar em alguns eventos na Câmara Municipal e no Pólis, em que conseguimos convocar militantes e entidades para discutir. Esse processo foi, entretanto, limitado entre os anos de 2003 e 2004, final do mandato do Secretário Celso Frateschi, já que o conselho parou de funcionar mesmo nas poucas comissões que tinham funcionamento pleno.

Francisco Ferron Em São Paulo, a lei foi aprovada, mas a então Secretária, Marilena Chauí, não tinha interesse de que a lei funcionasse e retardou a regulamentação, que só aconteceu na virada do governo. Ela também não tinha interesse na lei de incentivo fiscal, que foi parar na Casa Civil com o José Eduardo Cardoso, que abrigou a comissão que avaliava os projetos. Depois disso, o Rodolfo Konder assumiu a lei tentando criar uma legitimidade do politicamente correto. Ele instalou, então, o conselho e Danilo

Santos Miranda, que era representante do SESC nos movimentos populares, juntamente com o Pólís, foi indicado para ser vice-presidente do conselho – quem efetivamente coordenaria as ações.

Heitor Gaudenci Jr. Temos que criar mecanismos para não depender destes secretários, já que a vida que pulsa na cidade deve estar constantemente representada e deve efetivamente contribuir com o processo de formulação de políticas públicas.

Se não fizermos isso, traduziremos novamente a tese de que o Estado controla a sociedade e não do controle da sociedade sobre o Estado na definição do que ela acha prioritário. Em Piracicaba, esta questão ainda não se colocou, mas deve se colocar pela cultura real da cidade, não apenas como arte, mas pela cultura política que permite essa possibilidade.

Bernardo da Mata-Machado Tenho outra experiência como presidente da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte, resultado da Lei de Incentivo à cultura de Belo Horizonte. Presidi essa comissão duas vezes e, como membro do governo, era fácil obter maioria, porque eram seis membros (três a três) mas o presidente da comissão era, pela lei, o representante do setor público, e tinha voto de minerva. Como em geral os assuntos se referiam a recursos financeiros, não era difícil obter maiorias.

Francisco Ferron Sobre a questão do poder, o que é o poder? É um fragmento, uma nebulosa que não dialoga com ninguém porque não é ninguém, porque não tem unidade. E isso se deu exatamente nessas composições, neste joga para cá, joga para lá, nas moedas de troca. A segunda pior coisa da gestão pública é quem tem o poder de caneta, que são o prefeito e o secretário de finanças. Assim, em Campinas aconteceu muito claramente que a Secretaria da Educação e a Secretaria da Saúde tinham um orçamento para cada unidade operacional, que era executado corretamente e representava 50% do orçamento municipal, sendo os outros 50% divididos pelo resto. Um comitê gestor liberava conforme o fluxo de caixa e conforme interesses de uns e outros, de forma que nenhum conselho podia interferir e dizer quais eram as prioridades, muito menos o Orçamento Participativo. Assim, quem tem poder de decisão, poder de autoridade, altera qualquer influência que possa vir a ter.

Diferentemente do poder público, o SESC não tem esses processos de gestão, é definido, organizado, até bastante centralizado, mas com um compromisso à ponta de serviços de eficiência, de análise, de benefício, de permanência e de diversidade. Essas são as diferenças e não acho que o setor público não deva pensar nem dialogar diferente do que o SESC faz, mas na ponta ele deve ter essa eficiência também, senão ficamos prisioneiros do discurso, da tentativa de uma cultura de participação sem efetivamente participar. Existe uma ineficiência muito grande em quem gere o recurso, com grande perda de dinheiro. A Secretaria de Cultura de Campinas tem um orçamento de 40 milhões de reais que foi fruto da batalha de Valter Pomar por ser líder político no partido e ter conseguido um aumento expressivo para a área de cultura – ainda mais se compararmos à Fundação Cultural de Curitiba, por exemplo, que tem 15 milhões de reais –, mas hoje não existe mais nada.

Talvez essa seja uma das coisas. A única vantagem que vejo de nos reunirmos e continuarmos a conversar é que, primeiramente, não temos uma dependência grande em

relação ao poder e, em segundo lugar, de alguma maneira estamos tentando conversar sobre isso em conjunto, já que talvez existam muitas pessoas também pensando nessa questão, mas que é completamente fragmentada.

Gustavo Freiberg Teoricamente, o conselho teria que ter essa função nuclear para que a execução da sociedade fosse institucionalizada.

Francisco Ferron O atual secretário Rogério Cerqueira Leite, de Campinas, acha que o conselho deve ter uma função estratégica e não operacional como, por exemplo, o conselho tinha um sistema de soltar comissões de agendamento, com agendamento semestral, edital, etc. Ele anulou o edital e voltou a fazer pontualmente a reserva de espaço, teatro, exposições, todos os movimentos, e anulou completamente esta atuação do conselho, de forma que ninguém voltou a fazer isso.

As análises que faço desse conselho são questões pontuais. Você pode tentar dialogar mais ou menos com o secretário, discutir o orçamento, o relatório de execução, etc., mas não vai além. Ele tem algumas funções sim, ou poderia vir a ter algumas, não só do lado da utopia, mas do lado da organização também.

Margarete Moraes Os conselhos têm muitos problemas e são mutáveis, mas essa discussão nunca se esgota, porque eles fazem parte na nossa vida e o Brasil está mudando, de forma que se torna bastante importante a discussão que o Hamilton propõe. Mas não vejo um problema maior nos conselhos, vejo o maior problema nos

Mas não vejo um problema maior nos conselhos, vejo o maior problema nos governos que não consideram a cultura uma prioridade

governos que não consideram a cultura uma prioridade. É bastante raro quando a cultura se torna uma prioridade, o que só acontece quando o prefeito tem uma interação grande com a cultura, com a arte ou com a memória,

como foi o caso de alguns em Porto Alegre, e aí cresce a verba da cultura, mas é um processo tocado pelo prefeito em si.

Recife tem um trabalho muito bonito em cultura, assim como em Campinas. Nesta cidade, o prefeito contou que o secretário de cultura era um defensor da Participação Popular e chamava a população para participar do OP e colocar a cultura como prioridade. Mas, mesmo assim, os recursos não chegaram nem em Campinas nem em Recife.

Em Recife, o gabinete do prefeito contratou Sandy e Junior para fazer um espetáculo no *réveillon*, deixando de lado a Secretaria Municipal de Cultura que jamais contrataria essa dupla – logo em Pernambuco que tem uma cultura riquíssima. A cultura, portanto, é sempre uma pauta positiva para os governos, até do ponto de vista pragmático. Se eu sou governo, quero capitalizar para o governo e a cultura é uma forma de capitalizar, assim como o meio ambiente e o esporte.

É bastante barato investir na cultura. Com o recurso de um quilômetro de asfalto, por exemplo, é possível fazer maravilhas dentro da cultura e, por outro lado, é apenas um quilômetro de asfalto. Quando assumimos, a verba para a cultura era de 0,4% e quando eu saí, já era cerca de 2,6%. Agora é muito menor que isso. E nosso Ministério da Cultura, que eu espero que dê muito certo, já diminuiu a verba da cultura em relação ao FHC e, sem dinheiro, não se faz cultura e a cultura é um investimento nas pessoas.

Altair Moreira Podemos tirar considerações interessantes das gestões petistas, pois temos quatro prefeituras aqui presentes da primeira geração de gestores de cultura. Temos também noção de como o tempo político mudou, pois lembro que as primeiras gestões eram muito marcadas pela questão de princípios, de atitudes, pela desprivatização dos espaços públicos, por trazer a população para participar. O símbolo dessa primeira geração petista de gestores, no entanto, mudou, porque o tempo político mudou. A reeleição foi o maior veneno no sentido de trazer uma nova velocidade às questões de gestão e a sociedade civil não compreendeu isso.

Temos também noção de como o tempo político mudou, pois lembro que as primeiras gestões eram muito marcadas pela questão de princípios, de atitudes, pela desprivatização dos espaços públicos, por trazer a população para participar

O pragmatismo advém exatamente disso, porque o prefeito hoje não gere por quatro anos, ele gere o município por oito e nessa gestão ele vê sua vida. Os quatro primeiros anos são, portanto, para configurar uma governabilidade, configurar uma base, acumular dinheiro para os dois últimos anos de investimentos dessa primeira gestão para ter fôlego e ganhar a outra administração.

O produto hoje da gestão cultural do município é outro, até porque os governos sabem que, por exemplo, a representação hoje é fluida, nada segura.

Os governos, para se assegurarem disso, instituíram uma governabilidade e velocidade tal que tivemos ações fundantes nas questões da Cultura Cidadã, que hoje não são pessoas muito apropriadas para trabalharem nesses estamentos públicos, porque são pessoas que trazem a herança da ética e da mudança da cultura política, da radicalidade cultural.

Não somos mais as pessoas talhadas para isso, porque nosso pragmatismo tem que ser construído e hoje ele não é construído – ele é uma noção de realidade. Tínhamos princípios e tomávamos ações com base neles, fazíamos coligações dentro dos princípios políticos, dentro da ética e essa é nossa formação. Em uma coisa programática, não vou ceder meus dedos por uma questão ética e hoje essa programação não é feita, isso não é dito. Os formuladores e os gestores das primeiras gestões hoje não servem mais porque não somos mais dessa velocidade dos oito anos.

Todos os embriões das grandes conquistas de Santo André foram fundamentados na primeira gestão, que é a memória cultural de Santo André. Quando fomos para a segunda, todos cobravam aquela memória de oito anos antes, mas a governabilidade já dizia que era outra.

A sociedade civil não trabalha com esse novo tempo, mas os conselhos têm que aprender a trabalhar com isso, porque também é uma questão de dar resultado, de pragmatismo.

Heitor Gaudenci Jr. Como explicar Diadema?

Altair Moreira Diadema é peculiar, porque há ali uma circunstância freudiana, complicada de explicar. Talvez a sociedade e os conselhos tenham que ser pragmáticos no sentido ético, mas como eles vão agregar valores numa política pública de participação? Se continuarmos como sociedade civil, às vezes, querendo agregar valores só na cor-

poração, não agregamos nas decisões de política pública de outra formação. Tem que ficar muito claro que o tempo político mudou rapidamente e se tivéssemos eleição para prefeito de seis em seis anos, e ele não fosse candidato à reeleição, as gestões seriam outras. Se o presidente tivesse seis anos e não pudesse se reeleger, o partido teria que indicar um outro. Enfim, tudo está estruturado neste horizonte de quatro anos.

Francisco Ferron Algumas constatações: em nenhuma das cidades onde houve uma intervenção maior e em que a cultura cresceu, houve participação do conselho neste crescimento. Em Porto Alegre, por exemplo, foi bem trabalhada essa idéia do processo da organização interna. Por outro lado tem a experiência da Marta, que teve ousadia em criar os CEUs. Há, de repente, também uma inversão, já que o conselho não teve importância nenhuma nisso tudo.

No caso de Curitiba, há um trabalho com cultura (mesmo que marqueteiro) e, aparentemente, o conselho não tem nenhuma importância lá dentro. Assim, sinto que a primeira característica é que o conselho não tem importância, não intervém, não influi. Não é que ele não seja necessário, mas não tem ousadia, a gente não pode esperar que ele faça uma revolução.

Há outras coisas em que a participação deixa a desejar, porque o poder é do jeito que é. A gente realmente imaginava um governo, principalmente o federal, mais participativo e que pudesse repensar as atitudes de gestão. Na cultura isso tem acontecido bastante, mas não tem acontecido nas outras áreas. Primeiro, temos que mexer nas coisas mais práticas, na pragmatização.

É preciso mudar toda a sistemática de contratação, que é mais velha do que a Velha República, com a lei de notória especialização. Hoje não se contrata um show de um artista, contrata-se de uma empresa, e o jeito de contratar também é complicado. Um conselho, por exemplo, teria a função de tornar público esse tipo de serviço de contrato. Mas se ele vira comissão licitante ou não, se ele muda essa legislação, então o estatuto da licitação precisa ser pensado para a cultura. Essa lei pode ser boa para comprar tijolos, mas para outras coisas é horrível, não dá parâmetros nem referências.

Sinto que a primeira característica é que o conselho não tem importância, não intervém, não influi. Não é que ele não seja necessário, mas não tem ousadia, a gente não pode esperar que ele faça uma revolução

Muitas pessoas se aproximam do poder em busca de corrupção, porque o poder é corruptível. Um Estado que arrecada 36% do PIB não é pouca coisa, é muito dinheiro concentrado em um agente público. Se esse recurso

se transforma em algum benefício para a sociedade, ele retorna, e aí temos que avaliar como ele retorna. Mas se as pessoas concordam em dar 36% de seu salário todo mês para o governo, esses 36% devem fazer falta e se não voltarem em benefício ou serviço, estarão apenas se concentrando nas mãos de vários agentes públicos. Esse poder é avassalador, porque, no fundo, o poder público ganha uma força que pode até barrar o desenvolvimento e autonomias privadas, fora do Estado. É neste processo que o Estado acaba recebendo uma profunda pressão.

Ana Claudia Teixeira Um ponto que aparece bastante nas falas é a questão da vontade política que apareceu aqui. Impressionou-me bastante essa fala, acho que

da Margarete, depois alguém retornou, que é o lugar da cultura. Às vezes também olhamos para o Estado como um bloco homogêneo. Mas todos que já passaram por lá sabem que não é bem assim, que há uma enorme disputa entre os atores. Quando perguntamos, portanto, se o governo tem ou não vontade política, depende de quem está dentro dele. Há uma diferença dentro do poder do Estado, e o lugar da cultura na política também varia muito. Avaliar isso, saber dialogar com isso também faz bastante diferença no resultado da experiência participativa. Fico impressionada com como os governos e a sociedade civil que conhecemos dão espaço pequeno para a cultura. Mas de que cultura estou falando? Se fosse em um sentido amplo de todo o mundo, tudo bem, mas falo do ponto de vista do espaço e da cultura popular também.

Um outro ponto é um desafio de termos que provocar mudanças dentro do Estado, na contratação e outras coisas. Moro em Campinas, meu companheiro toca viola na orquestra de violas. Quando foram formar o Conselho de Cultura escreveram uma lei que tinha a representação da cultura popular, mas tinha que ter CNPJ. Nenhum deles tinha CNPJ, de forma que não poderiam entrar no conselho.

Tiveram que mudar a lei e foi um processo educativo para todo o mundo. Afinal, querem que as pessoas entrem nos conselhos ou não? E a quem essas leis que são criadas favorecem? Especialmente em relação às mudanças no Estado, o maior desafio é pensar articuladamente, porque quando se pergunta o que é cultura e onde ela está, geralmente pensamos em caixinhas, mesmo nós da sociedade civil. Falamos na necessidade de integração, mas é um grande desafio, porque tudo está arraigado e voltamos para a ideia da fragmentação, do meu projeto, da minha secretaria, e assim por diante.

Descentralização da gestão cultural

Na discussão também surgiram questões relativas aos processos de descentralização das políticas culturais. O Orçamento Participativo (OP) foi apresentado por vezes como um dos responsáveis por levantar as prioridades para as políticas públicas de cultura. O OP também serviu de referência para as experiências de descentralização da atuação dos conselhos.

Nestas discussões que seguem abaixo, a descentralização torna-se ponto central para que a população possa, conjuntamente, estabelecer prioridades para a área de cultura de forma que ela faça parte do cotidiano das pessoas; além disso, o processo de descentralização se torna importante na medida em que permite mapear atores relevantes e envolver as pessoas nas discussões e na construção das políticas.

Margarete Moraes Em Porto Alegre, constatou-se que as demandas e as necessidades eram muito maiores do que o orçamento e que o governo não teria como deliberar sobre uso dos recursos e estabelecer prioridades sozinho. Assim, aos poucos, por meio de assembleias, foi sendo constituída a ideia de implantar o Orçamento Participativo que existia desde a Comuna de Paris, mas com normatização própria de Porto Alegre. A cidade foi dividida em 16 regiões, tendo-se sempre como base a noção de que os recursos existentes eram menores que as demandas. Essa inversão de prioridades

Atuamos a partir da idéia da descentralização da cultura, não no sentido de levar arte para a periferia, mas sim de construir junto com as pessoas da periferia outras formas de conceber a cultura

abrangeu todas as áreas do governo e, no caso da cultura, percebemos que, apesar de existirem diversos nomes internacionalmente conhecidos na cidade — como Elis Regina, Iberê Camargo, Erico Veríssimo —, a

cultura era muito centralizada e vivia para si mesma. Atuamos a partir da idéia da descentralização da cultura, não no sentido de levar arte para a periferia, mas sim de construir junto com as pessoas da periferia outras formas de conceber a cultura e de oferecer espaços de criatividade para que todas as pessoas tivessem acesso a esse mundo tão distante de seus cotidianos.

Essa descentralização foi construída com bastante cuidado e delicadeza em conjunto com as pessoas das chamadas comissões de cultura. Alinhamos a descentralização da cultura à estrutura do Orçamento Participativo, de forma que em cada uma das 16 regiões colocamos um músico, um cantor e uma exposição. Insistíamos na idéia de que as pessoas deveriam demandar arte e cultura também no orçamento e, para isso, fomos demonstrando como elas gostavam disso. As comissões começaram a trabalhar em conjunto com o projeto de descentralização e surgiu a idéia de fazer a primeira Conferência Municipal de Cultura, criando também a lógica de delegados. Nesta primeira conferência surgiu a idéia da criação de um Conselho Municipal de Cultura, que só foi regulamentado na conferência seguinte, dois anos depois, quando já havia outras experiências de participação no âmbito da cultura.

Altair Moreira Antes do conselho, Santo André tinha problemas circunstanciais. Por ser uma cidade vizinha a São Paulo, tinha-se que levar em consideração que o programa cultural da elite era vir para a capital nos finais de semana para aproveitar cinemas, teatros e restaurantes. Assim, uma das estratégias estabelecidas foi de reforçar a política

Uma das estratégias estabelecidas foi de reforçar a política de uso dos espaços públicos de forma descentralizada na cidade

de uso dos espaços públicos de forma descentralizada na cidade, a partir de uma velocidade que tinha de povoar a cidade com suas expres-

sões culturais — seus poetas, escritores e memorialistas — e também fazer com que a população percebesse a importância da questão cultural no resgate e no direito à vida. Santo André já tinha alguns privilégios culturais — dois bons teatros, 22 centros comunitários e uma grande tradição de teatro e dança.

A opção na época foi descentralizar, ganhar a cidade e trazer pessoas e questões interessantes para serem metabolizadas na cultura e na discussão pública.

Francisco Ferron Campinas tem uma experiência importante e vivi algumas experiências em São Paulo que tiveram os seus problemas também. Não acho que Marilena Chauí fez má gestão, pelo contrário, mas ela virou as costas para esse processo e não quis saber. Já o Valter Pomar, com quem eu convivía em Campinas, respeitou o conselho com conferências, fóruns, descentralização, etc. Mas o conselho, da mesma maneira, ficava alheio, não tinha espaço de entrada, de função, de ajuda, de nada. A maioria dos conselhos ou conselheiros nem sabiam onde estavam e muitas das áreas que indicamos de movimentos sociais, de culturas populares, etc., nem apresentaram representantes. Assim, eles ficaram completa-

mente ausentes, mesmo que tenhamos tentado buscar essas representações em Orçamento Participativo e em assembleias. A cultura sempre foi colocada em primeiro e segundo lugar como demanda ao Orçamento Participativo, no entanto, não se liberava nada.

Margarete Moraes Mas tem uma turma boa que se mantém no OP por causa, inclusive, de uma campanha que o Fogaça fez em Porto Alegre dizendo que o orçamento serve "para manter o que está bom e mudar o que é preciso". E ele tinha uma música que dizia: "Para manter o Orçamento Participativo só tem um", que era ele, o Fogaça. Assim, ele se comprometeu e agora quer acabar com o OP, mas esse ano teve que fazer o OP e o povo compareceu. Isso é um alento e emociona a todos, porque há gente ali disputando e discutindo. Para o próximo ano ele está inventando o Fórum de Governança Local em que são colocadas as necessidades pontuais das comunidades que serão pagas pelo empresariado. Não é tão simples assim, mas as comunidades carentes ficarão sem dinheiro?

Hamilton Faria Nossas cidades geralmente são complexas, principalmente as grandes cidades, e deve haver um processo de descentralização. Não faz sentido ter apenas um conselho central que não possibilita a capilaridade nas diversas regiões apoiando as dinâmicas de fóruns, de grupos locais, etc. É importante também entender um pouco melhor o que chamo de complexo participativo que vai desde a ação direta, o reforço da autonomia local, até as formas mais institucionalizadas de participação. O conselho pode ter grande permeabilidade no sentido de escutas configuradas na cidade. Há também um campo de ações próprias do conselho, que deve definir tanto o campo de ações próprias, como de recursos, seminários, mapeamento cultural, etc. Talvez, por exemplo, a idéia do mapeamento cultural da cidade pudesse ser uma atribuição também do conselho de mapear os atores e as dinâmicas, de forma que possam convergir na Conferência Municipal de Cultura.

Não faz sentido ter apenas um conselho central que não possibilita a capilaridade nas diversas regiões apoiando as dinâmicas de fóruns, de grupos locais

Relação do conselho com outras institucionalidades

Outro ponto que aparece nas discussões é a relação dos conselhos de cultura com outras institucionalidades e espaços participativos. Na experiência de São Paulo são apresentados os comitês que conseguiram criar o Conselho Municipal de Cultura mas que, em certo momento, passou-se a discutir qual seria a atuação deste comitê e se ele deveria ou não se transformar no conselho. No caso de Campinas e Porto Alegre foram criados outros conselhos, como Conselho do Patrimônio, e discute-se qual a relação que deve ser estabelecida entre os diferentes conselhos.

Nestas discussões também aparecem as conferências municipais de cultura que, em alguns casos, são criadas pelo conselho e, em outros, são responsáveis por criarem o Conselho Municipal de Cultura, como pode ser visto abaixo.

Gustavo Freiberg Na experiência de São Paulo foram criadas as comissões relativas às diferentes áreas culturais. A representatividade nas comissões era importante e,

de alguma forma, apenas funcionavam aquelas comissões que tinham mobilidade e movimentação na cidade pela própria vida cultural, como a Comissão de Artes Cênicas, por exemplo, que incluía as pessoas do teatro e dança, e a Comissão da Sociedade Civil, onde o Pólis e outras entidades estavam envolvidas. Por outro lado, a Comissão de Artes Visuais nunca conseguiu ter grande poder de convocação, até porque um problema específico da área dos artistas visuais é sua atuação isolada.

Francisco Ferron A primeira vez que tive contato com a idéia de conselhos de cultura foi em 1991 na Câmara Municipal de São Paulo, quando existia um comitê de entidades culturais e eu representava o SESC. Estávamos discutindo a lei de incentivo fiscal, a produção cultural e, juntamente com a lei, Marcos Mendonça propôs a lei do conselho, da qual Mauricio Faria era autor. Tive contato com a discussão da lei e conseguimos gerar uma grande confusão em torno dela. Foram momentos muito interessantes, de bastante mobilização e grande expressão. O comitê tinha 23 entidades diferentes e era uma salada de fragmentos, discussões intermináveis sem hora ou local certos. Eram situações incômodas e, inclusive, o comitê pensava que, a partir do momento em que se instituisse o conselho, não faria mais sentido existir o comitê. A idéia era que o próprio comitê seria o conselho, ou algo parecido, e que o conselho ocuparia um espaço de articulação absolutamente necessário. No processo de formulação, foram eleitos os conselheiros a partir das comissões e existia um cargo de vice-presidente, que era do conselho, e de presidente, que era, por imposição, o secretário.

Heitor Gaudenci Jr. Do ponto de vista dos conselhos na área cultural, Piracicaba tem o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural desde 1979, antes mesmo do CONDEPAC de Campinas, e tem ações significativas desde esse período. O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural, no entanto, fica restrito a ações muito pontuais na cidade, como, por exemplo, o tombamento do engenho central, o tombamento da Rua do Porto e diversos sítios ou bens tombados. Até o ano de 2000, tínhamos apenas 12 sítios tombados, mas chegamos no final de 2004, a partir de uma invertida de Patrus Ananias, com mais de 150 novos tombamentos.

A lei que cria o conselho é de 2004 e ela não apenas institui o conselho como também a Conferência Municipal de Cultura. O conselho fica responsável pela convocação da conferência a partir de sua constituição.

A primeira conferência foi convocada pela secretaria, mas a partir de agora é o conselho quem constrói a pauta, convoca e realiza a conferência a cada dois anos. Temos, portanto, que amarrar algumas coisas para não ficarem soltas e serem retomadas depois de anos.

Margarete Moraes No primeiro governo em Porto Alegre, a musa inspiradora de política cultural foi a Marilena Chauí, que foi diversas vezes à cidade, lotou universidades para discutir filosofia e política cultural, fato inédito na cidade de Porto Alegre.

Também temos o Conselho do Patrimônio Artístico Histórico e Cultural, o CONPAC, e hoje a cidade vivencia um grande conflito que é a avaliação do Plano Diretor. A nós da Secretaria de Cultura, quando eu ainda era secretária, cabia realizar uma das estratégias do plano que eram as Áreas Especiais de Interesse Cultural e que têm uma grande oposição na construção civil e na Câmara dos Vereadores, onde temos atualmente minoria.

No caso de Porto Alegre, pelo fato de os conselhos serem vinculados diretamente às comissões de cultura, há grande articulação

Os conselhos são diversos, têm várias formas de representação que ajudam a desconstruir a cidade partida

nos conceitos de identidade e diversidade e, inclusive, cabe ao conselho organizar a conferência, realizando palestras e convites como acharem necessário. A função do conselho deve ser de tencionar os governos, puxar para outras questões. Os conselhos são diversos, têm várias formas de representação que ajudam a desconstruir a cidade partida — que é essa da periferia feia, suja e sem asfalto — e o centro civilizado, culto e bonito.

Heitor Gaudenci Jr. No início de 2003, quando a discussão na cidade começava a ganhar mais corpo, eu, como secretário, chamei uma discussão, inclusive com o gerente do SESC local e alguns outros setores, para fazer uma avaliação de como andava o fazer cultural da cidade de Piracicaba. Neste momento, entendemos que seria interessante abrir uma conversa ampla, convidando setores e anunciando a todos aqueles que quisessem participar da conversa. Vieram cerca de 50 pessoas e o interessante é que havia muita diferença na compreensão sobre o processo naquele grupo. O grupo indicou e a secretaria comprou a idéia de que deveríamos ouvir alguém não diretamente envolvido com a cidade para fazer uma mediação e uma análise mais crítica. Neste processo fizemos contato com o Hamilton Faria e o Altair Moreira no Pólis, tentando ver a possibilidade de participarem de uma conversa conosco.

Daquela conversa resultou a dinâmica de fazermos um conjunto de reuniões que chamamos de escutas, com trocas de experiência. Realizamos cerca de 10 a 12 reuniões discutindo a formatação da conferência, já que a Conferência de Cultura em Piracicaba surgiu por iniciativa da secretaria, mas sempre com participação aberta da comunidade e, inclusive, o próprio texto de minuta do conselho foi discutido nessas reuniões e passou a ser o foco central da conferência.

A conferência trabalhou com momentos bastante significativos para a cidade, com 314 participantes e terminamos, inclusive, com uma celebração no rio Piracicaba com cantadores e rituais de agradecimento.

A conferência aconteceu em 2004 e, em março, como resultado da conferência, o prefeito encaminhou a proposta dos conselhos como um projeto de lei que foi aprovado pela câmara por unanimidade. Conseguimos aprovação e pudemos realizar todas as plenárias e ter as indicações para a posse do conselho em junho.

Composição dos conselhos

Foram também feitas diversas considerações referentes à composição dos conselhos. Uma primeira discussão que surge é se os conselhos devem ser compostos de especialistas ou de notáveis. Há argumentos de que ambos devem estar presentes no conselho para que se garanta uma diversidade cultural e, ao mesmo tempo, um processo de trocas e aprendizagem. Por outro lado, apresenta-se a necessidade de se garantirem ferramentas para que haja respeito entre ambas as partes e para que uma não se sobreponha à outra.

Para garantir esse respeito e ampla composição, são apresentadas algumas experiências que conseguiram fortalecer a sociedade civil antes de o conselho ser convocado a fim de que ela também tivesse participação ativa.

Há, no entanto, um questionamento se existe mesmo uma confrontação entre especialistas e notáveis ou se ela é apenas teórica.

Em seguida são realizadas diversas questões relativas à representatividade nos conselhos, como: Eles devem ser paritários? Deve haver representação por regiões? A representação deve ser por áreas temáticas? A indústria cultural deve ser representada?

Margarete Moraes A primeira idéia do conselho de Porto Alegre era ter um conselho de especialistas, os notáveis, mas as políticas de descentralização exigiam a representação das 16 regiões, de forma que a primeira formação tinha 33 membros das 16 regiões, nove especialistas, um especialista da Secretaria de Cultura, outro do sindicato dos representantes de funcionários, e assim por diante. Este conselho tinha 66 pessoas, 33 titulares e 33 suplentes, sendo que os representantes das regiões eram eleitos na comissão de cultura local.

As políticas de cultura sempre inovam, porque misturam os leigos e os especialistas e isso também é fundamental com os gestores públicos, porque sempre existem

As políticas de cultura sempre inovam, porque misturam os leigos e os especialistas e isso também é fundamental com os gestores públicos, porque sempre existem representantes oficiais e a população

representantes oficiais e a população. O conselho, neste caso, quebra preconceitos, já que, no começo, os especialistas enxergavam os representantes das periferias como pessoas ignorantes e incultas, mas, depois de certo tempo, houve uma interação entre os lados e

os representantes da comunidade conquistaram o respeito. Isso é essencial, já que as políticas culturais devem ser de quem mora e conhece aquele local, sem se fechar no gueto, permitindo interação com os outros.

O conselho de Porto Alegre permitiu uma mistura ampla o suficiente para garantir a diversidade cultural e a tolerância a todas essas questões. Esses processos permitem aprendizados recíprocos e todas as experiências são tão diferentes quanto importantes, pois trabalham ligadas a comunidades e a histórias.

Altair Moreira Com a descentralização em Santo André, passou a se formar, nos centros comunitários, a Comissão dos Usuários dos Centros, de forma velada, já que a discussão com o Celso era de não se fazer um conselho de imediato apenas formado por notáveis já mobilizados, mas sim de ter a estratégia de colocar novas comunidades para se apropriarem dos espaços e, depois, começar a discussão mais coletiva. Assim, começamos a atuar nos centros comunitários investindo também na formação de funcionários em políticas públicas e no que ela significava em relação ao trato com a população. Acreditava-se que um bom serviço era uma forma de começar a participação, já que o cidadão se expressava na medida em que se sentia bem atendido. A estratégia, então, buscou ocupar os espaços públicos, fervilhar o caldeirão, tirar dele as questões de políticas públicas e começar uma discussão.

Gustavo Freiberg Os conselhos são, na realidade, uma junção da sociedade civil a partir de um eixo de cultura e, no caso de São Paulo, nela estão supostamente representados não indivíduos ou notáveis, o que é, inclusive, um problema, na medida em que não existem especialistas envolvidos.

Heitor Gaudenci Jr. No caso de Piracicaba, entendemos, na época, que seria mais interessante deixar a formação do conselho para o final do governo, pois evitaríamos um conselho de notáveis com pouca participação e mobilização da comunidade.

O conselho de Piracicaba é muito parecido com a primeira formatação de Porto Alegre, inclusive pela importância das trocas e da participação do Pólis na maturação desse processo. O conselho tem 64 membros, sendo metade paritária. Assim, existem trocas entre a sociedade civil e o governo municipal. E, a exemplo do Orçamento Participativo, o município é dividido em seis regiões. Em função da lei, também embutimos no conselho a necessidade de ter representantes das diversas regiões e, para compor o conselho, colocamos a necessidade de plenárias regionais e de outras representações, como da área de artes visuais, de audiovisuais, de fotógrafos, artistas plásticos, artistas gráficos, etc., que tiveram que participar da plenária e eleger um representante.

Dessa forma, não trabalhamos diretamente com a lógica das linguagens tradicionais, mas criamos, por exemplo, uma representação das tradições de culturas populares.

Em nosso conselho há as representações das tradições populares, como o curureiro, cantor de cururu que participava de todas as reuniões. No entanto, não havia representação das áreas, como da música, do teatro, porque queríamos quebrar a espinha dorsal

Dessa forma, não trabalhamos diretamente com a lógica das linguagens tradicionais, mas criamos, por exemplo, uma representação das tradições de culturas populares

das linguagens artísticas para quebrar a corporação. Mas, efetivamente, não se quebra por decreto, e sim por processo. Por ser processo, acredito que o Conselho de Cultura de Piracicaba ainda está por ser efetivado. Aliás, e esta é minha complementação à fala da Margarete, a lei que cria o conselho é de 2004 e ela não apenas institui o conselho como também a Conferência Municipal de Cultura. O conselho fica responsável pela convocação da conferência a partir de sua constituição.

Francisco Ferron A história dos notáveis e dos militantes é uma falsa confrontação, porque os dois são importantes e nunca podemos ficar cativos a nenhum deles. Todas as pessoas que participam dos OPs, que têm uma cultura de participação, acabam sendo militantes, às vezes ideologicamente vinculados ou corporativamente vinculados.

É necessário, portanto, sair desses patamares, e os notáveis têm grande papel nisso, porque, caso contrário, ficamos nos repetindo na mesmice. Volto a repetir que sempre existe por trás a idéia da sociedade de consumo. Relembrando o que a Margarete disse sobre o asfalto, ele se torna importante porque uma sociedade de consumo diz que é importante ter automóvel e ter estradas que não façam pó na cara, que não tenham buracos para não estragar o carro, etc. Esse se torna o sonho de consumo das pessoas e é a forma de projetarem e pensarem os desejos que torna tudo complicado.

Bernardo da Mata-Machado Gostaria de insistir em um desenho de conselho que aproxime a composição dos conselhos ao conceito amplo de cultura, do qual tanto falamos e que muitas vezes não conseguimos expressar concretamente na realidade. A dificuldade neste conceito está em que ele é tudo e, sendo tudo, às vezes não é nada. Onde, então, está expresso na composição de conselho o conceito amplo de cultura — que, aliás, no caso do Brasil é constitucional? Lá estão todos os modos de viver, fazer e criar e a representação de todos os grupos formadores da nacionalidade. Esse é um desafio de

Em suma, temos que ultrapassar os três modelos básicos de conselhos de cultura que existem historicamente: o conselho de notáveis, o de especialistas e o conselho corporativo

garantir a representatividade de usuários de cultura via, por exemplo, associação de amigos e instituições culturais, movimentos sociais de identidade, movimentos étnicos, de circunscrição territorial, de faixa etária, gênero, etc., evidentemente dentro dos contextos específicos. Com todo o risco que corremos, temos também que ter representação da indústria cultural, que é por onde a maioria das pessoas tem contato com a vida cultural. Em suma, temos que ultrapassar os três modelos básicos de conselhos de cultura que existem historicamente: o conselho de notáveis, o de especialistas e o conselho corporativo. Temos que tentar quebrar essa estrutura propondo a entrada de novos atores como esses que sugeri.

Participação

Nesta parte foram reunidas falas que partem do pressuposto de olhar o conselho como espaço de diálogo e participação no qual a sociedade civil e o Estado possam conjuntamente formular as políticas públicas culturais. Em torno dessa idéia surgem diversos questionamentos sobre a participação em si e sobre o quanto o desenho atual dos conselhos tem permitido essa participação.

Um dos principais argumentos em relação a isso é sobre a falta de mobilização que tem sido feita para garantir ampla representatividade nos conselhos. Em diversas falas aparecem críticas aos conselhos e aos próprios conselheiros por não mobilizarem a sociedade e não transformarem o conselho em espaço de efetiva participação. Aparecem, nesta discussão, questões sobre o processo educativo que deve acontecer juntamente com o conselho.

Outro argumento gira em torno do questionamento de quem ocupa os conselhos e qual o papel de cada ator neste processo. Nesse sentido, questiona-se a melhor forma de organizar as representações para que o conselho seja mais participativo.

Ainda outro questionamento é sobre a ocupação dos conselhos por algumas classes ou setores que conseguem ter maior força de reivindicação e esgotam as discussões dos conselhos em torno de suas próprias demandas.

Também se discute em relação à legitimidade do conselho e do governo, ou seja, se, por um lado, afirma-se a legitimidade do conselho como espaço participativo, há também a legitimidade do Estado como espaço representativo e que foi democraticamente ocupado

por meio de eleições. Nesse sentido, levanta-se qual o limite de cada um desses espaços e como conseguir legitimidade das ações de ambos.

Aparecem também questões sobre a fragmentação das identidades coletivas; o possível esgotamento da participação; a autonomia da sociedade civil em relação ao Estado; a crise civilizatória; e a formalidade e informalidade dentro dos conselhos, entre outras questões que serão apresentadas abaixo.

Gustavo Freiberg Um dos primeiros pontos a serem analisados no conselho é de como conseguir mobilizar a sociedade civil, suas organizações e seus atores fundamentais, para mostrar a importância dos conselhos, a possibilidade de funcionarem e de terem algum nível de representação. Essa mobilização se torna essencial para que possam ser garantidos avanços nas políticas de cultura, como aconteceu em São Paulo na mobilização pelo fundo de apoio de fomento ao teatro, o fundo de dança, os recursos do programa VAI, a luta pela garantia de recursos em programas de financiamento de projetos culturais, entre outros momentos importantes. Nesse processo também se tornou central a primeira Conferência Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo que, diferentemente de Porto Alegre, foi o próprio Conselho Municipal de Cultura quem convocou a conferência, abrindo um espaço importante de participação.

Heitor Gaudenci Jr. Em Piracicaba, a questão do Conselho Municipal de Cultura se tornou importante e foi ainda mais reforçada com a vitória do Lula na Presidência, na medida em que começou a haver uma série de interlocuções com diversas cidades que tinham os desdobramentos na reflexão sobre participação.

Francisco Ferron Em São Paulo, foram realizadas algumas reuniões, assembléias das comissões de fim de ano e algumas plenárias. Não foram grandes movimentos, mas vale ressaltar que, desde o começo, quem ocupou esse espaço em São Paulo foi a produção cultural, sem deixar espaço para cidadania, participação ou quaisquer outras questões.

Quem no fundo ocupou os conselhos e a comissão foram as instituições e pessoas capazes de produzir algo, de forma que não havia ligação com o sentido mais público, com esse vínculo de interesse maior. Depois disso, houve um distanciamento, já que o Danilo se ausentou do conselho por uma série de questões e me incumbiu de substituí-lo, sem nenhuma eleição. Passei a participar por dois anos do conselho de São Paulo sem ter mandato.

Hamilton Faria A idéia que tínhamos em São Paulo era de que um conselho poderia criar minimamente um parâmetro público, de política cultural, no qual houvesse um entendimento mínimo sobre quais as necessidades da cidade, quais as idéias, etc., e que neles pudesse haver uma partilha entre sociedade civil e governos realizando debates públicos, elencando prioridades e chegando a um entendimento por meio de mobilizações públicas para a ação cultural. O conselho deveria ser um instrumento para colocar o aparato do governo a serviço da sociedade, não permitindo que as políticas culturais permanecessem ensimesmadas e voltadas apenas para poucas pessoas, pensando que se voltavam para toda a cidade.

Por outro lado, pensávamos, e apanhamos bastante por isso, que poderíamos exigir certo grau de transparência de ação, de políticas públicas e de orçamento nos conse-

lhos. Esperávamos que fosse um lugar onde se pudessem cobrar decisões de atores e interlocutores, ao mesmo tempo que se conversasse continuamente com a sociedade e o poder público. Por outro lado, o conselho também seria um instrumento de consulta da sociedade, de escuta e diálogo, para o governo saber o que é mais importante e quais as prioridades, já que a efetivação da política do Estado e sua otimização e integração entre áreas se dá por meio da circulação de informações. Com todos os defeitos e deficiências, o conselho seria um lugar onde circularia a informação, onde se saberia o que acontece, como estão sendo tomadas as decisões, como está o orçamento, se o programa está na Câmara ou na Secretaria de Cultura, etc.

Essas eram as expectativas que tínhamos de um conselho. No entanto, há uma diferença muito grande entre o que imaginamos e o que temos de repensar, relativizar e

A primeira coisa que levantei no conselho, em reunião pública com a presença de 50 pessoas, foi: qual o lugar do conselho na cidade? Afinal, para que ele servia? O que ele decide?

ver como possibilidades para uma cultura participativa. A primeira coisa que levantei no conselho, em reunião pública com a presença de 50 pessoas, foi: qual o lugar do conselho na cidade? Afinal, para que ele servia? O que ele decide?

Isso tudo surge porque a formulação do conselho está clara: deve elaborar, executar e fiscalizar. Mas qual o grau de execução? Qual o grau de deliberação que o conselho deveria ter?

Havia uma necessidade de definir essas questões para que o conselho não se tornasse uma simples reunião consultiva sem função. Argumentei que o conselho deveria ter uma função consultiva e deliberativa, apesar de argumentarmos que não iríamos tomar ações diretamente, mas deveríamos ter alguma função, seja em relação às finanças, seja em relação à implementação de políticas e assim por diante.

Imediatamente identificamos que a lei do conselho estava defasada. Havia a necessidade de reformular essa lei que, em 2003, já tinha 11 anos e estava atrasada em relação às dinâmicas e novos movimentos da cidade. Queríamos que o conselho desse às pessoas o direito à voz e não apenas o direito a voto e que elas fossem incorporadas para ampliar a escuta enquanto uma nova lei era elaborada ou posta em prática. Isso não foi aceito no conselho, achando que era preciso discutir os conselhos regionais, que iria ferir a formalidade do conselho e, portanto, passou a haver uma discussão sobre a legitimidade e a legalidade. Eu, por exemplo, achava que grandes movimentos poderiam participar também, mas o secretário não concordava e o conselho acabou não concordando, colocando que era preciso ter CNPJ e ter formalidade democrática no interior das instituições para se participar, de forma que fui voto vencido.

Outra coisa que sugeri para ativar o conselho foi o acesso que os conselheiros deveriam ter aos programas da secretaria, o que, afinal, era uma função do conselho. Com isso, poderíamos perguntar como estava o andamento dos programas e projetos, mas a argumentação era de que isso passaria por cima da hierarquia da secretaria. Ou seja, eu como ONG poderia ter acesso a qualquer destes programas a todo momento, mas como "autoridade" cultural da cidade de São Paulo, não o poderia fazer.

É também importante conversar sobre quais os caminhos da cultura participativa. Ou seja, será que não estamos lançando uma expectativa muito grande quando o processo de participação é mais embaixo, quando a participação vive um momento de crise, de falta de compromisso das pessoas? O Gustavo apontou que a questão não se trata apenas do comprometimento da secretaria, mas também dos próprios membros do conselho que não se comprometiam com o conjunto das decisões.

Mesmo a Conferência de Cultura foi realizada por algumas pessoas do conselho que se mobilizaram e, em grande parte, foram as subprefeituras, fóruns regionais e membros da secretaria. Vale apenas dizer que é impossível decidir grandes questões uma vez por mês. A dinâmica deve ser mais colada, descentralizada e funcionar de forma convergente também para a cidade, mas precisamos ter um ritmo forte para poder levar em frente qualquer proposta mais séria.

Margarete Moraes Não tenho notícias se o Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre está funcionando plenamente hoje em dia, mas, independentemente disso, eles são muito necessários. Nossas instituições públicas são muito frágeis e precisam de conselho, precisam de diálogo com a sociedade civil e o controle público não estatal sobre o Executivo é essencial. A organização da administração pública é, por si só, lenta, burocrática, isolada e corrupta, de forma que a sociedade precisa ter meios de fiscalizar permanentemente, tanto as políticas como os recursos.

Defendo que os conselhos possam ter outra função, já que a forma do aparato do Estado atual exige instrumentos de diálogo e de fiscalização e os conselhos são instrumentos fundamentais. A fiscalização é um papel tradicional, mas é um papel importante de que não se pode abrir mão.

Sobre a elaboração de políticas públicas, em Porto Alegre houve altos e baixos, variando de acordo com o presidente do conselho. Inicialmente, era um espaço apenas para queixas, sejam elas da secretaria, sejam da política. No entanto, com a força e exigência dos conselheiros, o conselho passou a ter uma atuação significativa.

Os conselhos são fundamentais para o aprofundamento da democracia.

Em Porto Alegre havia um grande conflito entre a Secretaria de Cultura e a classe de teatro por causa da ocupação de algumas áreas. Com isso, o governo deixou um prédio para a prefeitura comprar e distribuir para a turma da cultura e o conselho fez a mediação. Consegui estabelecer normas e regras para que a ocupação daquele espaço o tornasse um espaço

público de todos e de todas nesse conceito republicano. O conselho, portanto, atuou com um papel de moderação, de mediação. E esse

Nossas instituições públicas são muito frágeis e precisam de conselho, precisam de diálogo com a sociedade civil e o controle público não estatal sobre o Executivo é essencial

deve ser o papel do conselho, ser um espaço de elaboração de políticas junto ao órgão público de cultura, permitindo a representação dos diversos segmentos da cultura e das pessoas da comunidade.

Heitor Gaudenci Jr. Atualmente, o governo municipal está nomeando e colocando para funcionar diversos conselhos. Essa é uma situação bastante preocupante, porque não

tivemos tempo de consolidar uma estrutura ou um funcionamento do conselho que pudesse nomear os representantes independentemente do governo. O mandato do poder público é de quatro anos, mas o da sociedade civil é de dois anos. Assim, a sociedade civil poderia passar pelo processo sem truncar, mas não foi o que aconteceu, já que, na verdade, houve desaceleração das ações participativas, inclusive o Conselho Municipal de Cultura.

A dificuldade dessa questão é que, por mais que tenhamos criado canais reais de envolvimento da comunidade na formatação e formulação do próprio conselho, o conselho não é uma instituição já reconhecida de fato pela sociedade e tida como um espaço de real participação. É o meio possível de participação, mas há divergências, por exemplo, pela criação das representações por áreas, ou por causa dos produtores culturais, que não se vêem com muitas vantagens em participar dos conselhos.

Gustavo Freiberg Para mim, a única garantia de continuidade de qualquer processo de mudança se dá com a participação popular. Há quatro anos estamos impulsionando na cidade a reativação do Conselho de Cultura e, ao mesmo tempo, participando de fóruns, que se tornaram espaços importantes na cidade. Esse trabalho com os fóruns, em São Paulo, se deu a partir de dois anos atrás e, embora tenha sido iniciativa da própria secretaria, em alguns lugares o fórum já existia e houve algumas experiências que pararam e outras que continuaram.

Mas, de alguma maneira, o fórum era o que a gente sentia que nasceria do Conselho Municipal de Cultura e essa foi a primeira das frustrações, já que os fóruns

não foram a base de sustentação do Conselho Municipal de Cultura. O principal motivo disso é que o Conselho de Cultura estava conformado a partir de linguagens que, de alguma

Para mim, a única garantia de continuidade de qualquer processo de mudança se dá com a participação popular

maneira, determinaram uma questão mais corporativa, mas, mesmo considerando que as corporações que eram representadas no conselho, quem participava dele eram realmente atores do processo e não produtores, ou seja, eram aquelas pessoas que realmente fazem cultura em São Paulo.

Não concordo com várias questões em relação à expectativa não cumprida, porque o governo não nos abriu a possibilidade que colocávamos. É certo que em algumas reuniões do conselho estavam, em uma ponta da mesa, o Hamilton e eu e, na outra, o secretário e toda reunião com 16 pessoas era um pingue-pongue que de alguma forma marcou os anos seguintes. No entanto, sinto que a questão não passa simplesmente pelo secretário ou pela política de governo, só a participação popular garante que esta política pública tenha um real compromisso com a sociedade, os criadores e produtores de São Paulo, ou seja, um compromisso de participação e de fortalecimento. E este processo não está sendo visto na Câmara Setorial de Cultura que vai compor o futuro Conselho Nacional de Cultura.

Tentando discutir e entender e fazendo propostas para o conselho, há uma questão mais profunda de como conseguir numa primeira instância a real participação dos atores no processo político, já que existem dificuldades em analisar as ações politicamente e, ao mesmo tempo, se torna essencial que quem produz e usufrui de cultura participe desses espaços.

A Conferência Municipal de Cultura permitiu que as pessoas participassem e discutissem a questão da cultura na cidade de São Paulo e foi emocionante ver esse processo no qual realmente houve participação popular. No entanto, nós, como conselheiros, temos que assumir nossa parte de responsabilidade. Não conseguimos propor políticas porque, de alguma maneira, o único que fizemos foi questionar aquilo que o secretário colocava e não concordávamos ou, eventualmente, aceitávamos e deixávamos por isso mesmo. Não conseguimos mobilizar outros conselheiros e brigar pelas atribuições a que tínhamos direito por lei. Temos, portanto, que assumir a responsabilidade como militantes, criadores e participantes do conselho. Esta é, portanto, a análise de, por um lado, o papel do Estado e, por outro lado, a função dos atores culturais e políticos nesse processo de conformação. É importante lembrar que esses processos não virão de cima e que não é fácil abrir mão disso, e aqui há várias pessoas que ocuparam o lado de lá. Mas temos que pensar a partir de uma visão política ideológica, que tem a ver com este lado de cá. Em São Paulo, não conseguimos fazer uma reunião, convocar o conselho, mesmo que isso estivesse previsto em lei. Assim, temos que questionar o Estado, mas também temos que questionar o papel que a gente decide que cumprirá nesta história.

Altair Moreira Tenho até uma visão um pouco cética em relação ao conselho no Estado atual, porque, acima de tudo, ele deve ser um pacto político entre a sociedade civil e o governo. Nenhum governo tem clareza das políticas públicas de cultura e não é capaz de conviver com a diversidade que os conselhos demandam, mas, por outro lado, há a discussão de que não se tem a cultura participativa como um direito.

Esses são alguns dos problemas, na medida em que se deve criar um pacto no conselho, levando em conta que ambos os lados são autoritários – tanto a sociedade civil quando propõe e o poder público que não sabe possibilitar que a demanda da sociedade seja socializada, ampliada, incorporada e apropriada. Assim, existe um diálogo anterior às reivindicações que serve para estabelecer agendas de formação de ambos os lados para que cresçam e se fortaleçam no sentido da construção de uma política pública de médio e longo prazo. Ou seja, na verdade, a idéia é tentar estabelecer políticas que possam ser apropriadas no território.

Quando as reivindicações são setorializadas ou corporativas, perde-se uma dimensão. Quando não se tem uma proposta de política pública, ou qualquer outro tipo de política, a corporação se torna sempre maior e a reivindicação também aumenta.

Uma política com eixos democráticos, participação e conscientização da população é diferente de uma política dos produtores culturais, já que buscamos discutir a cidade e como fazer melhor as ações, mudando a cultura política. É estranha, portanto, a idéia de São Paulo não ter um pacto com o conselho na agenda. Em Santo André, por exemplo, uma das questões para a formação do conselho era a discussão sobre a cidade que queremos, ou seja, o poder público acha que a cidade ideal é uma, mas a sociedade quer de outra forma e elas precisam ser compartilhadas. Se a política é surda, temos que abrir mão de ser política de governo para ser política de Estado. Nenhum município tem clara a política de cultura, não

Uma política com eixos democráticos, participação e conscientização da população é diferente de uma política dos produtores culturais

sabe quais os fundamentos de uma política democrática, não tem convicção disso e sempre vai reforçar o clientelismo.

A discussão que fazíamos com o Conselho de Cultura de Santo André era: vocês têm que articular a sociedade porque vocês não representam a sociedade. Vocês são uma possibilidade de representação, mas no conjunto vocês têm que se fazer representar, de forma que devem ir discutir com a sociedade. E o poder público está aqui discutindo, mas nós temos uma política pública de acesso, formação, etc.

Isso, no entanto, está errado porque não atacamos esse pacto no sentido de mudar a cultura política, que deve ser uma mudança radical, seja do Estado, seja da sociedade.

Um dos grandes lances do conselho, portanto, é o processo educativo de ambos os lados, que coloca a necessidade de articular a sociedade e de ter um reflexo dela nos conse-

lhos. Santo André e Porto Alegre ainda são os lugares onde os serviços foram bastante positivos para a população que, de certa forma, se reconhece ali e o poder se sente incomodado de não tomar as ações. No entanto, onde não existe essa mobilização e

Temos, portanto, que refundar o conceito de participação e não apenas na idéia institucional, mas também nas outras instâncias, nos serviços, no atendimento em geral

onde esses serviços não ocorrem, a Secretaria de Cultura tem que parar, já que, muitas vezes, a população tem uma visão da Secretaria de Cultura como uma secretaria de artistas e não da população. O Ministério da Cultura não é um ministério dos artistas, é o ministério da sociedade, que deve buscar assegurar os direitos da sociedade. Isso vale para a questão pública e às vezes o poder público não articula os conselhos nessas discussões, porque ele quer exatamente uma fragmentação para cooptar. Temos, portanto, que refundar o conceito de participação e não apenas na idéia institucional, mas também nas outras instâncias, nos serviços, no atendimento em geral.

Em Santo André as reuniões aconteciam na secretaria, mas entendíamos que mesmo não estando o secretário, as reuniões poderiam acontecer, já que tinha um representante dele. A questão, portanto, não é de resistência no território, mas a decisão política é acreditar que as pessoas são parceiras. O desafio dos conselhos, portanto, é refundar inclusive essa visão de que poucas pessoas podem ficar anos falando pela sociedade sem, na verdade, terem vínculo com ela.

Queremos a dinâmica da sociedade nos conselhos, suas preocupações. Conselho que não faz pacto de gestão não é conselho e se não se discute, se não faz nada, é só cooptação, ou apenas bate-papo no qual não se colocam discussões. Essa falta de discussões se dá na medida em que pensam que os representantes da sociedade terão um bônus com o governo por poder estar ali. Temos, no entanto, que refundar, reformular o conceito de conselho e de sociedade civil.

Bernardo da Mata-Machado Há duas fontes no princípio de legitimidade que estão sempre em conflito dentro dos conselhos. Uma fonte é reclamada pelos membros do governo e deriva da maioria obtida nas urnas das eleições. Em geral, os representantes governamentais, quando não querem discutir determinado assunto dentro dos conselhos, dizem que o programa foi submetido e aprovado pela população nas eleições. A outra fonte de legitimidade é reclamada pelos membros da sociedade civil e diz respeito ao princípio

de que apenas as normas que têm validade são as produzidas por debate público e deliberativo entre os atores sociais potencialmente afetados por essas normas, que é o famoso princípio defendido na obra de Habermas da deliberação por meio de debate público.

Evidentemente, eu diria que a utopia dos conselhos é justamente alcançar essa segunda fonte de legitimidade, ou seja, que membros que são afetados por aquelas políticas ou que serão potencialmente afetados, participem da deliberação pública. O argumento governamental de que a legitimidade das urnas prevalece me parece um argumento absolutamente falacioso, principalmente considerando que os programas eleitorais raramente refletem as diretrizes que os partidos em disputa estão pretendendo imprimir em suas políticas públicas; ao contrário, os programas eleitorais procuram se parecer um com o outro, já que eles têm sido feitos com base em pesquisas sobre demandas da população e, em geral, os partidos colocam na campanha eleitoral tópicos que respondam a essas expectativas e às demandas.

Mesmo que o programa partidário seja sincero, que efetivamente corresponda ao que o grupo que disputa o poder pensa, ele raramente é detalhado a ponto de dar conta de todos os fenômenos políticos do dia-a-dia. Em geral, os programas são mais vagos, com tópicos mais gerais e que raramente dão conta das situações enfrentadas pelas políticas culturais ou no cotidiano das políticas públicas.

Além disso, é importante dizer que nada garante, mesmo que o programa eleitoral seja sincero, que ele será colocado em prática, porque há uma série de constrangimentos ao exercício do poder que estamos verificando com bastante nitidez ultimamente. Ou seja, há as pressões políticas e o poder dos lobbies e, ao mesmo tempo, há a necessidade de ampliar a coalizão que disputou o poder, necessidade de o governo se ampliar e conquistar outros apoios que por si só alteram a agenda e as diretrizes daquelas políticas que foram pensadas — e isso inclui, evidentemente, a tentativa de obtenção de maiorias no parlamento.

Existe também uma tendência de pragmatismo muito forte nos governos, ou seja, de buscar perpetuação no poder a qualquer custo. Essa postura muitas vezes leva a coalizão que está no governo ou o partido mais forte que controla essa coalizão a desistir de enfrentar grupos poderosos que antes, no programa partidário

ou no programa proposto nas eleições, se dispunha a enfrentar. Assim, o pragmatismo leva a que o grupo que está interessado em se perpetuar no poder não enfrente outros grupos de poder e, ao contrário, estabeleça compromissos com esses grupos poderosos buscando a reeleição ou a manutenção do poder.

Portanto, o argumento de que o nosso programa foi aprovado nas urnas é falacioso. Assim, evidentemente, a fonte de legitimidade que se fundamenta no princípio de que as normas devem ser produzidas em debate público e deliberativo é a real fonte de legitimidade e é essa fonte que sustenta a idéia de participação política, de conselhos, de Orçamento Participativo, de audiências públicas e quaisquer outros instrumentos de participação.

O argumento governamental de que a legitimidade das urnas prevalece me parece um argumento absolutamente falacioso

Existe também uma tendência de pragmatismo muito forte nos governos, ou seja, de buscar perpetuação no poder a qualquer custo

Depois de vivenciar toda essa experiência, não podemos ser ingênuos porque o poder do governo é muito maior, ou seja, quem detém os instrumentos de governo tem poder por deter a chave do cofre, ter iniciativas de projetos de lei na área orçamentária e administrativa. Além disso, com a iniciativa do Executivo em propor projetos de lei de reforma, cria-se muitas vezes o poder de polícia, inclusive de repressão e de coerção. Assim, por concentrar demasiado poder, os governos em geral têm facilidade de cooptar outros atores não-governamentais dentro desses espaços de decisão colegiada, que são os conselhos, e construir maiorias neles.

Francisco Ferron Uma coisa que chama a atenção é a colocação do Hamilton Faria sobre o conselho como uma autoridade cultural. Nunca me senti autoridade cultural,

nem com espaço, nem com lugar, a não ser nas reuniões em que se é convocado e pode-se questionar e interpelar um secretário. O conselho tem uma função importante, mas dentro de uma idéia de socialização

O conselho tem uma função importante, mas dentro de uma idéia de socialização do poder, não de governabilidade, mas de governança em determinada área

do poder, não de governabilidade, mas de governança em determinada área.

Existe, ainda, mais uma questão: reclamamos que temos apenas uma reunião por mês, mas dá para fazer quantas reuniões sem receber nada nem para condução? Como podemos exigir participação assim?

Hamilton Faria Em relação ao Conselho Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, a forma como o Gustavo colocou deu a entender que quase fomos reativos, como se a iniciativa política estivesse na secretaria, mas isso não foi verdade. Desde o primeiro momento houve intervenção particularmente nossa, embora uma ou outra pessoa também participasse ativamente. E nossa participação se deu no sentido propositivo, como, por exemplo, a proposição da Conferência Municipal de Cultura que realizamos desde o início das atividades do conselho.

A secretaria deveria fazer propostas de política pública, tanto é que meses depois a secretaria não dizia que não tinha propostas e o secretário falou que discordava da minha fala sobre a ausência de políticas públicas e propostas. Eu achava que essa política não estava claramente explicitada, mas que ele deveria ter apresentado as políticas específicas de cada comissão.

Vejo, portanto, que um conjunto de propostas centrais partiu da sociedade. Não fomos reativos, pelo menos uma parte do conselho estava ali propondo o tempo todo, desde a construção, perguntando qual era o lugar do conselho na cidade. A comissão elaborou com participação do conselho e sistematizou todas as teses da conferência, inclusive a plenária final de que participamos.

Em agosto de 2003, o orçamento deveria passar pelas comissões e pelo conselho geral, mas não passou. Fomos cobrar o secretário que disse que foi erro deles. Em 2004 o orçamento foi discutido nas comissões, mas também não foi aprovado no Conselho pois a Secretaria de Finanças enviou diretamente para a Câmara

Assim, tivemos iniciativa em uma coisa central, como é o orçamento, a definição do orçamento da cidade, mas o poder do poder foi tão forte, tão impactante e ficamos a ver navios.

Mas aí queria entrar na questão de que o poder tem um papel extremamente forte sobre o conjunto da sociedade, e há uma falta de compromisso, um esvaziamento da cultura participativa porque não é apenas a questão do poder não querer partilhar, mas também da sociedade não querer participar. Esse é o buraco central e é o impasse que estamos vivendo hoje.

Há um esvaziamento da cultura participativa porque não é apenas a questão do poder não querer partilhar, mas também da sociedade não querer participar

O que Bernardo nos traz é de grande relevância. O que se observa hoje é que há muito pouco interesse do poder na partilha, e nos processos participativos, mesmo em governos democráticos.

A participação implode alianças, redefine prioridades, projetos, orçamentos, etc. Existem lugares sem conselhos, mas com resultados culturais positivos – como no caso de Itapeverica da Serra. No entanto, se tivesse conselho, o que isso reconfiguraria na localidade? Talvez pudesse muitas vezes reconfigurar para pior.

O que quero dizer é que essa não-necessidade de partilhar é evidente, mas, por outro lado, é necessário fazer, retomando uma idéia que o Altair Moreira trouxe do Laboratório, a refundação das práticas sociais participativas. Isso também passa pela refundação da sociedade civil. Mas que sociedade civil é essa? Que enigma é esse?

Ao mesmo tempo, as pessoas dizem que está avançando, que há participação, mobilização, mas, por outro lado, predomina a governabilidade e a falta de resultados. Quando a Margarete fala de Porto Alegre, foi um momento

Hoje, por exemplo, fazendo esse balanço, questiono se os conselhos tiveram um efetivo controle social das políticas. Tiveram um trabalho de fiscalização? Qualificaram a democracia? Que resultados que ele trouxe?

sui generis, inclusive da gestão, em que confluíram muitas energias. Mas temos que realmente olhar para os bairros, tolerar, fazer parte da cidade, reunir a cidade.

Hoje, por exemplo, fazendo um balanço, pergunto se os conselhos tiveram um efetivo controle social das políticas. Tiveram um trabalho de fiscalização? Qualificaram a democracia? Que resultados que ele trouxe?

Sem dúvida esses são questionamentos que estão dentro de um cenário maior do desencantamento da política. Recentemente o Jorge Kayano do Instituto Pólis trouxe no Laboratório dados interessantes da cidade de São Paulo em que 30% valorizam a democracia, 30% são contra e 40% oscilam entre um e outro.

Sim. Com isso, 30% não acreditam em participação, 50% valorizam, mas não têm disposição. E a falta de disposição é porque falta informação para uma parte, para outra falta tempo e para outra as práticas são chatas e faltam dinâmicas mais convidativas para as pessoas participarem.

Há, portanto, um certo esgotamento no modelo de participação. Temos que repensar o conselho neste cenário e ver que o processo participativo é mais complexo.

O processo participativo deve ser combinado com outras fontes de participação, que é a reconquista do cotidiano como território vital e é fundamental, porque, em nome das políticas públicas, muitas vezes esses processos cotidianos foram abandonados.

O processo participativo deve ser combinado com outras fontes de participação, que é a reconquista do cotidiano como território vital

Há aí, inclusive, uma certa perversão da democracia no sentido de que os quadros que participavam dessa fonte, desse manancial da sociedade, foram trazidos para dentro do Estado e, ao mesmo tempo, requalificados no interior do poder. É como se tivesse sido um avanço da consciência, ou seja, ele saiu da prática local e agora é do Estado, que passa a falar pelo universal: "Me respeite, porque eu sou um cara do movimento e agora fui promovido a Estado". Só que agora ele está falando de um outro lugar e desqualifica a sociedade civil.

O processo participativo deve, portanto, impulsionar o processo de desobediência civil, de ação direta, de processos simbólicos, de manifestações simbólicas, de ação da cidade, escutas culturais, processos descentralizados de participação e o fortalecimento do local. Houve também um processo de enfraquecimento do local em nome das políticas públicas universais que poderiam ser a saída para os movimentos sociais.

Enfim, para concluir, temos que pensar novamente o lugar da autonomia, não do ponto de vista que pensamos na década de 70, porque não existe nada autônomo — tudo é interdependente hoje —, mas qual é o lugar de apropriação? Onde as pessoas e grupos se fazem? E como autônomos, onde fazem leis de si mesmas? Temos que pensar na presença que ela pode ter na cidade no sentido de revitalizar essas formas institucionais, porque, se for assim,

Temos que pensar novamente o lugar da autonomia, não do ponto de vista que pensamos na década de 70, porque não existe nada autônomo — tudo é interdependente hoje

vamos realmente trocar algumas coisas, qualificar até a democracia, discutir e brincar de participação porque isso não terá uma incidência de resultados. Não queremos retomar uma política de resultados, mas sim saber quais são os resultados efetivos que estão trazendo do ponto de vista tanto da conceituação da formulação como do processo educativo das pessoas. No Orçamento Participativo, por exemplo, viu-se que poderia ser uma fonte de reeducação na qual as pessoas também ressignificassem sua cidadania e não apenas buscassem resultados concretos de tantos por cento. As pessoas também se descobriam como pessoas, como cidadãos, como participantes da cidade.

Heitor Gaudenci Jr. Queria dialogar sobre o que foi falado ponderando as experiências de Piracicaba. Se os planos ou programas de governo fossem honestos, não elegeriam e, portanto, não seriam cumpridos os seus mandatários. Reli agora o programa de governo que nos levou à eleição em 2000 em Piracicaba, "Piracicaba: Desenvolvimento e Qualidade de Vida", que era o tema de coligação PT/PV, e, no trato da questão da cultura, há dois parágrafos que dizem "a cultura deve ser vista como um direito devendo se criar as condições para produzi-la e consumi-la. Se a cultura é um direito que deve ser universalizado, o poder público como representação da sociedade deve ter a responsabilidade de seu exercício prático cotidiano. O Estado deve assumir a missão de assumir e generalizar esse direito. A noção de cidadania plena da consciência e exercício de direitos, enfim de direitos de ter direitos e de praticá-los, não será efetivada em sua plenitude enquanto a cultura não tiver o tratamento prioritário que merece. Tal mudança guarda estreita proximidade com uma nova cultura política participativa que vem sendo gestada, fundada no ideal republicano da separação terri-

toriais públicos e privados, e no preceito democrático do controle da sociedade civil sobre os assuntos públicos, e por fim, ao poder público cabe, portanto, um triplo papel na cultura, em primeiro lugar assegurar o exercício de direito e depois atuar no fomento no estímulo da produção cultural na democratização do seu consumo, por fim, não mais e não menos importante, provocar a participação de toda a sociedade na definição de todas as decisões públicas e incorporá-la no momento de colocá-las em prática na melhor concepção do termo parceria".

Se a cultura é um direito que deve ser universalizado, o poder público como representação da sociedade deve ter a responsabilidade de seu exercício prático cotidiano

Se analisarmos esses valores, percebemos a questão do negro, da criança, do direito das mulheres, entre outras questões que compunham o programa de 2000 e que elegeram no primeiro turno o prefeito Machado. A experiência foi extremamente significativa e, para ilustrar, quero dar um exemplo que alguns já conhecem. O rio Piracicaba, como disse no começo, é um símbolo da cidade e a região no entorno do rio e a rua do Porto, o próprio engenho central, estão ali conformados no diálogo com o rio. No entanto, a rua do Porto tinha sido abandonada e é um local turístico com bares, gastronomia, etc., mas que deixou de existir como rua do Porto, na medida em que os bares viraram de costas para o rio que hoje está poluído e sujo. Campinas está poluindo o rio Piracicaba e toda a região ficou com mau cheiro. Para resolver, o governo desenvolveu um projeto que nós chamamos de Projeto Beira Rio.

O Projeto Beira Rio teve na sua elaboração não o diagnóstico de alguns iluminados que pudessem ali dizer o que precisava ser feito. Tomamos a decisão de fazer um diagnóstico extremamente minucioso com a participação de todos os atores que interagem com o rio, como o tocador de viola, o cantador de cururu, o cara do boteco, o que queria andar em torno do rio, o pescador, os turistas que chegavam ali.

A participação da comunidade efetivamente se evidenciou ali e tudo o que foi diagnosticado numa região de 800 metros no entorno do rio mudou a cara do rio e a relação entre o rio e a comunidade — até obras de esgotos foram feitas.

Fomos desenvolvendo neste processo atividades na Secretaria de Cultura, desde a criação do projeto Cultura nos Bairros, que é próxima da descentralização de Porto Alegre, até o encerramento da gestão com a constituição do conselho.

Neste processo tenho a sensação de que, dependendo da forma que agirmos, fortalecemos a tese da privatização do Estado via corporações, enxergando o Estado como novo mecenas que passa a ser o fomentador, estimulador e patrocinador das atividades de cultura, seja no balcão ou pelo patrocínio direto a eventos como foi em São Paulo. E Piracicaba não está fora disso.

Por outro lado, temos que tomar cuidado para não sermos autoritários, como disse Altair Moreira, nos sentindo donos da representação das sociedades civis e estando fora do poder de governo. É bastante tênue essa relação de quem não está no governo e, ao mesmo tempo, se coloca na condição de querer decidir pelo governo. E o governo, objetivamente, não é governo dele próprio, por mais pragmático que ele seja, porque ele não é pragmático quanto à execução do serviço ou do programa pelo qual se elegeram. Muitas vezes, o pragmatismo visa à reeleição lá na frente e esse pragmatismo tem que

O conselho é um mecanismo pelo qual a possibilidade da participação se dá agora, não tentando fechá-lo como a única possibilidade de participação, mas ele deve ser um elemento catalizador, um local onde o debate aconteça livremente

não a abolição, termos a vivência anarquista, quem sabe até abolirmos o Estado? Mas isso é muito mais utópico do que realidade objetiva.

O conselho é um mecanismo pelo qual a possibilidade da participação se dá agora, não tentando fechá-lo como a única possibilidade de participação, mas ele deve ser um elemento catalizador, um local onde o debate aconteça livremente. Por tudo isso, em Piracicaba, não colocamos nenhum presidente ou secretário executivo no regimento do conselho, mas sim uma coordenação e, em acordo que fizemos na representação de governo e na representação da sociedade civil, o coordenador do conselho e o secretário do conselho são representantes da sociedade civil, ou seja, o secretário de Ação Cultural participa do conselho como integrante e não preside a mesa e não decide a pauta da discussão.

Margarete Moraes Tenho certeza de que realizar democracia é muito difícil, principalmente em um país como o Brasil, que vive há pouco tempo em democracia e não tem efetivamente uma cultura de participação popular na gestão do Estado. Ainda estamos instigando a participação e começando nossos governos. A classe média e a classe alta, que têm todas as necessidades satisfeitas, votam e não querem participar de reunião, nem perder tempo e contribuir com o futuro da cidade. Elas simplesmente não se interessam. Quem se interessa nos orçamentos participativos são as pessoas pobres, os excluídos que têm demandas pontuais muito fortes e vão nas assembléias, pagando passagem com o próprio dinheiro, porque querem participar e têm necessidades pontuais a serem resolvidas.

Por outro lado, às vezes a democracia exagera, como em Porto Alegre, em que acabou girando em círculos e discutindo sem resolver ou oferecer resultados. Além disso, o

As pessoas deixam de ir a esses fóruns porque sentem que estão perdendo tempo, o que é uma das causas do desencantamento com a política

governo não executa o que foi combinado nas reuniões e aí também se torna uma desilusão, e as pessoas deixam de ir a esses fóruns porque sentem que estão perdendo tempo, o que é uma das causas do desencantamento com a política. A outra causa é a indiferenciação, ou seja, todos os projetos e métodos são iguais, os partidos são diferentes ainda no programa, mas quando chega no governo, se tornam iguais ao partido anterior.

Sou bastante esperançosa e otimista e acho que 16 anos na administração de Porto Alegre foi uma vitória fundamental, porque mudamos, mas não resistimos a 16 anos e caímos na rotina, burocratizamos e temos toda a culpa pela derrota. Essa prefeitura, no entanto, marcou época porque colocou novos conteúdos, novas formas de participação e novas práticas. No final de nossa gestão, também cooptamos lideranças comunitárias para tra-

balhar do outro lado e essas mesmas lideranças que foram cooptadas, foram novamente cooptadas para o outro lado, porque quem se vende, se vende para quem paga mais.

Analisando a questão do poder, para mim, o poder é sempre permeável. Existem as boas e as más companhias e existe sempre uma tentação se a máquina é corrupta. Por isso, é necessário o contraponto da sociedade civil. A perpetuação a qualquer custo faz com que os governos sejam reféns das corporações mais poderosas e mais nefastas possíveis. Não adianta constituir uma base aliada e não dominá-la, ou ser refém de uma base aliada, não hegemônizá-la. Mais do que uma base aliada do Congresso parlamentar, é necessária uma base aliada na população.

Bernardo da Mata-Machado A primeira questão que apresento retoma o que foi colocado sobre o déficit da participação que sentimos nesse momento específico do mundo contemporâneo. Não adianta entrar em um discurso de exortar à participação, porque ele pode não ser eficaz. É muito importante partir para uma reflexão a respeito dos custos da participação para verificar como superá-los e o que está influenciando para a ausência de participação.

Há, evidentemente, um déficit de participação da sociedade. Na pesquisa sobre a participação, que foi citada, o argumento sobre a falta de tempo parece ser bastante sincero. Estamos vivendo em um período, em que o capital está correndo e o trabalho toma grande parte do cotidiano das pessoas. Atualmente, as pessoas precisam realizar diversas coisas durante o dia e ainda precisam levar trabalho para casa.

Há outro fenômeno que os cientistas políticos já localizaram há muito tempo, que é o efeito carona: prefiro que outro participe porque eu posso ser beneficiado pelos bônus que ele conquista participando e fico livre do ônus da participação. Esse fenômeno faz com que pouca gente se disponha a participar na expectativa de que o outro consiga alguma coisa e eu não precise ir atrás. Essas questões precisam ser consideradas dentro do contexto da hegemonia do capitalismo.

Há também um processo em que vivemos desde a década de 70 de fragmentação das entidades coletivas. Vejo a preocupação, por exemplo, de ver representação de movimentos populares de cultura, ou de movimentos de identidade: faixa etária, jovens, por etnia, ou por circunscrição territorial. Há um processo de fragmentação das identidades coletivas que parece ser uma reação também a um processo de globalização cultural, de padronização cultural.

Há também um processo em que vivemos desde a década de 70 de fragmentação das entidades coletivas

É muito difícil, nesse contexto de fragmentação das identidades coletivas, conseguir representações, ou seja, conseguir primeiro que todas as identidades sejam representadas, e, em segundo, constituir movimentos gerais que aglutinem identidades fragmentadas. Estamos verificando, inclusive, que há um processo em que não se consegue mais montar federações de movimentos que pudessem ser representadas e que pudessem representar vários fragmentos ao mesmo tempo e essa é uma grande dificuldade para a participação, já que a fragmentação é atomizada. Isso coloca um problema porque não se pode ter um conselho de 200 pessoas ou de toda cidade, em que todos possam ter assento.

Francisco Ferron Todos incentivam a participação, mas de alguma maneira adotam-se estratégias tão chatas que afastam as pessoas. Parece um jogo cínico, do tipo "eu quero que você participe, mas desde que eu mande". Isso também acontece, por exemplo, quando se participa da vida política ou de um partido político. Há um jogo perverso e sujo em que as pessoas fazem o possível e o impossível para se tornar irracional, impulsivo. Pergunto, às vezes, nas reuniões dos conselhos, se também não saímos com a mesma sensação de inutilidade, de questionar o tempo perdido.

Hamilton Faria Concordo com a idéia da fragmentação das identidades coletivas, mas por outro lado há novos fatores em cena. Um dia desses, por exemplo, saiu uma matéria de um professor da PUC que fala da emergência da multidão, a diferença entre a multidão e a massa. Para ele, a massa muitas vezes está tutelada por uma proposta e a multidão não. São várias identidades fragmentadas que acabam também se manifestando de uma determinada forma, como, por exemplo, a Parada Gay. Na verdade, existe ali uma questão de afirmação de identidade coletiva, mas há uma fragmentação de interesses e até de simpatizantes, de pessoas que não têm a mesma identidade, de políticos. É a multidão catalisando um conjunto de pequenas identidades que não têm aquela lógica clássica dos blocos ou de qualquer coisa dessa natureza, mas revela a emergência de outros atores.

Francisco Ferron Isso é interessante. Pergunto-me se essa bandeira que está sendo levantada de uma refundação da autonomia não teria a ver, inclusive, com a idéia do Heitor sobre o renascimento do anarquismo. Tem também a ver com essa idéia de que a participação nos rituais do Estado é cansativa, cínica e acaba afastando pessoas. Gostaria de concluir com o mesmo argumento que apresentei em uma mesa sobre conselhos no Fórum Cultural Mundial em 2004. Disse uma frase em que continuo acreditando que é: se está ruim com os conselhos, pior sem eles

argumento que apresentei em uma mesa sobre conselhos no Fórum Cultural Mundial em 2004. Disse uma frase em que continuo acreditando que é: se está ruim com os conselhos, pior sem eles.

Margarete Moraes Estava pensando no "cínico" do Ferron, e lembrei que cínico dá quase cívico. Talvez o cinismo esteja exatamente na disputa que os processos sociais sempre se colocam, por aquilo que o Bernardo colocava no começo da figura da "mão invisível" de mercado do Adam Smith em que o poder se tornou. As pessoas que têm esta indignação, na realidade, ao se ausentarem da disputa, favorecem a presença cínica da institucionalidade falida. Lembrando o princípio gramsciano do partido político, veríamos que o partido deveria ser o catalisador da diversidade e da potencialidade da sociedade e, portanto, não o fortalecimento dos indivíduos como caciques que ali se favorecem. A própria instituição do partido político passou a ser mais um espaço de disputa de poder para se legitimar no poder instituído do cívico. Do cívico ao cínico, portanto, é um passo — não apenas a troca de uma letra, mas um passo. Penso que a experiência do conselho, em especial na área de cultura, pode nos levar a pensar não apenas na importância dele, mas em

especial na área de cultura, na mudança da cultura do próprio exercício da participação no conselho. Isso porque os conselhos, via de regra, são iniciativas do poder público, na sua constituição. Ou seja, não é a sociedade civil que se organiza para organizar o conselho, é o secretário ou o prefeito quem o faz. Um conselho não pode ser instituído por um vereador do ponto de vista da institucionalidade, nem pela sociedade civil, ele é instituído pelo poder Executivo. A mudança, portanto, desse procedimento pode também ser um elemento pedagógico na reformulação dos procedimentos da própria sociedade, porque esse processo é muito mais complexo do que conseguimos aprofundar. Essa questão mereceria diversos debates, mas não se pode pensar o conselho sem pensar o conceito de Estado, como isso se conforma e qual seu papel na sociedade contemporânea brasileira.

Se é verdade que 36% do que eu produzo vão gerar o PIB ou viram arrecadação governamental, isso é bastante atraente, do ponto de vista da conquista, não apenas para aqueles que querem gerir, mas para aqueles que podem se aproveitar disso. Não estou falando aqui de corrupção, mas falando da legitimidade de disputar os valores que ali estão disponíveis para os serviços de que a sociedade necessita, o que torna tudo mais grave ainda.

Altair Moreira As contradições que vivemos neste país são enormes e o conselho, em especial na área de cultura, pode contribuir para mudanças significativas na sociedade se não se restringir apenas a pensar a cultura como "belas-artes", mas pensar na possibilidade objetiva daquilo que anotei como uma referência importante: a idéia da cidadania como direito à cidade.

E direito à cidade não é simplesmente direito à cultura, é a condição objetiva de ter todos os direitos. Por tudo isso, é importante que o Conselho de Cultura não seja apenas um conselho das linguagens artísticas, mas do diálogo com os diversos atores que convivem na cidade.

Hamilton Faria Estamos vivendo uma crise civilizatória, de referência, na qual somos muito mais agidos do que atores. A forma como o próprio modelo mundial se conformou talvez permita que saíamos dessa crise com outra definição do processo participativo, não apenas

limitando ao âmbito da política, mas à reconquista da vida. No fundo, o que está no horizonte dos processos participativos é como reconquistar a vida, o ar, a emoção, o encantamento etc.

Mas há também algumas coisas que precisam ser colocadas no horizonte, e aos poucos já estão sendo colocadas, mas não estão sendo efetivamente enfrentadas. Um dos exemplos é a questão do Estado. O Estado brasileiro é um Estado patrimonialista, formado como

Do cívico ao cínico, portanto, é um passo – não apenas a troca de uma letra, mas um passo

Por tudo isso, é importante que o Conselho de Cultura não seja apenas um conselho das linguagens artísticas, mas do diálogo com os diversos atores que convivem na cidade

No fundo, o que está no horizonte dos processos participativos é como reconquistar a vida, o ar, a emoção, o encantamento etc.

rede de interesses. É um Estado que não separa o público do privado, que, inclusive, não completou nem o processo republicano.

Cristóvão Buarque falou há pouco sobre o reencantamento do Brasil, em seminário no Teatro Brincante, e eu estava justamente dialogando isso com ele, afirmando que não se trata de completarmos o republicanismo, como ele pensa. Temos que entrar em outra chave, que não é mais a chave republicana, nem só a chave da participação, mas é a chave do direito à vida no sentido mais amplo, ou seja, do republicano somado à questão do desenvolvimento humano. Se não completarmos essas duas chaves, todo o processo se torna complicado, porque estaremos sempre completando algo atrasado. A revolução não se completou, a burguesia não se apropriou do poder e sempre estaremos empurrando os outros para completar o que não conseguimos, sem avançar nesse processo.

A participação também deve estar contextualizada nesse cenário de crise civilizatória, pensando em que encontros da sociedade sustentável podemos promover. É por tudo

A participação também deve estar contextualizada nesse cenário de crise civilizatória, pensando em que encontros da sociedade sustentável podemos promover

isso, portanto, que essa discussão é a discussão de um todo. Falou-se muito, por exemplo, sobre a reforma do Estado, afirmando que ele é pouco ágil, não tem capilaridade,

tem processos burocráticos e tempos diferentes do da cultura, por exemplo, que é diferenciado, as formas de contratação e a descentralização, entre outras questões.

E há algumas questões do Estado que não dizem respeito nem ao Estado anarquista, nem ao Estado provedor ou mesmo ao neoliberal, mas sim a um Estado minimamente responsável que possa dar conta da agilidade da sociedade civil, porque o Estado acaba massacrando e impossibilitando iniciativas da sociedade e enfraquecendo-a, em vez de contribuir para sua emancipação.

Gostaria apenas de fazer algumas propostas em relação aos conselhos. Concordo com a idéia de termos que fazer um diálogo maior com a cidade, não sei ainda como, mas que passe talvez pela integração das políticas públicas, pela ampliação temática. Assim poderemos incluir diferentes linguagens, diferentes dinâmicas, envolvendo, por exemplo, os jovens e colocando temáticas como a questão da paz, das humanidades, entre outras. Essas temáticas poderiam entrar não apenas como comissão, mas como transversais às políticas.

Conversamos no Laboratório que talvez um tema bastante unificador das políticas públicas e da participação da cultura no cenário da cidade seja a questão da violência e da cultura da paz, defrontando os processos de inclusão e de exclusão. Temos também que ter uma definição mais clara do papel decisório do conselho. Por que, por exemplo, o conselho não pode decidir sobre determinados recursos da cidade? Ou sobre as próprias leis culturais? Por que não pode servir não apenas para chamar as pessoas, mas também para abrir o cofre, no sentido de gerenciamento de fundos públicos? Assim ele poderá ter realmente um lugar maior nesse processo.

Hoje as pessoas têm dificuldade de deslocamento, de tempo, etc., e é, portanto, necessário que a participação seja convincente não do ponto de vista empregatício, como

cabide de emprego, mas é um moralismo não ter recursos para a participação. A idéia não é que se pague a participação, mas que se pague tempo e empenho. São propostas que talvez possam apontar para novas experiências e possibilidades de participação na cidade, mesmo que não resolva de imediato toda a perplexidade que está mais ligada às práticas participativas.

Heitor Gaudenci Jr. Quando pensamos no conselho, acreditamos que poderíamos alargar o máximo possível as representações locais para termos um conselho que tratasse da cultura como identidade cultural, e pensar na cultura como exercício coletivo. A representação das humanidades é uma senhora ligada à umbanda, o que é extremamente interessante pensar a religiosidade afro ocupando espaço no conselho onde a marca religiosa do interior paulista é a do catolicismo. Aliás, para brincar um pouco com a expressão do Adorno "capitalismo tardio", podemos falar de "catolicismo tardio" no Brasil.

Devemos tentar, talvez, não fazer apenas discussão acadêmica ou intelectual dos conselhos, mas tentar compreender as formatações, como as decisões são tomadas, quem ocupa cargo de direção e trocar experiências de fato.

Talvez pudéssemos pensar em um plenário maior com representantes dos conselhos, liderados pelo Pólis, e que poderia

Não cheguei ainda ao ponto de "ruim com ele, pior sem ele", ainda acredito que é bom com ele e estou otimista. O conselho é um instrumento sim de controle da sociedade civil e da vida pública

ser um instrumento interessante de troca e afinação do que estamos criticando aqui. É importante sacarmos isso do ponto de vista da escuta. Não cheguei ainda ao ponto de "ruim com ele, pior sem ele", ainda acredito que é bom com ele e estou otimista. O conselho é um instrumento sim de controle da sociedade civil e da vida pública.

Altair Moreira Além da questão dos conselhos, o que me deixa mais preocupado são os fenômenos mundiais para os quais a cultura não está desperta. Há, por exemplo, o movimento de Davos contra a questão econômica, no qual existe uma grande mobilização voluntária, mas a sociedade civil perdeu um pouco a noção de como trazer algumas coisas simbólicas entremeadas de atitudes que podem trazer uma nova expectativa para a mudança da vida comum de hoje. Talvez, os conselhos e quem rege a política cultural ou a política macro do município teriam que se preocupar em como mobilizar a sociedade em cima de alguns marcos identitários que se perderam ou que estão por aí, para que se possa ter uma noção de movimento e para que isso se torne importante.

Outro dia, por exemplo, na Caminhada contra o Câncer havia diversas pessoas mesmo sem camisa entrando na passeata. Outro exemplo é a questão da identidade francesa na União Européia, onde o voto é voluntário e 60% das pessoas foram para dizer que não querem perder sua identidade. Um dos discursos de uma mulher era de que a grande agressão para ela foi ver a bandeira da União Européia, onde todos os países são representados por estrelas cor de ouro. Ela sentiu-se agredida porque achava que cada país não deveria ser uma estrela, mas sim ter sua própria bandeira e não perder sua identidade.

Esse é um desafio maior que a questão dos conselhos: como podemos fazer uma ação de política pública para que as pessoas retomem valores e se re-insiram no território em que vivem? É um desafio da sociedade civil para o poder público ter noção da cultura, noção das pessoas dentro de seu mapa.

Às vezes, ficamos muito presos à questão do que é importante, de decidir ou não, fazer ou não fazer, e não vemos como podemos fazer com a sociedade algum tipo de

Esse é um desafio maior que a questão dos conselhos: como podemos fazer uma ação de política pública para que as pessoas retomem valores e se re-insiram no território em que vivem?

movimento que se torne importante e impactante. A Parada Gay, por exemplo, é uma passeata bastante interessante e importante e que, quando surgiu, o poder público resolveu fazer um projeto de lei em que as passeatas gays

devessem ser financiadas e usufruir do financiamento público. Se a sociedade civil é extremamente competente para fazer a passeata, por que o poder público vai abrir? É exatamente no sentido da apropriação, de dizer "nós estamos com vocês", mas o poder público não discute na educação a questão da sexualidade, a educação sexual, os comportamentos, etc.

Perdeu-se esse olhar de como criar âmbitos na sociedade civil para que ela se mova sobre identidades que perdeu e quem trabalha com o poder público deve estar voltado para isso. Hoje sabemos que o governo se move diante de alguns impactos, ou seja, se um grupo de pessoas começar a bater bumbo na rua, eles ficam preocupados, querem receber e falar. Nesse contexto, essa idéia de querer institucionalizar as pessoas do conselho, e as pessoas também estarem extremamente contentes por serem institucionalizadas porque acham que poder é algo complicado e que precisa ser pensado em termos éticos.

Se alguém está representando a população, não pode ser cooptado por um emprego na Câmara, como aconteceu com boas lideranças de OP que foram contratadas como assistente de deputado, ou coordenadores de OPs em algumas periferias. Ou seja, toda aquela massa crítica que era feita em relação ao movimento e aos direitos perde-se na medida em que as pessoas são absorvidas pelo poder público e passam a defendê-lo.

É necessário restabelecer uma ética de relação entre conselheiros e seus representados, ética que também é quebrada em nome da fragmentação. O grande processo da cultura participativa se dá na medida em que reeducamos as pessoas. Além disso, o poder público não aposta como deveria, que quanto maior a sociedade organizada, melhor para o próprio trabalho do poder público.

Bernardo da Mata-Machado Gostaria de apontar algumas coisas. Primeiramente, quero fazer uma proposta teórica, evidentemente com objetivos práticos para entender melhor o mundo e orientar melhor a nossa ação. Proporia que dividíssemos a chamada cultura participativa, ou processo de participação, em participação política e participação societária. O trabalho teórico é o trabalho de fazer distinções. Não sei até que ponto elas são úteis, mas me parece que, quando se trata de participação política, necessariamente deve-se ter como referência o Estado — não que a participação política seja institucional. Pode-se ter uma participação, por exemplo, em

um partido político, mas o Estado está aí como referência e o objetivo do partido político é a conquista do poder do Estado. Trata-se de uma participação política *stritu senso*.

Proporia que dividíssemos a chamada cultura participativa, ou processo de participação, em participação política e participação societária

A chatice está mais na participação política *stritu senso*, do que na participação societária, que costuma ser entusiasmada, alegre, com mobilização de emoções positivas. É possível fazermos *links* entre participação societária e participação política e gostaria de resgatar a idéia das conferências para contrapor o que o Heitor disse sobre os conselhos serem criações do Executivo. O mecanismo da conferência pode ser um espaço de mediação entre participação societária e participação política, e se os conselhos surgem das conferências, evidentemente terão que ser acatados pelo poder Executivo para se transformarem em leis. Mas, no momento em que pressionarmos o poder público para estabelecer conferências, devemos buscar reunir o máximo de participação societária para se transformar num desenho de participação política institucional, num conselho.

Hamilton Faria Em relação à fala do Bernardo, talvez, o conselho deva superar essa tipologia sendo também o espaço de fusão e de aproximação da participação societária à participação política. Se

o conselho for apenas um espaço da representação política, ou só da representação societária, ele ficará débil. O que sugeri no conselho de São Paulo é

Se o conselho for apenas um espaço da representação política, ou só da representação societária, ele ficará débil

que ele não tivesse apenas esse tipo de representação, mas fosse aberto para essas novas dinâmicas que são mais flexíveis, lúdicas, amorosas e, por exemplo, que não têm CNPJ. Se formos fazer uma segmentação dessa participação societária e política e entendermos a política como lugar da razão e a societária como lugar da emoção, podemos ter uma segmentação perigosa, porque a necessidade da reinvenção do político é a possibilidade de se abrir para uma outra razão e se abrir para o regurgitamento da questão da sociedade hoje e das comunidades de emoção.

A política não se resolve pela política e, se no conselho só discutirmos o ponto de vista tendo como referência o poder político ou a representação de Estado, nossa discussão ficará muito limitada, porque essa fragmentação que a civilização contemporânea nos fez tem que buscar um novo sentido de totalidade. Por isso pensamos na totalidade da cidade, na totalidade das representações, a emoção com a razão, a

A necessidade da reinvenção do político é a possibilidade de se abrir para uma outra razão e para o regurgitamento da sociedade hoje e das comunidades de emoção

celebração, porque, do contrário, fica como se fosse a escola, a hipertrofia do racional, por exemplo, que não se abre para outras dimensões, de forma que não adianta querer ensino universal e todas as crianças na escola se não repensarmos a própria lógica em que ela se organiza. A política também tem que repensar a própria lógica com que ela se organiza, porque, se a política existir apenas como a representação do Estado e o próprio partido como a representação de parte da sociedade, a discussão fica também comprometida.

É, portanto, muito importante recolocarmos essa conversa dentro da crise do pensamento contemporâneo, de toda essa situação de perplexidade que vivemos hoje

perplexidade que vivemos hoje, que não pode ser enfrentada apenas no campo da política, mas também no da educação, no da sustentabilidade, no da vida e outras diversas coisas que dão esse sentido de contextualizar uma experiência como essa dos conselhos.

É, portanto, muito importante recolocarmos essa conversa dentro da crise do pensamento contemporâneo, de toda essa situação de

Ana Claudia Teixeira Ninguém aqui disse para pararmos de brincar com tudo isso e fazermos outra coisa. Tem um tom aqui que eu tenho partilhado em outros espaços de permanecer reafirmando a importância do conselho. Mas temos duas direções a tomar. Uma

Se cairmos na lógica de olhar apenas para os conselhos, todo o resto se perde

que também são formas de participação e que precisam ser reconhecidas e valorizadas. Se cairmos na lógica de olhar apenas para os conselhos, todo o resto se perde.

delas é encarar que o espaço dos conselhos é um dos espaços, dentro de uma infinidade de espaços participativos e não-espaços,

A segunda coisa é que é bom ter conselho, mas não qualquer conselho. Ou seja, vamos investir em algo, mas não de qualquer maneira. Ao mesmo tempo que ampliamos a idéia de participação, temos que olhar o próprio espaço do conselho e pensar em reformulações. Quanto às reformulações e discussões de ampliação, coloco agora seis itens para tentar juntar as idéias.

Um primeiro ponto que apareceu forte no início tem a ver com quem realmente participa, com a mobilização desses atores, com a representação, com a pluralidade. Está ligado desde a história de resolver a questão dos notáveis e dos não notáveis até a questão de estabelecer quem financia a participação para que se tenha realmente um conjunto dentro dos conselhos com essa pluralidade de atores. Tem a ver com a idéia de quem está participando e com a necessidade de ampliar o debate sobre a participação dentro dos conselhos.

Precisamos também tomar cuidado nas discussões sobre conselhos para não jogarmos tanta expectativa em algo que pode estar em um processo ascendente ou em um processo descendente. Há uma série de questões

Ao mesmo tempo que ampliamos a idéia de participação, temos que olhar o próprio espaço do conselho e pensar em reformulações

naquele processo, e tenho resistência quando alguém diz "Vamos parar de olhar essa história de conselho porque isso não vale nada". Mas de que conselho se está falando? Em que processo histórico ele está? Ele está em um momento de configuração no qual os atores todos se organizaram e botaram todas as energias nele, ou está em um momento no qual tudo já foi para o brejo? Qual momento é? Se falamos em absoluto, também, parece que não faz muito sentido, de forma que acredito na necessidade de olharmos e reinventarmos esses processos.

Queria retomar uma coisa em relação aos conselhos. Temos essa questão da informalidade e da formalidade e temos que retomar fortemente isso. Como podemos pegar os informais e dar visibilidade, credibilidade e avaliar a presença deles? A informalidade é

muito séria e o tamanho dessa representação também. As localidades devem chegar a algum corte porque não adianta pensar que há homogeneidade nas cidades, que todos os cidadãos têm o mesmo padrão.

A outra questão é o problema da autonomia ou não do conselho, porque o conselho, na hora em que é nomeado pelo secretário como órgão do departamento

de cultura, perdeu sua autonomia. E essa história de quem é o presidente do conselho e como ele se elege, na maioria das vezes, é próprio secretário e quem forma a pauta e faz as convocações é a secretaria. A partir daí não existe contratação.

Tenho resistência quando alguém diz "Vamos parar de olhar essa história de conselho porque isso não vale nada"

Regulamentação interna dos conselhos

Nesta parte foram reunidas as falas que tratam da regulamentação interna e da legislação dos conselhos de cultura. Nas experiências apresentadas, foram discutidos temas como: a institucionalização das relações (devem ser criadas leis institucionalizando a relação dos conselhos com o poder público?); atribuições do conselho (o que cabe ao conselho fazer?); como ele deve ser organizado (por áreas temáticas, por comissões, por regiões, etc.?); quem deve ser o presidente (o secretário de cultura ou alguém da sociedade civil?); quantos membros tem e como são escolhidos, entre outras questões.

Um dos principais pontos que aparecem na discussão das regulamentações dos conselhos diz respeito ao seu caráter normativo ou deliberativo. Há argumentos sobre a importância do caráter deliberativo para que o conselho possa pressionar o governo a realizar ações. Há, por outro lado, argumentos de que deve ser normativo por causa da legitimidade do conselho diante da legitimidade de um governo eleito democraticamente.

Hamilton Faria A lei de São Paulo de 1975 diz que o órgão do conselho está no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, de forma que institucionaliza a relação entre a administração municipal e os setores da sociedade civil, participando da elaboração, fiscalização e execução da política cultural. O conselho tem caráter normativo e consultivo e compete a ele representar a sociedade civil junto ao poder municipal, elaborar as normas e diretrizes da política cultural, apresentar, discutir e dar pareceres sobre projetos que digam respeito a produção, acesso e difusão cultural, à memória sociopolítica, artística e cultural, além de estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção e difusão cultural do município. Ao conselho também cabe garantir a continuidade dos projetos culturais e emitir pareceres sobre as questões referentes a prioridades programáticas, orçamentárias, propostas de fundo, distribuição de orçamento e estabelecimento de convênios, bem como colaborar com a política de telecomunicações e com o estudo e o aperfeiçoamento da legislação sobre políticas culturais nos três âmbitos.

Esse conselho se organiza em oito comissões, como, por exemplo, das Linguagens, Literatura, Artes Cênicas, Artes Audiovisuais, entre outras. Estabelece também uma comissão um

pouco diferente, a Comissão de Movimentos da Sociedade, com duas pessoas indicadas pelas entidades. Cada entidade pode indicar duas pessoas para as diversas comissões, sendo que uma delas é do quadro da entidade e a outra pode ser colaboradora ou amiga da entidade. De cada comissão, duas pessoas são escolhidas para um conselho geral, em que há pessoas indicadas pela comissão e uma pessoa indicada da lista triplíce do secretário. Esse conselho geral toma as decisões em plenária anual. Esta lei, apesar de atualmente defasada, tem aspectos interessantes que ainda podem ser trabalhados.

Heitor Gaudenci Jr. Em Piracicaba, com o conselho empossado, teve de ser feito o regimento interno de funcionamento porque, apesar de uma lei dizer quais as funções do conselho, é necessário definir como ele procederá para suas atividades regulares, como reuniões comuns, considerando a diversidade de pessoas que participam.

Uma das questões importantes no regimento foi dar voto ao suplente quando o titular estivesse ausente da reunião, ou seja, o titular tem voz e voto e o suplente tem voz e delibera na ausência do titular. Isso deu dinâmica ao conselho e, aí, com 64 membros, na prática 18 deliberam. Conseguimos, portanto, ter reuniões bastante produtivas até o fim do ano, quando perdemos as eleições e não houve continuidade do governo.

Bernardo da Mata-Machado Outra questão que algumas pessoas falaram é sobre a importância de o conselho ser deliberativo. Ele não precisa ser deliberativo

Ele não precisa ser deliberativo em tudo, mas deve ter espaços de deliberação, espaços em que ela seja determinativa e que obrigue o poder público a cumprir essas ações

em tudo, mas deve ter espaços de deliberação, espaços em que ela seja determinativa e que obrigue o poder público a cumprir essas ações. Minha experiência no Conselho De-

liberativo do Patrimônio Cultural é bastante impressionante nesse ponto, porque se decidíamos por algum tombamento não tinha outras instâncias para deliberar. Isso, aliás, era até considerado problemático, porque os proprietários tinham o poder de impugnar o tombamento, mas quem julgava a impugnação era o próprio conselho, não havia instância superior, levando a um problema procedimental. Mas com isso abríamos para o proprietário defender no conselho sua impugnação, era uma discussão pública e nós publicamente defendíamos a preservação daquele bem do qual ele era proprietário. Aquela decisão não cabia ao prefeito homologar nem nada, ela era publicada e pronto. Quando o conselho é deliberativo, ele gera interesse, as pessoas querem participar porque elas sabem que terão poder de decisão, o que é muito importante.

Quando o conselho é deliberativo, ele gera interesse, as pessoas querem participar porque elas sabem que terão poder de decisão, o que é muito importante

Por fim, dentro ainda desta questão deliberativa, é muito importante lembrar que a frustração com os conselhos tem a ver com a ausência de poder de decisão em relação às críticas ao

conselho de São Paulo. No fundo, parece um ritual do qual se participa sem sentido.

Ana Claudia Teixeira Um ponto importante é sobre a descrição do desenho institucional. Parece coisa pequena, mas faz muita diferença a composição, a forma de eleição, ter comitê ou não, funcionar uma vez por semana ou não, ter presidente eleito

ou ser o secretário, etc. Ou seja, todas essas questões de desenho institucional e de criação fazem diferença no resultado.

Talvez outro caminho que tenhamos falado é de como podemos explorar mais as experiências. Logicamente, cada realidade é uma e cada invenção é uma invenção, mas podemos aprender um pouco com o outro quando começamos a ver a conformação desses espaços e como essa conformação impacta na participação.

Financiamento das políticas culturais

Aqui foram reunidas algumas falas que tratam da questão do financiamento da cultura. Nesta questão foram apresentados diversos argumentos tratando das leis de incentivo. Em geral, há uma postura contrária às leis de incentivo, afirmando que elas mercantilizam a cultura, além de que beneficiam apenas poucos artistas. Também foram apresentadas críticas em relação ao espaço que os governos dão para que as empresas escolham seus patrocínios com base nas leis de incentivo e o quanto isso deveria ser controlado, visto que são recursos públicos. Assim, são apresentados diversos argumentos críticos em relação às atuais leis de fomento.

Como alternativa, são apresentadas algumas experiências de fundos municipais de cultura que servem para garantir financiamento para artistas que não estão inseridos no mundo cultural mercantilizado.

Por fim, são também levantadas questões relativas à importância dos financiamentos públicos na cultura como mecanismos de distribuição de renda.

Margarete Moraes Buscando ligar o conselho de Porto Alegre a outros instrumentos de participação, criamos o FUNPROARTE. Depois de um ano de discussão com a comunidade cultural e, para definir como a secretaria deliberaria seus investimentos para produção artística de maneira direta, foi criada no FUNPROARTE a Comissão da Administração. Além disso, a avaliação e a seleção foram formadas pela comunidade cultural e pela Secretaria de Cultura, de forma que inspirou a criação de um conselho compatível a esse espírito diferenciado.

Lá acreditamos que uma das formas mais perversas, nefastas e excludentes da gestão cultural são as Leis de Incentivo à Cultura. Em Porto Alegre não existem, nunca deixamos que acontecessem, e a cultura foi um dos carros-chefe do governo nos 16 anos.

Altair Moreira Em Santo André a política municipal se baseava na idéia de que quem cuidava da população era o Estado, que deveria ter orçamento, garantir bons serviços, investir na formação, no acesso, etc. Para nós, financiamento era fomentação e dar fomento era o primeiro passo para se chegar perto dos artistas, de maneira que criamos o Fundo de Cultura, primeiro na expectativa de ser um projeto especial da secretaria em que se pudesse captar ou fazer programas especiais que não estivessem no orçamento. Quando formatamos o projeto e a lei foi aprovada, resolvemos fazer o fundo voltado para o desenvolvimento das linguagens artísticas, juntamente com a questão de patrimônio, memorialista, escritura, etc. O fundo buscava ser um facilitador para a produção cultural

Para nós, financiamento era fomentação e dar fomento era o primeiro passo para se chegar perto dos artistas, de maneira que criamos o Fundo de Cultura

maturar a idéia do conselho, que virou lei em 1999, na segunda gestão do Celso Daniel.

Nos anos 90, quando discutíamos as leis de incentivo, o PT era contra porque achava que o poder municipal deveria ter um orçamento e trabalhar com a população, ou seja, o dinheiro deveria ser do orçamento e estar disponível para as comunidades usufruírem. Quando hoje tudo se viabiliza com leis de incentivo, é porque o poder público percebeu que é melhor designar isso para o mercado e diminuir seu trabalho. Assim, os conselhos, com as leis de incentivo, estão empobrecendo as políticas públicas e reforçando que o Estado não seja parceiro do desenvolvimento humano da população. Isso tem que ser discutido com os conselhos para que eles tomem consciência de que, quanto mais o Estado sai fora, mais os privilégios se traduzem nas leis de incentivo e menor fica a qualidade da discussão pública.

Francisco Ferron Existe uma lei de prêmio de estímulo em Campinas com recursos. Ela era votada na Câmara e virava um prêmio de estímulo a produções das áreas. O conselho era quem organizava o funcionamento dessa lei, fazia os editais. Nessa época, o conselho tinha poder, tinha recursos, fazia análises. Mas, na hora em que a lei foi esvaziada, não existiu mais o prêmio.

Poderíamos discutir o que quisermos sobre cultura, mas 70% dos recursos da área de cultura são financiados diretamente pelo poder público, por menor que sejam eles. Isso se torna

70% dos recursos da área de cultura são financiados diretamente pelo poder público, por menor que sejam eles

impressionante se imaginarmos como se dá na Previdência, ou na Saúde, ou seja, quanto dinheiro existe mesmo em um país pobre. Aqui entra a discussão de por que não estamos trabalhando na distribuição de renda? E, inclusive com a cultura, porque em função disso o Estado é auto-referente, ou seja, busca referência em si mesmo, padrões em si mesmo, valores em si mesmo e não se importa com o resto.

No entanto, pelo que a sociedade é pautada? A sociedade se pauta como uma civilização de consumo, na qual os shows têm grande sofisticação, tudo é bastante complexo, não existe mais a singeleza, a simplicidade, a singularidade.

Essa sofisticação, no fundo, vai ser jogada em cima do agente que tem dinheiro. Se analisarmos quem tem avaliado projetos culturais, dá para ver que a consistência deles é brincadeira. Se os projetos vão para as empresas, elas vão querer também o recurso público. Em São Paulo, existe a Lei de Incentivo à Cultura, que era baseada em recurso orçamentário. Mas na primeira divergência do conselho com o secretário ele simplesmente acabou com os recursos. Esse jogo é bastante complicado, porque

A sociedade se pauta como uma civilização de consumo, na qual os shows têm grande sofisticação, tudo é bastante complexo, não existe mais a singeleza, a simplicidade, a singularidade

se o recurso da cultura fica ligado diretamente ao orçamento, alguém pode mudar a prioridade e acabar o financiamento.

É importante, portanto, pensarmos nas alternativas. O conselho tem uma função desde que haja uma socialização da gestão, ou seja, uma nova sistemática de contratação que se torne pública. E, ao mesmo tempo, deve-se conseguir cobrar e distribuir, caso contrário, não tem sentido e não seria por eleição, por indicação ou por competência.

Altair Moreira Preocupam-me bastante as chamadas políticas compensatórias. Essas políticas não redistribuem renda, elas evitam o confronto que já está dado. Elas acabam funcionando como uma necessidade imediata e se transformam em mais um mecanismo de paternalismo do Estado e não de formulação da autonomia do cidadão.

Estamos falando de um país com mais de 50 milhões de pobres, onde a redistribuição de renda é a segunda pior do mundo, só perde para Serra Leoa. Essas informações são gritantes: o salário mínimo baixo, a falta de qualidade de vida das pessoas, etc.

A Margarete tem razão quando coloca que o aumento da capacidade econômica do Brasil seja em nível de exportação, e que não tenha dado retorno para o bem-estar e a qualidade de vida da população. Por mais que se aumentassem empregos, acreditando nos números do Governo Federal, com mais de 2 milhões de empregos gerados, é necessário saber onde eles foram criados, se têm carteira assinada, se os são de alta ou baixa qualificação e sua remuneração. Todos esses fatores avaliam o quanto estamos realmente gerando inclusão social.

Ana Claudia Teixeira Um ponto que foi pouco tocado aqui, mas que tem aparecido bastante em outras discussões, tem a ver com os recursos, os fundos públicos e os recursos privados que passam pelas políticas públicas. Esta questão está pegando vários conselhos. Estava há pouco tempo em um debate no Conselho da Saúde e foram apresentados os dados sobre os equipamentos públicos estatais. Os conselhos vigiam estes financiamentos, controlam esses recursos quando eles são destinados para programas do poder público estatal, mas grande parte dos recursos da saúde está indo para hospitais privados onde não há controle social. É dinheiro público, mas o equipamento é privado e, portanto, não tem fiscalização. Essa discussão também foi trazida aqui em relação à cultura quando se debatiam as Leis de Incentivo à Cultura e isso tem a ver com a apropriação privada de recursos públicos.

Entre o tempo de termos inventado os conselhos e o que estamos vivendo atualmente, a entrada do mercado nas políticas públicas e a apropriação foram bastante violentas. A discussão sobre o público, o estatal e o privado é algo extremamente complicado e que precisa ser encarado.

Participação política e conselhos de cultura: uma proposta

**Bernardo Novais da
Mata-Machado**

Historiador e cientista político, pesquisador do Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro Belo Horizonte/MG.

Introdução

Este artigo está dividido em quatro partes: a primeira discute o conceito de participação política, comparado ao de representação política; a segunda examina o direito à participação na vida cultural (como formulado nos documentos da ONU/Unesco), utilizando-o como referência para definir, de forma mais precisa, a idéia de participação; a terceira parte debate o tema conselhos de cultura, suas características, potencialidades e limitações; a última parte apresenta uma proposta de conselho para a área cultural, condizente com os desafios do mundo contemporâneo.

Participação e representação política

1 BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 11. ed., 1998.

No início do segundo semestre de 2003, no curso de doutorado em Ciências Humanas (Sociologia e Política) da UFMG, o professor de Teoria Democrática Leonardo Avritzer fez aos seus alunos (entre os quais me incluía) um comentário que soou como um desafio: dizia ele que na Ciência Política o conceito de *representação* está muito mais bem definido do que o de *participação*. Para confirmar isso, continuava, basta consultar os respectivos verbetes no *Dicionário de política*¹, organizado por Norberto Bobbio.

De fato, no verbete sobre representação política está escrito que, embora esse termo comporte múltiplos significados, todos evocam o sentido de "substituir, agir no lugar de ou em nome de alguém ou de alguma coisa; personificar". O verbete sobre participação política, por sua vez, começa dizendo que essa expressão "é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação

Na Ciência Política o conceito de *representação* está muito mais bem definido do que o de *participação*

política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas, e por aí vai".

A conclusão é que "não obstante as numerosas pesquisas realizadas, ainda não foi elaborada uma verdadeira e autêntica teoria da participação política...". Este é o desafio embutido no comentário do professor L. Avritzer: é necessário definir com maior precisão o que seja participação política e é esta problemática que pretendo enfrentar nessa rápida comunicação.

Esse desafio teórico pode parecer, a princípio, um preciosismo, algo que interessa apenas à academia. Mas não é este o caso. A definição clara de um conceito é importante não só em função de sua comunicabilidade, ou seja, para que os interlocutores saibam do que estão falando, mas também em

função de sua operacionalidade, isto é, para que possa ser colocado em prática. Se não há clareza quanto ao conteúdo do que seja participação política, corre-se o risco de interpretar

Se não há clareza quanto ao conteúdo do que seja participação política, corre-se o risco de interpretar como tal ações que têm a aparência de participação

como tal ações que têm a *aparência* de participação, mas que são, na verdade, formas de cooptação de lideranças, mecanismos de ritualização de demandas, práticas de desresponsabilização do Estado ou, até mesmo, instrumentos de manipulação. E já que se está utilizando o *Dicionário de política*, vale consultar os verbetes *cooptação* e *manipulação*, nem que seja para começar a definir o conceito de participação política de forma negativa, ou seja, por aquilo que ele não é. Nos termos do dicionário, cooptação designa "o acolhimento, por parte de um grupo dirigente, de idéias, orientações e programas políticos propostos por grupos da oposição, com o fim de eliminar ou reduzir as conseqüências dos ataques vindos de fora".

Manipulação, por sua vez, é uma "relação em que 'A' determina um certo comportamento de 'B', sem que, ao mesmo tempo, 'A' solicite abertamente esse comportamento a 'B', mas antes lhe esconda sua intenção de obtê-lo, e sem que, por outro lado, 'B' note que seu comportamento é querido por 'A', mas antes acredite que é ele que o escolhe livremente".

O direito à participação na vida cultural

Para definir positivamente o conceito de participação política, é útil consultar os documentos internacionais da ONU e da Unesco que se referem ao direito à participação na vida cultural.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) diz, em seu artigo 27, que "toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de gozar das artes e de aproveitar-se dos progressos científicos e dos benefícios que deles resultam". Esse princípio foi detalhado no artigo 15 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) pelo qual os Estados-membros da ONU comprometeram-se a "respeitar a liberdade

indispensável à pesquisa científica e à atividade criadora" e a adotar medidas "necessárias à conservação, ao desenvolvimento e à difusão da cultura". Já a Recomendação sobre a Participação dos Povos na Vida Cultural (1976), da Unesco, define duas dimensões dessa participação: a dimensão ativa, que pode ser traduzida como o direito à livre criação; e a dimensão passiva, compreendida como direito à livre fruição.

Até aqui a idéia de participação tem largo alcance, mas a Declaração do México sobre as Políticas Culturais (1983) restringe o âmbito do conceito ao postular a participação dos indivíduos e da sociedade no processo de "tomada de decisões que concernem à vida cultural". Para tanto, recomenda "multiplicar as ocasiões de diálogo entre a população e os organismos culturais".

A partir da Declaração do México é possível apontar pelo menos quatro características do conceito de participação: a primeira, e mais fundamental, é a que reserva o uso do termo aos atos de tomada de decisões políticas; a segunda

Pode-se definir participação política como uma ação coletiva de atores sociais (indivíduos, grupos, comunidades, organizações, classes e movimentos sociais) cujo objetivo é influir nas decisões governamentais através da representação direta de interesses, materiais e ideais, em instâncias deliberativas do poder público

situa a participação na relação entre a sociedade e os organismos culturais, ou seja, refere-se ao Estado; a terceira estabelece que essa relação é direta e pela via do diálogo. Por último, quando se diz que o diálogo é com a população, pressupõe-se que o agente da participação seja um ator social, ou

seja, alguém que representa interesses coletivos.

A partir dessa análise, pode-se definir participação política como uma *ação coletiva de atores sociais (indivíduos, grupos, comunidades, organizações, classes e movimentos sociais) cujo objetivo é influir nas decisões governamentais através da representação direta de interesses, materiais e ideais, em instâncias deliberativas do poder público.*

A prática da participação direta, como complemento e alternativa à representação política indireta, justifica-se por aquele princípio que Jürgen Habermas chamou de "princípio D" (de deliberação), pelo qual só têm validade as normas emanadas do consenso obtido por meio do debate, público e deliberativo, entre os atores sociais potencialmente afetados por essas mesmas normas.

Os conselhos de cultura

Assim definida, a participação política pode se dar por intermédio de mecanismos institucionais diversos, tais como: audiências públicas, Orçamento Participativo, comissões e conselhos. Aqui se irá deter na questão dos conselhos.

A participação política pode se dar por intermédio de mecanismos institucionais diversos, tais como: audiências públicas, Orçamento Participativo, comissões e conselhos

No Brasil, a criação de instâncias de participação política, como os conselhos, é localizada, pelos estudos recentes², no período pós-Constituição

2 Refiro-me especialmente a: RAICHELI, Rachel. *Esfera pública e conselhos de assistência social; caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 2000 e TATAGIBA, Luciana. *Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil*. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

de 1988, admitindo-se uma "pré-história", que se inicia na década de 70, com os chamados conselhos comunitários, e prossegue, na década de 80, como a eleição de governos democrático-populares, particularmente no nível municipal. Essa literatura, talvez porque vincule os conselhos ao processo de redemocratização, omite todo um período da história do Brasil, que se inicia em 1930, no qual os conselhos também estiveram presentes³. Na área da cultura, por exemplo, destaca-se a criação, em 1937, do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os conselhos de cultura criados a partir de então, nos diversos níveis de governo, podem ser classificados em três tipos: conselhos de notáveis, conselhos de especialistas e conselhos corporativos.

Os conselhos de notáveis, a rigor, não podem ser considerados como instâncias de participação política, pois são compostos não por atores sociais, mas por personalidades individuais de destaque na vida intelectual e artística. Nesses conselhos, os membros não representam nenhuma organização coletiva. A rigor, não representam ninguém, nem mesmo a si próprios, já que a representação, como definida acima, pressupõe "agir em nome de alguém".

Os conselhos de cultura criados a partir de então, nos diversos níveis de governo, podem ser classificados em três tipos: conselhos de notáveis, conselhos de especialistas e conselhos corporativos

Os conselhos de especialistas, que atuam particularmente na área da proteção do patrimônio histórico e artístico, são compostos por indivíduos que representam especialidades, entre as quais a arquitetura, o urbanismo, as artes plásticas, a história, a sociologia, o direito, a antropologia, a etnografia e outras disciplinas afins. Contudo, não se pode dizer que essas pessoas agem *em nome* de suas especialidades, no sentido de estarem representando interesses e idéias de instituições profissionais, científicas ou artísticas. Embora possam ser indicados como representantes de entidades que reúnem especialistas (como os institutos de arquitetos, por exemplo), em geral sua atuação expressa mais o conhecimento pessoal de determinada matéria do que os interesses de suas respectivas associações. Entretanto, se comparado ao tipo anterior, a esses conselhos pode ser atribuído um grau maior de participação política, ainda que pequeno.

Os conselhos corporativos são compostos por segmentos artísticos, às vezes de uma única arte (como o cinema, por exemplo). Comparado aos dois outros tipos, o conselho corporativo é aquele em que a participação política, em sentido estrito, está mais presente. Em geral, têm assento nesses conselhos pessoas indicadas por entidades que congregam produtores, artistas e técnicos dos vários segmentos culturais. Como tal, representam interesses de atores sociais, embora se possa dizer que esses interesses, na maioria das vezes, sejam de cunho material e, raramente, expressem idéias e diretrizes.

Diante das grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas, pode-se dizer que esses três tipos de conselhos já não são mais representativos da complexidade cultural contemporânea. De um ponto de vista "macro", contempla-se um quadro

³ Ver: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Análise institucional dos órgãos colegiados federais e o Ministério da Indústria e do Comércio*. Belo Horizonte: Diretoria de Planejamento Social e Urbano, 1981.

Diante das grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas, pode-se dizer que esses três tipos de conselhos já não são mais representativos da complexidade cultural contemporânea

mundial caracterizado pela emergência de conflitos políticos e militares de natureza cultural (guerras culturais), pela fragmentação das identidades coletivas, pela implosão das tradicionais fronteiras que dividem as artes e pelo crescimento econômico da produção e do consumo de bens culturais. De um ponto de vista "meso", constatou-se que a Constituição de 1988 (particularmente os artigos 215 e 216), abriu caminho para uma compreensão ampliada da cultura, refletindo e induzindo a participação mais intensa dos diferentes "grupos formadores da sociedade brasileira". Na perspectiva "micro", observa-se, diante do avassalador processo de globalização da cultura, a emergência de movimentos de revalorização de identidades de grupos étnicos, religiosos e lingüísticos, bem como de circunscrições territoriais, como bairros, municípios e regiões. Esses movimentos de identidade, sejam eles ativos ou reativos, ambicionam o reconhecimento e a proteção.

Nesse novo contexto, o conselho de notáveis representa um tempo já superado, quando a política cultural era tratada como algo atinente única e exclusivamente às elites intelectuais e artísticas. Por sua vez, a ampliação da competência dos estados e municípios para conduzir suas próprias políticas de patrimônio, combinada com a adoção de um conceito lato de bem cul-

O conselho de notáveis representa um tempo já superado, quando a política cultural era tratada como algo atinente única e exclusivamente às elites intelectuais e artísticas

tural, introduziu tensões e desafios que exigem, para ser enfrentados, ações que ultrapassam as atribuições dos conselhos de patrimônio. Antes da Constituição de 1988, os bens passíveis de proteção legal

estavam limitados àqueles de excepcional valor e que faziam referência a fatos memoráveis da história do Brasil. Nesse contexto, era mais fácil justificar e obter consenso em torno da preservação desses bens. Mas se mesmo antes já se ressentia de uma participação mais efetiva das comunidades atingidas, hoje, com a possibilidade de estender-se a proteção patrimonial a bens materiais e imateriais de regiões, municípios, bairros e até mesmo a referências pontuais, não é mais possível abrir mão da presença direta dos interessados. A contribuição

A ampliação do conceito de cultura, o crescimento das indústrias culturais e dos movimentos populares de cultura, bem como a crescente hibridização e fusão dos estilos e segmentos artísticos, tornaram ultrapassado também o modelo corporativo

dos especialistas, embora fundamental, já não é suficiente. Por isso, foi bem-vindo o dispositivo constitucional que prevê a colaboração da comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro.

A ampliação do conceito de cultura, o crescimento das indústrias culturais e dos movimentos populares de cultura, bem como a crescente hibridização e fusão dos estilos e segmentos artísticos, tornaram ultrapassado também o modelo corporativo. Trata-se, agora, de desenhar um novo tipo de conselho, capaz de enfrentar os desafios postos pela sociedade contemporânea.

Uma proposta de Conselho de Cultura

Falar em conselhos pressupõe, de antemão, estabelecer suas atribuições, poder de decisão e composição. A literatura especializada indica que os conselhos tornam-se mais efetivos quando têm competência para formular diretrizes políticas, gerir fundos e fiscalizar a execução dos planos e programas governamentais. A efetividade torna-se ainda mais incisiva quando esses conselhos são deliberativos (em vez de consultivos) e paritários, ou seja, com participação igualitária da sociedade e do poder público. Além disso, quanto "mais forte" for o Estado e a própria sociedade civil (no sentido de sua abrangência e representatividade social), maiores serão as chances de êxito⁴.

Isso posto, pode-se apresentar agora uma proposta de Conselho de Cultura, capaz de fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Evidentemente, a proposta não pode ser considerada um modelo a ser aplicado em qualquer circunstância, mesmo porque o desenho de um conselho deve levar em conta, em primeiro lugar, a realidade social na qual ele está inserido, e os contextos são múltiplos e variados. O que se lerá a seguir é apenas uma *idéia* de conselho que, em tese, amplia a participação política tornando-a condizente com o conceito lato de cultura.

A sugestão mais polêmica propõe superar a tradicional divisão dos segmentos artísticos, substituindo-a pela distinção entre os três campos de produção da cultura: erudito, popular e da indústria cultural, entendidos sob novas bases teóricas. Operando uma mescla da obra de Renato Ortiz, *Cultura brasileira & identidade nacional*⁵ com a de Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*⁶ propõe-se distinguir esses campos da cultura não pelo tipo de produto, nem tampouco pelo produtor, mas pelo objetivo principal e pela espécie de público que suas respectivas obras visam alcançar. Partindo desses critérios, entende-se por indústria cultural o campo de produção cujo principal objetivo é obter lucro; para tanto, busca atingir o maior público possível. O campo erudito, por sua vez, é aquele cujas obras destinam-se aos próprios pares, e que objetiva o reconhecimento, o prestígio e a distinção social dos produtores e consumidores. Por campo popular compreende-se as manifestações culturais que objetivam fortalecer a coesão das comunidades às quais são dirigidas. Com base nessa classificação, pode-se distinguir, por exemplo, o cinema de tipo industrial, que inclui a maior parte da produção cinematográfica, o cinema erudito, que conhecemos pelo termo "cinema de arte", e o cinema popular, que é aquele que visa fortalecer os laços de identidade de uma comunidade nacional ou regional. Ainda exemplificando, pode-se distinguir o teatro de tipo industrial, que hoje chamamos "comercial", o teatro erudito, hoje denominado "experimental", e o teatro popular, como as encenações realizadas em festas sazonais (agrícolas, religiosas, etc.). E assim por diante. Acreditamos que essa segmentação, embora complexa, reflete com mais exatidão a realidade atual da produção cultural.

Falar em conselhos pressupõe, de antemão, estabelecer suas atribuições, poder de decisão e composição

4 BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. Rio de Janeiro: *Dados*, n. 4, v. 42, 1999, p. 14 (versão impressa).

5 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

6 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

Estabelecido o núcleo do conselho, com representantes desses três campos da produção cultural, faz-se necessário acrescentar outros atores cuja presença traduza o conceito amplo de cultura. Assim, sugere-se que tenham assento: representantes dos usuários, que podem ser escolhidos no âmbito das associações de amigos de instituições culturais, que ultimamente se espalharam pelo país; representantes de entidades de proteção de direitos culturais, como as que cuidam do direito autoral; representantes de movimentos sociais de defesa de identidades, como os que se referem às etnias, faixas etárias, gênero e circunscrições territoriais; representantes dos patrocinadores de atividades culturais, que se firmaram no mercado por meio das leis de incentivo fiscal à cultura; representantes de centros de pesquisas e estudos culturais, que têm surgido nas universidades e instituições afins; e representantes de entidades difusoras da cultura, como rádios, jornais e redes de televisão.

Entre os membros governamentais, além da óbvia presença dos organismos culturais, sugere-se a participação dos órgãos de educação, turismo e comunicação, áreas que atualmente possuem interfaces mais diretas com a cultura. A lista pode ser aumentada, mas deve-se cuidar para que os conselhos não tenham um número excessivo de membros, fator que pode dificultar seu funcionamento regular e efetivo.

Concluimos com uma advertência: os conselhos, em geral, não podem ser vistos como uma panacéia. A avaliação do funcionamento dos que foram instituídos após a Constituição de 1988, particularmente os mais robustos, que possuem competência deliberativa para gerir recursos, formular políticas

Concluimos com uma advertência: os conselhos, em geral, não podem ser vistos como uma panacéia

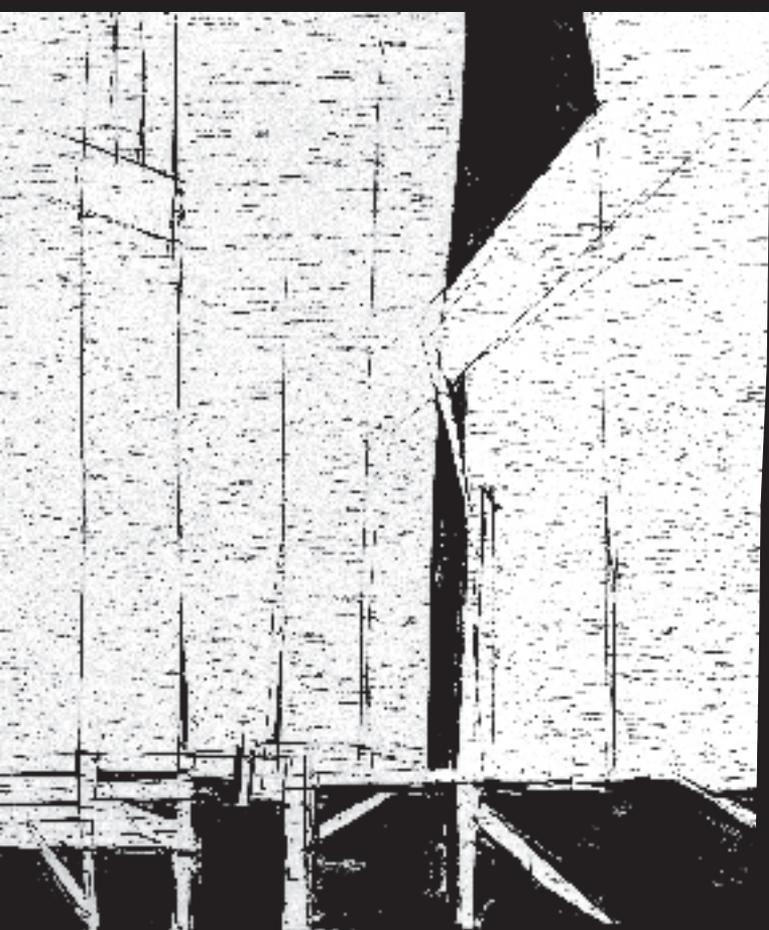
e fiscalizá-las (como os conselhos de saúde, assistência social e defesa dos direitos da criança e do adolescente), mostra que tem sido reduzida a capacidade decisória desses órgãos⁷ Isso por

vários motivos, sendo o principal deles a resistência e até mesmo a recusa dos representantes dos governos de partilhar o poder. Todavia, mesmo com essas limitações, tanto os especialistas como os conselheiros da sociedade civil continuam a ver nesses espaços institucionais "um importante avanço na construção de formas mais democráticas de gestão dos negócios públicos"⁸. Em suma, se está ruim com os conselhos, pior seria sem eles.

7 Ver especialmente TATA-GIBA, Luciana. op. cit. nota 2, p. 94.

8 Id. ibidem, p. 100.

Experiências de Conselhos de Cultura



Conselho de Cultura de Campinas: de olho na gestão dos recursos*

Entrevista com **Francisco Ferron**

Sociólogo, membro do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) e gerente do Serviço Social do Comércio de Campinas (SESC Campinas).

por **Bianca Santos**

Técnica da área de Cultura do Instituto Pólis e integrante do Laboratório de Desenvolvimento do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC).

Bianca Santos Após alguns seminários realizados no Pólis sobre conselhos municipais de cultura, a gente quer saber da sua experiência com conselhos, e um pouco da história do Conselho de Cultura de Campinas.

Francisco Ferron O meu primeiro contato com conselhos foi em São Paulo quando o vereador Mauricio Faria, por sugestão do Comitê de Entidades Culturais, produziu a lei que reorganizou o Conselho Municipal de Cultura de São Paulo, em 1991/92. Naquela época, existiam duas tensões que, de alguma forma, permanecem até hoje. A implementação da lei Mendonça e as discussões para a criação do Conselho. Era estranho porque o Comitê de Entidades Culturais reunia naquela época 20 e tantas entidades diferentes, o que o transformava praticamente num conselho. Era formado por entidades e pessoas envolvidas com a produção cultural. O pessoal imaginava que, com a criação do Conselho, o comitê ganharia personalidade, e espaço institucional na cidade, já que até então ele era informal, ou seja, havia simplesmente a adesão das instituições. As reuniões se davam na Câmara Municipal, às vezes no salão nobre ou numa sala que algum vereador conseguia pra gente. Em função desses problemas de informalidade, a gente imaginou que seria boa a transformação do comitê em um Conselho. Porém, a lei e o conselho em si foram deixados de lado, tanto que a lei só foi regulamentada praticamente no último ano da gestão Luíza Erundina, em 1992, durante a gestão da Marilena Chauí, que por sinal não se interessou de forma alguma em implementá-la. Na passagem da secretaria ela só fez uma primeira convocação, mas quem acabou implementando o Conselho foi o Rodolfo Konder. Então se iniciou o primeiro e principal problema dos conselhos. Até que ponto uma gestão municipal tem interesse em dividir o poder gestor da cultura, ou de qualquer área que ele abrange, com a sociedade? Precisamos repensar algumas coisas, pois qualquer área, seja ela Cultura ou Esporte, precisa da ajuda e do suporte da produção ligada a essa área. Falo produção porque dificilmente o cidadão comum vai ter interesse de gestão.

Bianca Santos Produção no sentido de criação?

* Entrevista realizada em setembro de 2003.

Francisco Ferron Também, mas o pessoal da produção propriamente dita, dos que produzem a oferta de produtos e atividades, é que acaba se organizando e pressionando. Parece que nós voltamos às velhas câmaras de artesãos da Idade Média.

Bianca Santos Mas você acha isso ruim?

Francisco Ferron Não, acho interessante, porque a administração ou a democracia pensada para administrar uma cidade, por meio da Câmara dos Vereadores, etc., não contempla essa ação de interesses e afirmação de talentos e capacidade de fazer.

Bianca Santos Mas hoje, graças às novas dinâmicas, a gestão de cultura está pensando uma coisa mais ampla que a simples produção artística.

Francisco Ferron Eu concordo com você, mas o que eu quero dizer é que quem se aproxima do conselho para influir na gestão é a produção.

Bianca Santos É o primeiro canal de aproximação. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Porto Alegre: as primeiras pessoas com quem eles tiveram contato para a formação do conselho foram os artistas.

Francisco Ferron Na verdade, voltou-se a ter uma percepção do poder público como fomentador e suportador da produção artística e cultural. Mas, com certeza, 90% da pressão vem dos artistas. Pesquisadores de cultura e o patrimônio vivo propriamente dito não aparecem muito. Assim, temos que o primeiro elemento importante dos conselhos é que eles são ocupados pela produção. Neste ponto, cria-se uma tensão com a gestão quanto ao financiamento e contratação dessa produção. Esse é o nó central que envolve e às vezes deturpa a função dos conselhos. Na verdade, para a gestão pública de qualquer área, principalmente na cidade moderna, há o conceito de que o poder público ou os governos são provedores de serviços e que eles não têm capacidade para produzir tudo diretamente, precisando contratar terceiros. Então, os conselhos começam a ganhar importância na dimensão política como câmaras que discutem e elaboram os esquemas de contratação geral. Definições de quem vai ser contratado e por quanto, que prioridade vai ser dada às diferentes áreas, e assim por diante. As leis de incentivo nada mais são do que uma fâsca no meio de tudo isso. O governo começou a se sentir tolhido na condição de contratador e criou um incentivo fiscal, delegando essa função para a sociedade. De qualquer forma, volta de novo a relação entre contratador e fornecedor dos serviços artísticos e culturais.

Bianca Santos Você estava falando sobre a experiência do Conselho de São Paulo. A lei coloca como objetivo deste conselho "elaborar, executar e fiscalizar políticas públicas de cultura". Está certo que ao conselho não cabe fechar o Teatro Municipal, abrir uma biblioteca ou algo assim. Para isso, tem uma gestão de cultura na cidade. Mas o que você entende como execução de políticas públicas?

Francisco Ferron A idéia, no fundo, é ter uma gestão compartilhada para que o conselho não seja apenas consultivo como o de Campinas ou outros. Na verdade, acho que 99% dos conselhos são consultivos. Esses conselhos não têm papel nenhum a não ser representar a sociedade como se fossem uma Academia Brasileira de Letras. E essa sociedade é a sociedade da produção, não a do usufruto, de quem se beneficia, mas de quem tem alguma coisa para vender, de quem tem alguma arte, alguma proposta, alguma intervenção com poder de mercado. Chama-me a atenção a pes-

quisa que Marta Porto, lá de Belo Horizonte, fez sobre os três elementos da cultura: a produção, o consumo e o financiamento. Nesta pesquisa ela fala que o produtor é um ser totalmente intermitente. Todo ator, pintor e bailarino pode ou vai ser produtor durante algum instante da vida. Então, quem é a produção? Na verdade, na época em que conversamos com o pessoal do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), produtor cultural nada mais era que um ser atomizado. Ele é um átomo, um microempresário, que não se liga nem se soma a ninguém. As sociedades jurídicas, as associações de pessoas nessa área [da cultura] são difícilimas porque o objeto do contrato social e depois a prática da firma atende a preferências, jeitos e vontades de algum dos sócios. Com isso se estabelece uma escolha que vai privilegiar um determinado projeto ou proposta e estabelece um vínculo onde há até certa promiscuidade com o artista, com o próprio fazer artístico.

Por isso, não existe produtor no sentido pleno da palavra. Alguns escritórios começaram a se especializar nessa área, mas em cima de captação de recursos e realização de produção por meio das leis de incentivo. Tanto que a grande resistência para a modificação dessas leis (Lei Rouanet) vem dessas pessoas que vão perder o negócio.

Por outro lado, a produção que estruturou uma oferta tem a necessidade do poder público para desaguá-la. Seria o mesmo que um feirante não tivesse a feira para vender suas coisas. E qual é a feira do produtor cultural? É o teatro, o espaço público, e assim por diante. Como se trata de um produto deficitário, ele precisa de subvenção via incentivo ou via contratação direta. E como a formação dos preços dos contratos de artistas é o grande problema, porque se baseiam em valor financeiro subjetivo ou requisitado. O que diz que a obra de determinado artista vale tanto e do outro vale não sei quanto? Para fazer essas contratações, o poder público tem que usar o conceito de "notória especialização", que é uma saída técnica da contabilidade pública pela qual contrata-se aquele artista e paga-se determinado cachê sem implicar em nenhum questionamento. Esse conceito existe porque não temos dois Chico Buarque, dois Vandré, etc. Então, o poder público acaba tornando legal determinado preço. Só que hoje 99% desses shows estão nas mãos de mais de um empresário, e há cinco empresários que vendem os mesmos shows, por preços diferentes, conforme a oportunidade e o poder do contratante.

Bianca Santos Você acha que o papel do conselho também seria o de dar parâmetro público para o fazer cultural?

Francisco Ferron Com certeza!

Bianca Santos No caso das leis de incentivo, há a intenção em São Paulo de vincular o conselho a um fundo. Você acha que a partir disso o conselho pode garantir esse "parâmetro público"?

Francisco Ferron A lei criou a Comissão de Avaliação e Aprovação de Projetos (CAAP), porque até então não existia um organismo coletivo para julgar e aprovar os projetos. Como não existia conselho, criou-se uma comissão dentro da lei de incentivo. Várias dessas leis usam o conselho como órgão para aprovação de projetos, que eu acho que é o correto. Os conselhos deveriam ter essa função, para que não sejam apenas consultivos. Porque ser consultivo e não ser nada é a mesma coisa! Ele deve ser a comissão

da sociedade civil para a contratação não só via incentivo fiscal, mas via contratação direta. E isso também envolve as comissões de agendamento dos espaços públicos e a formulação de preços.

Bianca Santos Além disso, ele deve estabelecer os critérios da contratação.

Francisco Ferron Não só os critérios, mas a sistematização das contratações e a priorização das ações. Algumas das contratações mais importantes podem ser feitas por intermédio de uma comissão de licitação do próprio conselho. Assim, ele deixa de ser apenas um órgão consultivo e passa a ter uma função gestora. Aqui em Campinas, há uma lei de incentivo, o Prêmio Estímulo, que destina prêmios e financiamentos à população. Isso é feito por meio do conselho. Ele avalia a qualidade dos projetos, entra no mérito e entende a pertinência, a oportunidade e o impacto que cada um vai trazer. Então, por que não estender essa função do conselho para todas as outras áreas, para todas as outras grandes contratações?

Bianca Santos Que tipo de contratação, por exemplo?

Francisco Ferron Uma agenda de shows, de eventos, o agendamento dos espaços, a contratação de corpos estáveis, como, por exemplo, um maestro. Se o conselho não interferir nisso, vai interferir no quê?

Bianca Santos Se o conselho também tem uma função gestora, ele cria uma política independente. Seria uma forma de garantir continuidade política?

Francisco Ferron Sim, o conselho pode criar uma estabilidade de gestão política. A área cultural é uma área de provimento de serviços, pois a sucessão permanente de eventos cria uma estrutura de serviços por mais que se queira dizer que eles não têm importância. Portanto, alguns serviços existem porque a sociedade demanda por eles. Não tem sentido trocar uma administração e todos os serviços serem substituídos porque entrou outro patrão, ao gosto de quem está no poder. Já imaginou se uma empresa que troca de gerente trocasse toda sua linha de produtos para se adequar ao gosto da nova direção? Por isso, é necessário estabilizar esse fornecimento de serviços com critérios que não podem ser apenas dominados pela produção.

Bianca Santos Eu me lembro de uma conversa que tivemos recentemente na qual você perguntava: "Qual é o lugar do conselho na cidade?". Lógico que é um processo de construção e que não adianta só definir uma pauta que diga "o lugar dele é esse". É preciso definir quais serão os objetivos e debatê-los. Isso está sendo conduzido de uma forma legal pelos conselheiros em São Paulo, que até sugeriram a criação de um plano de trabalho. Mas eu acho que é importante definir uma função para o conselho, para que ele não se transforme num chá das cinco onde as pessoas vão lá trocar figurinhas, falar da sua produção, ou fazer marketing de alguma coisa. Não é essa a troca que se espera dali. Eu concordo com você quando diz que uma das funções é a de interferir na contratação. Porém, eu acho que um dos objetivos mais importantes do conselho é criar uma cultura do diálogo e da participação. Hoje, em São Paulo, está acontecendo um fenômeno interessante com a reconvocação do conselho. Ele garante participação dos Conselhos Regionais, mas a dinâmica de cada região está em estágios diferentes. Começou a se dar um fenômeno que já acontecia havia muito tempo, mas que não tinha expressão: os fóruns locais. Acho que esses fóruns são muito

importantes para que a política cultural da cidade seja pensada por todos. Além disso, acho que os interessados em políticas específicas, como a política do livro, do teatro, entre outras, poderiam dizer o que estão pensando em relação às políticas públicas. Portanto, defendo que o conselho deva dialogar de uma forma partilhada. Mas tem de haver alguma forma de compromisso, não tem?

Francisco Ferron O conselho tem duas funções, uma consultiva e outra gestora. As empresas privadas têm conselhos e eles têm um funcionamento diferente dos conselhos públicos porque são parceiros na formulação do planejamento e fiscalizadores ou acompanhadores da execução. Ele deve ser um formulador de prioridades e planejamento da cidade. E não se faz o planejamento sem diálogo, sem interlocução. Por isso, acho fundamental a participação do conselho no planejamento. Tudo o que a gente tem feito nos últimos anos vem confirmar que a arte e a cultura não são apenas para serem feitas, mas para serem conversadas. Por isso, é preciso diálogo, contextualização, produção de consensos. Eu me lembro da experiência do comitê quando existiam os atores que trabalhavam para o cinema, ou seja, para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cinematográfica (SINDICINE) e existiam atores que trabalhavam para o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão (SATED). Havia uma briga para decidir para quem esse ator iria recolher a taxa sindical anual, mesmo sendo atores de duas áreas, de duas expressões, com dois sindicatos, com duas organizações. Assim, vê-se que nos coletivos é necessário contemplar desde conflitos de interesses até o diálogo da construção compartilhada. E quem faz funcionar isso não é o gestor, mas o conselho. Então, a função do diálogo, da interlocução e, portanto, a produção de um planejamento mais democrático, só podem ser feitas por meio do conselho.

O fomento dos fóruns, encontros, pesquisas, etc., que são todas ferramentas auxiliares do plano de trabalho, também é fundamental ao conselho. Hoje, em Campinas, o conselho começou a fazer uma série de questionamentos em relação à gestão de cultura do município. Aos poucos, a secretaria começou a responder a essas pressões com planejamento e definição de prioridades. Às vezes, a execução dessas prioridades é um pouco confusa. Uma coisa é ter orçamento, quando chega a hora de aplicar ele entra por contingenciamentos ou de outra forma, aquelas prioridades, não sabemos se foram ou não implementadas. Mas, de alguma forma, há como cobrar todas essas implementações num próximo planejamento. E este será o momento da avaliação, não hipotética, mas em cima de um plano de trabalho construído em conjunto.

O Conselho de Campinas tem tido essa voz e esse respeito do secretário. Não quer dizer que vai ser para o resto da vida, e esse é o problema. O que garante esse espaço de interlocução para o conselho é apenas a boa vontade.

Bianca Santos Você acha que para isso seria preciso alguma mudança na lei?

Francisco Ferron Com certeza! Precisaríamos de melhor definição das atribuições e responsabilidades do conselho. O planejamento tem que estar vinculado a um cronograma de aprovação do orçamento. Quando a prefeitura encaminha o Orçamento do Programa, até ele ser votado, tem de haver uma sincronia com o próprio conselho, uma produção das prioridades.

Bianca Santos A questão da continuidade é um problema. Não precisa nem entrar numa nova gestão de um outro partido. Veja-se a diferença entre Marco Aurélio Garcia e Celso Frateschi, em relação ao conselho. Quando o Frateschi entrou, ele imediatamente convocou o conselho. Vimos então do mesmo partido atitudes tão diversas. Assim, a continuidade está relacionada não a gestões de partidos diferentes, mas ao gestor e, às vezes, o sucesso está relacionado diretamente ao tipo, ao perfil e à habilidade que o gestor tem. Então, como fazer com que o conselho tenha esse mecanismo de continuidade? Outro problema que eu vejo é que nenhum desses conselhos está desenhado para as novas dinâmicas urbanas. Por uma série de fatores, a cidade apurou essa diversidade, seja pela globalização, novos produtos, novos atores, até que saíram do armário o movimento hip-hop, do orgulho gay, entre outros. Então, ao mesmo tempo que a qualidade de vida fica pesada, a cidade se torna muito interessante. Em São Paulo você pode viver várias identidades num mesmo dia. Nos fins de semana, quando eu me disponho a fazer um programa cultural, vejo uma salada total.

Porém, observo que o conselho, da forma como está desenhado, corre o risco de se restringir a um grupo de experts sem ressonância dessa nova dinâmica social. Então, é preciso que o conselho se cruze com esses novos atores que estão surgindo principalmente nas periferias das grandes cidades. O que se vê é que muitas vezes o debate é elitizado num pequeno grupo. Como superar isso?

Francisco Ferron Eu acho que no Conselho de São Paulo há expressiva presença institucional. As grandes expressões de cultura acabam criando seus templos e se referindo ao próprio umbigo. Elas são auto-referentes e não conseguem ver a cidade como um fenômeno cultural, como o absurdo dinâmico do contingente e excedente vivo. Hoje as pessoas inventam cultura, quando não houver cultura institucional disponível. O hip-hop é um exemplo disso. Em Campinas é a mesma história, há uma série de entidades ligadas a Carlos Gomes, ao canto lírico, à ópera. Há não sei quantos anos não existe mais um teatro para ópera. Existe apenas na memória das pessoas que agem como se fossem viúvas de Carlos Gomes. A presença institucional não consegue enxergar a dimensão da dinâmica social da cultura. Num primeiro momento, as cidades construíram a similaridade por meio do processo que transformava um cidadão em um indivíduo igual ao outro, com o mesmo jeito de se vestir, se portar, até na forma de morar. Hoje a dinâmica da cidade está produzindo cidadãos díspares, está se tornando uma formulação de pequenos espaços onde as pessoas se aproximam por estéticas, por gostos, por valores, por "n" razões, e se apoderam culturalmente dos espaços para criar uma diversidade e uma identidade própria, portanto desigual. É a reação das pessoas à igualdade. Eu acho que a igualdade como homogeneidade é das piores ditaduras para quem imagina a liberdade de estética, de criação, e assim por diante. Assim, é a razão de ser da própria cultura, da própria arte que tende a criar e estabelecer diferenças e a conviver com elas, é a razão de ser da arte e da cultura que fundam a cidade num segundo estágio de desenvolvimento. Assim, se num primeiro estágio a cidade é um mecanismo cultural de criar cidadãos iguais, num segundo momento, no processo de relações mais complexas pela multiplicidade de intervenientes, a cidade cria todas as condições para estabelecer as diferenças na convivência. Por isso, a gestão da cultura da cidade precisa entender o conselho como um mecanismo

de formulação de prioridades, de planejamento e de controle das demandas sociais dentro de seu campo de valores.

Bianca Santos Essas novas dinâmicas que estão surgindo na periferia mexem muito com o já cristalizado conceito de cultura, que só vê a cultura erudita, acadêmica, etc. Muitas vezes eu vejo que aqui no interior não há aceitação das três quartas partes da cidade, mas somente daquela pequena parte incluída e consagrada. Assim, a integração dessas pessoas briga com muitos preconceitos e exige até uma mudança do próprio conceito de cultura. Você concorda?

Francisco Ferron Veja, se o conselho não proteger os próprios artistas da cidade, seja ela do tamanho que for, quem vai proteger? Claro que é muito mais fácil contratar o artista global, que todo mundo sabe quem é e quer ver, do que contratar aquele que vive no quintal, que não é conhecido. Por isso, é necessário que o conselho de alguma forma estabilize isso, ou seja, estabeleça o diálogo com o diferente. A função do conselho é produzir o diálogo da diferença e não da igualdade. A igualdade não tem diálogo, é um monólogo, é fascismo. E o interior de São Paulo é fascista, não no sentido leviano da palavra, mas no sentido de ter uma idéia hegemônica.

Bianca Santos De ter o poder estabelecido.

Francisco Ferron O poder predominante. Para você estar bem, você tem que "ser assim", "freqüentar assim". A discordância é entendida como quebra, como deslealdade, como subversão.

O Valter Pomar, secretário de Cultura aqui de Campinas, levantou uma questão interessante. Houve uma época nos anos 70 em que a subversão era ideológica. Hoje ela é cultural. O único campo que está sobrando de subversão é exatamente o de valores, o de consolidação dos valores diferentes.

O conselho tem que olhar para essa diversidade. Campinas é uma metrópole, mas ela não sabe que é. Ela não consegue entender suas dinâmicas. E em todas essas cidades que incham predomina o conceito de que a cidade se resume a cinco ou seis espaços bem centralizados, para onde todo mundo olha, para onde a mídia vira suas câmeras e fica reprisando o tempo inteiro que aquilo é a cidade. O bairro distante e a periferia só aparecem na manchete policial. São desagregados. O conselho tem que perpassar por tudo isso, tem que ter representantes que vivam essas realidades diferentes. Senão, será apenas um espaço institucional. Agora como fazer para que militâncias de outras áreas participem de um conselho? Eles podem se dividir em fóruns, desde que esses fóruns se dividam em fóruns regionais e não se tornem apenas uma assembléia momentânea.

Bianca Santos A Comissão de Entidades da Sociedade Civil é composta por entidades e movimentos. Porém, sabemos que muitos movimentos não estão institucionalizados. Como lutamos por uma democracia mais representativa e direta, como fazer com que esses movimentos possam aderir ao conselho?

Francisco Ferron Não é fácil sair desse problema. Em Campinas aconteceu a mesma coisa. Existe uma área de movimentos culturais e sociais que indica um conselheiro. A eleição é conduzida por uma comissão de eleição, formada por integrantes do próprio

conselho. Essa comissão credencia os movimentos sociais, mas esbarra na necessidade de que eles possuam CNPJ. Assim o conselho passa a ser uma câmara de reconhecimento dos movimentos que, por outro lado, têm de apresentar algum currículo ou comprovar alguma forma de realização.

Bianca Santos Você acha que é importante o movimento participar?

Francisco Ferron É fundamental. Na verdade, eles deviam ser o conselho e não o contrário.

Bianca Santos Essa Comissão de Eleição também vai buscar os parâmetros de legitimidade desse conselho?

Francisco Ferron Sim, os parâmetros podem ser discutidos no próprio conselho e não só na comissão.

Bianca Santos E é isso que ocorre em Campinas?

Francisco Ferron Com o novo conselho recém-eleito, depois de modificado o decreto regulador, passa a acontecer.

Bianca Santos E quais foram as mudanças?

Francisco Ferron Fundamentalmente entrou essa Comissão de Eleição que mencionei. Quanto às funções do conselho, tiramos a expressão "consultivo ou não", mas deixamos "acompanhamentos, definições e prioridades". Agora todo planejamento e definições de prioridades da secretaria têm que passar pelo conselho. Não só a definição ou nome da prioridade, mas o *quantum*, ou seja, a prioridade orçamentária.

Bianca Santos E isso faz diferença?

Francisco Ferron Muita diferença!

Bianca Santos E hoje qual é a composição do Conselho de Campinas em termos de representatividade?

Francisco Ferron Ainda é grande a parte institucional, ou seja, que representa instituições, organizações, etc. Entrou agora um representante de cultura vindo do Orçamento Participativo. Participam alguns projetos sociais razoavelmente consagrados, além da PUC e da Unicamp. O conselho está bem, mas acho que ainda é muito pouco em razão da dinâmica social da cidade. Algumas instituições têm assento institucional, o que não é ruim, desde que o conselho não fique prisioneiro delas. Algumas áreas, como dança, teatro, literatura e música, possuem dois representantes: um indicado pelas instituições, pessoas jurídicas e/ou indicado pelos próprios artistas e criadores, pessoa física.

Bianca Santos Nesse caso de assento institucional, qualquer pessoa da instituição pode fazer parte do conselho?

Francisco Ferron Sim, é a instituição que designa o conselheiro. Acho que em São Paulo deve ter a mesma coisa. Algumas instituições são nomeadas no decreto regulador.

Bianca Santos Quanto ao Conselho de Campinas, quais são os resultados, o histórico e em quais dinâmicas ele atuou? Pelo que você nos disse ele vai mudar, já que terá maior poder decisório, inclusive opinando quanto ao orçamento.

Francisco Ferron Na verdade, eu conheço o conselho desde quando eu vim para cá,

ele é anterior e teve espaços até maiores. Durante muito tempo ele era presidido pelo secretário executivo do conselho, que não era o secretário de Cultura do município. Depois disso foi modificado e o secretário de Cultura passou a ser o presidente. O que eu percebo é que, desde a morte do prefeito Toninho, houve certa desarticulação, a cidade estava falida. Nesse contexto, o conselho começou a trabalhar produzindo o primeiro Fórum de Cultura da Cidade, há três anos. Junto com isso, os vereadores começaram a trabalhar numa lei de incentivo à produção.

Bianca Santos A lei de incentivo é recente?

Francisco Ferron É recente e acabou sendo não muito clara, porque já existia uma lei desde 90, a lei do Prêmio Estímulo, que conta com 1% do orçamento do ISS. Não está vinculada a renúncia fiscal, mas dá à secretaria 1% da arrecadação para financiar produções independentes, etc. Ela funcionou durante dois anos e, como agora não existe mais dotação orçamentária, ela não tem mais vínculo orçamentário para funcionar. Então, nós tentamos recuperar a idéia de uma lei de incentivo parecida com a de São Paulo. Quando eu vim para cá, existia a Vila Manuel Freire, na Vila Industrial, que é um bairro operário, que está caindo. Uma produtora havia convencido o secretário anterior a criar uma lei apenas para restaurar esse imóvel.

Em razão disso, começou uma discussão sobre até que ponto era legítimo criar-se uma lei apenas para resolver um caso específico. Por isso, surgiu a proposta de uma lei que permitia várias versões de projetos. A administração da cidade sempre resistiu à Lei de Incentivo Fiscal, achava que ela não tinha sentido, que não funcionaria por causa da responsabilidade fiscal. Houve várias desculpas e ela nunca foi adotada. Então, na verdade, existe uma lei que está muito desfigurada. O conselho tem tentado juntar pessoas para discutir não só a Lei de Incentivo, mas os mecanismos de como dar vazão a ela. A partir daí, voltamos a trabalhar pesado nos agendamentos, tentando fazer uma compatibilização entre a produção que vem de São Paulo e a daqui. O conselho também participa da administração do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), do CONDEPAHC e do financiamento de projetos.

Bianca Santos E o conselho está ligado à Lei de Incentivo?

Francisco Ferron Não, ele é independente.

Bianca Santos Não participa nem da avaliação de projetos?

Francisco Ferron Não, na verdade ele tem a função de designar pessoas do próprio conselho para a Comissão de Aprovação de Projetos (CAP). É diferente de São Paulo, em que a comissão não tem nada a ver com o conselho. Acho importante essa conjugação.

Bianca Santos É uma forma de ter a sociedade avaliando projetos que serão realizados com dinheiro público.

Francisco Ferron Claro... Então, veja, o conselho começou a estabelecer essa interlocução com a sociedade e a sociedade voltou a conversar com as instâncias de cultura. Ele cria uma série de demandas para a secretaria em relação a planejamento, a investimentos, ao que é feito ou não.

Bianca Santos Tem criado mesmo?

Francisco Ferron Tem criado. No começo do ano, por exemplo, ele solicitou e recebeu da secretaria o plano de trabalho. Agora em agosto, ela vai apresentar todas as prioridades do planejamento do ano que vem e em novembro, será discutida a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005.

Bianca Santos O conselho interfere nas questões concretas, como o papel de uma orquestra? Vocês chegaram a entrar em alguma questão desse tipo?

Francisco Ferron A gente não entra na vida doméstica das orquestras, mas é importante falar da Orquestra Sinfônica de Campinas porque talvez ela seja o principal centro de despesas da secretaria. É um recurso belíssimo, de bom nível, mas que tem apresentado produtividade muito baixa. O ano passado, ela se apresentou no Concerto da Cidade para cerca de 12 a 15 mil pessoas. Porém, durante o ano inteiro, ela não atendeu mais que esse público. Então é um recurso muito especial para ser tão pouco utilizado. Quanto à economia doméstica ou de quem será ou não o maestro, nós não interferimos. Mas no começo do ano, questionamos, por exemplo, porque não aconteceram os 18 concertos previstos, um para cada regional da cidade.

Como os conselheiros têm um caminhão de outras atividades, eles não têm tempo para acompanhar circunstancialmente algumas coisas. Eles pontuam mais as questões relativas à sua área de representação do que a cidade como um todo. E até porque a função de conselheiros é exercida de forma gratuita.

Bianca Santos Eu vejo que são poucas as pessoas que desempenham o papel de considerar o parâmetro público do conselho e de sua ação dentro da cidade, assim como vocês fazem. A grande maioria trata o secretário como se ele fosse o coordenador, o ponto central, e não entende o conselho como uma reunião democrática na qual se discute a cidade e em que cada um tem a sua importância e valor. Isso cria tensão?

Francisco Ferron Cria tensão sim. Na verdade, há conselheiros que vêem o secretário como um possível contratador, querendo tirar algum proveito dessa relação, da possibilidade de estar em contato com o "ordenador das despesas". E isso é complicado porque os movimentos sociais são mais carentes de financiamento do que os outros. Por outro lado, existem, e é fundamental que existam, alguns conselheiros que conseguem trabalhar na linha de não-dependência. São pessoas que têm uma formação de cidadania e uma percepção melhor. Elas são essenciais para serem os apaziguadores dos conflitos, produzir racionalidade e atribuir conseqüências para as ações do conselho. Não dá para a gente isolar os interesses pessoais e setoriais da vida moderna. Infelizmente não dá. Todas as pessoas, de alguma forma, entendem que a arte e a cultura também são expressões econômicas, garantindo sobrevivência e realização. Então esses conselheiros "independentes" são fundamentais para dirimir confusões dessa outra área que é mais a área da feira, da barganha, das manifestações específicas de interesse.

Bianca Santos Como é a relação do SESC com o conselho?

Francisco Ferron O SESC mantém no máximo ações conjuntas, nas quais ele entra com a parte a que se propõe ou até sozinho. Existe uma relação de maturidade e

não de dependência. Isso para mim tem sido importante, pois a gente acaba criando diversos espaços de discussão dentro da secretaria. Não se trata de monopólio ou de exclusividade. Há uma percepção de realidade que algumas pessoas e mesmo os conselheiros nem sempre têm clara. É importante que um conselho e uma secretaria entendam que cultura não é um problema de governo, e sim da sociedade, na qual o governo deve canalizar e dar expressão, e não o contrário.

Bianca Santos Como é a estrutura do Conselho de Campinas hoje?

Francisco Ferron O Conselho é dividido por áreas que representam várias linguagens. São duas pessoas de cada área, um titular e um suplente, com mandato de dois anos. Eles são escolhidos nas suas assembléias setoriais.

Bianca Santos Não tem nenhum escolhido pelo secretário?

Francisco Ferron Os coordenadores das áreas da secretaria são nomeados no decreto-lei. Algumas instituições têm assento definido por lei. As outras áreas de produção, como a dança, o teatro, etc., têm assembléias.

Bianca Santos Como se dão as reuniões?

Francisco Ferron As reuniões são abertas e acontecem pelo menos uma vez por mês. Dificilmente há uma questão de voto que exija a presença do titular.

Bianca Santos Há um conselho geral?

Francisco Ferron É só conselho geral, não existem conselhos setoriais nem comissões. Existe um secretário, um funcionário da secretaria, que faz as convocações, as atas, etc.

Bianca Santos Por ser aberta, a reunião conta com a participação de pessoas de fora do conselho?

Francisco Ferron Há algumas pessoas de fora que participam numa boa. A gente tem tentado ser bastante racional. Existe uma disputa política na cidade e o conselho tem evitado entrar nesse tipo de polêmica. Quer a gente queira ou não, é um conselho nomeado pela Secretaria de Cultura. É um órgão que passa a ter existência pela ação direta da secretaria e não uma personalidade institucional independente. Então, ele tem a função de trabalhar a qualidade da gestão no sentido de oportunidade, eficácia, eficiência e produtividade. Deve haver primeiro um compromisso com os serviços e depois com as prioridades partidárias, porque não tem sentido uma biblioteca ou um teatro não funcionarem porque o governo foi trocado.

Bianca Santos Então é fundamental o papel de fiscalização. Em São Paulo, por exemplo, na Comissão de Entidades da Sociedade Civil está programando visitas a equipamentos e visita-piloto na Biblioteca Mario de Andrade para ver como está o funcionamento, etc. Assim, podemos ter demandas para a Câmara, para o governo e até mesmo para a sociedade.

Francisco Ferron Na verdade, em algumas funções o conselho conflita com a Câmara de Vereadores, pois o papel formal de fiscalizar o Executivo é da Câmara. O que acontece é que os conselhos têm mais a ver com as dinâmicas das áreas do que com a parte formal estabelecida na legislação. Por outro lado, a Câmara, no momento em

que implementa emendas ao orçamento, vai ter que considerar a dinâmica social. Esse é o problema. Algumas funções não podem ficar no conselho porque senão elimina-se o papel da Câmara.

Bianca Santos Mas para algumas demandas o conselho poderia contar com um vereador?

Francisco Ferron Sim, mas para isso tem que fazer articulação política. O diálogo não é só cultural, é político também.

Bianca Santos Quais as principais realizações do Conselho de Cultura de Campinas?

Francisco Ferron Não há uma ação gerada única e exclusivamente pelo Conselho de Cultura. Há uma série de interferências e intervenções em realizações compartilhadas, como na realização do II Fórum de Cultura durante a Conferência de Cultura da Cidade. Além disso, o conselho deu suporte e endossou várias iniciativas da secretaria em relação à utilização de espaços e prédios públicos como a Estação Ferroviária (Estação Cultura), o Palácio da Mogiana, o restauro do Palácio dos Azulejos, a revitalização do Centro, etc. A descentralização das ações para as 23 praças de periferia, integração de ações com a área de recreação e esportes. Também avançamos no que se refere ao conhecimento do orçamento e sua distribuição pelas prioridades. Houve significativo aumento dos recursos orçamentários e melhoria no padrão gerencial dos equipamentos e programas. Contudo, a cidade ainda tem carências profundas quanto à disponibilidade de equipamentos adequados para atender a uma demanda metropolitana.

Bianca Santos No momento, quais os principais desafios para o conselho?

Francisco Ferron Há dois desafios importantes. O primeiro deles é fazer a transferência para um novo governo municipal, preservando os avanços. E o segundo é a ampliação de ações de valorização da cultura e sua transformação em programas e equipamentos que atendam a demanda de uma metrópole regional, que não é capital, que concorre com seus próprios recursos e não tem o aporte de outros poderes para financiar a satisfação mínima de suas necessidades de expressão artística e usufruto dos bens culturais. O conselho também deve debater seus próprios preconceitos para abrigar as enormes diferenças culturais da cidade.

A Participação Popular e o Conselho Municipal da Cultura: o caso de Porto Alegre/RS

Margarete Moraes

Artista Plástica, Secretária de Cultura da Cidade de Porto Alegre (1995-2003), e atual vereadora do município.

"As pessoas percebem que, agora, vale a pena se organizar. É possível influir. Há um governo que escuta. E incorpora." Gilberto Gil, Ministro da Cultura, na Conferência Nacional de Cultura do Partido do Trabalhadores (PT), novembro de 2003.

O humanismo contemporâneo vincula-se à posse do nosso destino, ao conhecimento que não permite a apropriação do mundo apenas pela janela. Portanto, o combate efetivo à exclusão social no Brasil de tantas e profundas desigualdades passa, inevitavelmente, pela abertura democrática e participativa dos espaços públicos e pela inclusão efetiva da cultura na cesta básica dos brasileiros.

**Augusto Boal cunha a frase que diz:
"Todas as pessoas podem criar, não tão bem, nem tão rápido, mas podem"**

Todas as pessoas são portadoras e criadoras de cultura: no cotidiano anônimo, na maneira diferenciada de acolher o que anteriores gerações realizaram, naquilo que ousam ou ainda pretendem fazer. Augusto Boal cunha a frase que diz: "Todas as pessoas podem criar, não tão bem, nem tão rápido, mas podem".

A busca de um enlace entre a política cultural e o espaço real em que se vive, de imediato, afasta a idéia de que a cultura possa ou deva situar-se na condição de feudo – hermético e inatingível – afastado das particularidades de uma comunidade, cidade ou país. Embora saudemos sua autonomia relativa, a cultura não paira acima do universo, de suas misérias e grandezas. Sem excluir o pluralismo, o elogio à diferença não pode confundir-se com neutralidade, como se as políticas culturais tivessem, todas, as mesmas medidas.

Em 15 anos de gestão popular, a experiência de Porto Alegre consolidou uma política cultural viva, sensível e fiel à sua história e geografia, traduziu em ações explícitas e consensuadas. O desenho em curso – democrático, plural e descentralizado – sincronizou-se ao respeito e ao estímulo à criação individual e coletiva, como também cruzou programas e projetos estáveis e permanentes com propostas novas e de risco. Embora a sensação de incompletude, de

Em 15 anos de gestão popular, a experiência de Porto Alegre consolidou uma política cultural viva, sensível e fiel à sua história e geografia, traduziu em ações explícitas e consensuadas

processo inconcluso sempre refazendo-se, é cada vez mais necessário afirmar a cultura como direito de cidadania, propulsora do pleno exercício republicano e democrático. A afirmação de identidade, a revelação, a exposição e a circulação da produção artística e cultural ainda invisível, metas de amplo alcance, o constante debate de idéias e de ações compõem, entre outros, o elenco de políticas culturais que os governos, em todos os níveis, não podem se furtar de enfrentar.

De 1989 a 2004, no governo da Administração Popular, a Secretaria Municipal da Cultura desenvolveu um conceito amplo de cultura, concebido como construção e produção simbólicas complexas, a partir de históricas e específicas circunstâncias (espaciais e temporais) em constante movimento.

Cultura na condição de interesse público indissociável ao desenvolvimento da humanidade, em que o compartilhamento dos conteúdos da herança universal assume posição de direitos e de justiça. Ao poder público cabe estimular a noção de identidade, individual ou coletiva, motivadora do reconhecimento do outro, por

Ao poder público cabe estimular a noção de identidade, individual ou coletiva, motivadora do reconhecimento do outro, por sua vez fundamental à garantia da diversidade cultural planetária

sua vez fundamental à garantia da diversidade cultural planetária.

A partir da 1ª gestão da Administração Popular em Porto Alegre, o Orçamento Participativo traduz a "coragem de mudar" na inversão de prioridades de investimentos, em diversos sentidos e direções. Nos 16 anos, a inesgotável busca de novos espaços de realização permanente da democracia direta funda-se em um contrato social de recíproca parceria entre o poder público e a população. Depois de apaixonados conflitos e considerações, vindos de todos os setores envolvidos, predomina a soberania popular.

Portanto, o combate efetivo à exclusão social no Brasil de tantas e profundas desigualdades passa, inevitavelmente, pela abertura democrática e participativa dos espaços públicos e pela inclusão efetiva da cultura na cesta básica dos brasileiros.

Além disso, é a cultura que permite o estabelecimento de vínculos e de significados com o passado, de percepção do presente, da antecipação e do comprometimento com o futuro. Qual o legado que deixaremos para as novas gerações? Para onde vamos? Certamente, o lugar da cultura é o terreno da diferença e do sentido à vida.

E, se a gestão cultural, do ponto de vista do poder público, também pretende sacudir consciências, mostrar a vida em outras dimensões – muito maior e mais rica do que a praxe cotidiana, indubitavelmente segregadora e superficial –, convém reconhecer: são os setores populares, especialmente os reféns do mercado e das grandes cadeias de entretenimento, em níveis de degradação conhecidos. Afastando qualquer alusão ao dirigismo ideológico ou monolítico,

a cultura ajuda a libertar homens e mulheres de suas circunstâncias tidas como naturais ou das servidões historicamente constituídas. "Ser culto para ser livre", já advertia o herói nacional de Cuba, José Martí.

Instituídas nos bairros periféricos de Porto Alegre a partir das estruturas formais do Orçamento Participativo, as comissões de cultura complementam o Projeto de Descentralização da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Até então, regra quase geral no Brasil era a periferia carente de infra-estrutura e dos serviços, como também de meios e de informações favoráveis ao cultivo da arte e da cultura. O filme *Cidade de Deus* de Fernando Meirelles expõe a periferia segregada na cidade partida, onde sobrevive uma juventude sem nada no presente e sem nenhuma chance de futuro, à mercê do crime organizado, sinônimo de violência.

As comissões de cultura auxiliam na reconstrução da esfera pública não-estatal. Ou seja, Estado e sociedade civil se unem para produzir ações políticas e programáticas concertadas. Há inversão de valores e de sentidos.

Outra situação que ilustra o tema proposto refere-se às conferências municipais de cultura, realizadas bi-anualmente, desde dezembro de 1995. A primeira, com o intuito de conferir e debater os rumos da vida cultural da cidade, a partir de três temas centrais, quais sejam: "Gestão Política", "Financiamento e Distribuição", "Cultura e Desenvolvimento Urbano". Para cada tema realizou-se uma mesa de discussão precedente à conferência que, dentre outras personalidades do meio, contou com a presença do cineasta Giba Assis Brasil.

A forma como os delegados foram escolhidos (um para cada cinco presentes em qualquer reunião informal, mas com uma proposta inscrita) foi bem aceita pelos interessados. O saldo mais relevante da primeira conferência foram as diretrizes para a criação do Conselho Municipal de Cultura. As três conferências posteriores reafirmaram a tendência inicial de sua formatação: a partir do registro de propostas, organizadas e apresentadas pela Secretaria Municipal de Cultura em um caderno, elas eram defendidas e votadas, uma a uma, durante a realização dos trabalhos, geralmente em dois dias quase sem trégua, precedidos por alguma performance artística.

Hoje, as conferências são atribuições do Conselho Municipal de Cultura, que conta com o apoio e infra-estrutura da Secretaria Municipal de Cultura. Outra opção que contribui para a reflexão relativa aos espaços culturais de participação – precisamente por sua singularidade no nosso país – é a Comissão de Avaliação e Seleção (CAS) do Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural (FUMPROARTE), que responde pela avaliação de mérito de projetos, assim como pela definição de quais deles contarão com o financiamento do fundo. O FUMPROARTE tem como objetivo o estímulo à produção

A cultura ajuda a libertar homens e mulheres de suas circunstâncias tidas como naturais ou das servidões historicamente constituídas

As comissões de cultura auxiliam na reconstrução da esfera pública não-estatal. Ou seja, Estado e sociedade civil se unem para produzir ações políticas e programáticas concertadas

artístico-cultural mediante o financiamento direto de até 80% do custo total do projeto. Exige, como contrapartida, um retorno de interesse público gerado pelo projeto, expresso por meio de várias maneiras como cotas de doações, apresentações públicas ou outras. Funciona a partir de concurso público, sendo que os projetos de todas as áreas concorrem entre si e são julgados por uma comissão multidisciplinar.

O Comitê Assessor opera a primeira análise e verifica aspectos técnicos e legais. As próximas avaliações são da responsabilidade da CAS, composta por nove pessoas: seis indicadas pela comunidade cultural e entidades de classe e três pela Administração Municipal. As reuniões da CAS são abertas ao público. Três relatores elaboram pareceres baseados nos critérios clareza e coerência, previsão de custos, retorno de interesse público, criatividade, originalidade e importância para o panorama cultural de Porto Alegre. Se um projeto não consegue duas ou três recomendações, o proponente presente na reunião e que assim o desejar pode fazer sua defesa visando ao pedido de vista de algum membro da comissão e, então, o projeto pode passar por nova análise.

A seleção final conta com a análise comparativa dos projetos recomendados seguida da votação final. Giba Assis Brasil participou, junto com outros membros da comunidade cultural e com representantes do governo municipal, da formação do FUMPROARTE. Por ocasião da comemoração dos cinco anos de existência do fundo, a Secretaria Municipal de Cultura colheu seu depoimento sobre a experiência de participar do CAS e, em síntese, Giba Assis Brasil diz assim: "... cansamos, discutimos, brigamos, tivemos dúvidas, erramos muitas vezes, mas o tempo todo aprendemos e, conosco, a comunidade cultural porto-alegrense também aprendeu. Democratizamos decisões. Contribuímos para mudar a relação entre Estado, sociedade e cultura em Porto Alegre".

Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre/RS: diálogos com a cidade*

Ricardo Lima

Artista Plástico, Secretário adjunto da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre (1994-2002) e atual Subsecretário da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (MINC).

A primeira coisa que devemos ter em mente é que para o conselho não existe uma fórmula mágica. O conselho está dentro de um conjunto de políticas e é mais um componente da democracia participativa. A partir daí, se o conselho não estiver interligado a uma estrutura democrática, ele passa a ser mais um organismo burocrático, de fachada.

Vou tentar construir a história do Conselho de Porto Alegre. O primeiro ano do primeiro mandato foi em 1989, com o Olívio Dutra. O Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre é fruto da Conferência Municipal de Cultura, que executa as decisões da conferência, que é realizada bianualmente e tem delegados de toda a cidade. Esses delegados elegem as políticas e o conselho as aplica. Nós fizemos a primeira conferência em 1995. Nesta ocasião, a conferência achou que não era a hora de se criar o Conselho Municipal de Cultura. Achou que precisava de uma maturidade maior e que ainda havia organismos sendo construídos naquele momento. Assim, o conselho só foi aprovado na segunda conferência, em 1997, um processo difícil e longo. Tanto

que tivemos que realizar a conferência em duas etapas. Três dias de conferência, intervalo de três meses e mais três dias de conferência. Isso porque nós discutimos toda a Lei do Conselho. Então, o conselho não vem do Parlamento nem do Executivo. O conselho nasce e é fruto da discussão da Conferência Municipal de Cultura. Na época, a composição da conferência era principalmente de artistas, intelectuais e de entidades ligadas à cultura. Hoje, a composição é diferente. Só na terceira conferência é que o conselho passou a funcionar.

Quando nós chegamos na segunda conferência, que discutiu o conselho, o Orçamento Participativo já vinha se constituindo e já tinha uma base mais ou menos sólida na cidade. Assim, a conferência ligou a estrutura do conselho à estrutura do Orçamento Participativo. E isso eu acho que nos dá uma diferenciação. E como se fez isso? O Orçamento Participativo em Porto Alegre é dividido em 16 regiões. O conselho tem 33 membros efetivos e 33 suplentes. Dezesesseis desses membros passaram a ser eleitos nos fóruns regionais do Orçamento Participativo. Todos nós que temos Orçamento Participativo em nossas cida-

*depoimento de Ricardo Lima no Seminário "Você quer um Bom Conselho", realizado no dia 12 de setembro de 2001 e promovido pelo Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC).

Ao ligar o conselho ao orçamento, pudemos dialogar mais com o Orçamento Participativo

des sabemos que as regiões não discutem nem priorizam cultura. Sempre deixam a discussão da cultura por último. Lá em Porto Alegre, por exemplo, o orçamento da cultura não cresce mas é razoável, pois a cultura não é priorizada. A demanda cresce, mas o orçamento não. Ao ligar o conselho ao orçamento, pudemos dialogar mais com o Orçamento Participativo.

Além dos conselheiros eleitos pelo Orçamento Participativo, há um representante das áreas de música, literatura, letras, cinema e humanidades, esta última mais ligada à questão do Movimento Negro e do Movimento Tradicionalista Nativista. Há também um representante do Carnaval, cinco representantes do poder público, um representante do Sindicato dos Servidores e um representante do Conselho Estadual de Cultura. A partir daí, com essa estruturação, nós começamos o conselho que, por sua vez, começou a dialogar com o poder público, com a sociedade civil, com as áreas da cultura e com as regiões do Orçamento Participativo. Hoje, cada região do Orçamento Participativo constituiu uma Comissão de Cultura. O OP começou a perceber que o representante ficava aquém da sua representatividade e tratou de se proteger. Assim, criou as comissões de cultura nas 16 regiões. Isso aconteceu

As comissões de cultura estão ajudando a barrar o processo de burocratização e a democratizar o interior do conselho

porque os membros dos conselhos regionais estavam monopolizando as decisões para a região. Agora, as comissões de cultura estão ajudando a barrar o processo de burocratização e a democratizar o interior do conselho.

O OP em Porto Alegre tem 16 regiões, uma plenária temática do orçamento e uma plenária temática de cultura. O conselho é obrigado a dialogar com a plenária temática da cultura porque ele não discute o orçamento em Porto Alegre. Ele discute políticas públicas, mas, graças à sua ligação com o Orçamento Participativo e com a plenária temática, o conselho passou também a discutir o orçamento. Além disso, ele elabora políticas e propostas. Uma das propostas que está sendo implantada agora é a Incubadora Cultural. E o que é uma Incubadora Cultural? Uma incubadora é o local onde vão ser realizados projetos, onde as pessoas vão poder formatar os seus projetos. Essa incubadora vai ser dirigida pelo conselho.

Outra iniciativa do poder público é a de fazer com que o conselho participe cada vez mais de um tipo de co-gestão na secretaria, ou seja, junto à direção da secretaria

Outra iniciativa do poder público é a de fazer com que o conselho participe cada vez mais de um tipo de co-gestão na secretaria, ou seja, junto à direção da secretaria. O intuito é não deixar que o conselho fique no ar, discutindo política sem ter a ligação com a realidade, sem ter relação com o cotidiano, com o orçamento e com a implementação da política cultural. Nós percebíamos que o conselho estava minguando. As pessoas estavam perdendo o interesse porque ficavam discutindo políticas e não viam aquilo aplicado no cotidiano. Bem, hoje nós estamos constituindo dois centros culturais auto-gestionários. Os dois centros culturais foram uma demanda do Orçamento Participativo e o conselho vai participar da direção deles. Um é no Centro da cidade e o outro na periferia, numa região chamada Lombo do Pinheiro.

A relação com o conselho é sempre tencionada, não no sentido do rompimento, mas no sentido de que há um diálogo fraternal, mas com certa disputa, porque nem sempre o conselho tem a opinião que tem o poder público ou o Orçamento Participativo. Mas o importante é que a relação aconteça o tempo todo. Para tanto, nós temos o Congresso da Cidade, que é o organismo que discute a política governamental para a cidade como um todo. Então, nós temos os conselhos, dentre eles, o Conselho Municipal de Cultura, o Orçamento Participativo e suas temáticas e o Congresso da Cidade. Nos últimos três anos qual foi o centro da nossa política? Tentar interligar esses organismos, fazendo com que as informações circulem dentro dos organismos e que haja uma discussão entre eles. Porque senão ficamos com uma política cheia de pontas. Há um conselho que discute uma coisa, um Orçamento Participativo que discute outra e lida com o orçamento; o Congresso da Cidade que elabora a política para a cidade como um todo, discute o Plano Diretor e aprofunda as discussões das políticas mais gerais da cidade. Se não se interligam todas essas discussões, os organismos começam a perder sua função.

Quais as dificuldades que nós temos enfrentado no Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre? Nós temos o problema de formação política

Quais as dificuldades que nós temos enfrentado no Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre? Nós temos o problema de formação política. O mandato do conselheiro é de dois anos e pode ser prorrogado por mais dois anos. Há casos de pessoas que são eleitas para o conselho e depois não conseguem acompanhar o ritmo. Também temos enfrentado o mesmo na plenária temática da cultura e nas comissões de cultura. As comissões de cultura interferem direto na vida cultural da cidade. Elas têm poder de decisão. Nós temos um projeto na secretaria chamado "Cultura por Aqui", que dá poder às comissões de cultura sobre o que vai ser feito em cada região. Tem um outro projeto fundamental para a descentralização chamado "Oficinas de Cultura". Há 80 oficinas de cultura em Porto Alegre e cada comissão de cultura decide na sua região que oficina terá e quando terá. O nosso problema é o corporativismo, ou seja, grupos de interesses, sejam ligados à música ou às artes plásticas, que passam a participar das reuniões da comissão, pois são reuniões abertas, com interesses corporativos. Em função disso, a região passa a ter a tendência àquele corporativismo, e aquele grupo passa a dominar a região. Aí, nós começamos a entrar num outro processo, que chamamos de Comissões de Cultura Ampliada. Estamos fazendo reuniões mensais dessas comissões, trazendo os grupos da Igreja, os grupos de arte e os colégios. Estamos, enfim, trazendo as entidades que representam a região para discutir o que vai ser feito.

As comissões de cultura interferem direto na vida cultural da cidade. Elas têm poder de decisão

Outro problema que nós enfrentamos na Conferência Municipal de Cultura e no conselho desde o primeiro momento, em 1989 quando chegamos na secretaria, foi a falta de orçamento. E o que nós tínhamos? Nós tínhamos uma representatividade boa e tratamos de dialogar com as áreas. Então, começamos com os artistas e os intelectuais. Realizamos a primeira e a segunda Conferência Municipal de Cultura em Porto Alegre somente com eles. Com a ligação direta do

conselho com o Orçamento Participativo e com a descentralização da secretaria, começou a mudar a composição da Conferência Municipal de Cultura. A maioria dos delegados passou a ser dos bairros, que a gente chama de periferia. Nós construímos uma Lei de Incentivo à Cultura que não é baseada em renúncia fiscal

Outro problema que nós enfrentamos na Conferência Municipal de Cultura e no conselho foi a falta de orçamento

e que consegue mais ou menos bem responder às necessidades dos produtores culturais e dos artistas. Como resultado, os artistas começaram a parar de participar das reuniões e das conferências.

A temática de cultura passou a se consolidar e a do orçamento cada vez mais está discutindo cultura. Já a conferência constata um afastamento dos artistas e da intelectualidade. Não um afastamento da proposta, um afastamento político, de não compartilhar das idéias da política cultural, mas um afastamento de não

A temática de cultura passou a se consolidar e a do orçamento cada vez mais está discutindo cultura

participar do organismo. Eles seguem se relacionando conosco por intermédio das suas entidades, do Fun-Cultura, que é um fundo, por meio da elaboração dos projetos da secretaria. Porém, do conselho e da conferência passaram a participar menos. Já a periferia está cada vez mais presente e, conseqüentemente, tendo mais força. Tanto é que o Orçamento da Descentralização da Cultura — que lida com a periferia — ampliou-se seis vezes nos últimos cinco anos. Num orçamento geral da secretaria, que hoje é de 16 milhões, o Orçamento da Descentralização da Cultura está perto dos 2 milhões de reais.

E isso é outro aspecto da democracia. Se não tem orçamento, de nada adianta ter conselho. O Orçamento Participativo pode ampliar este valor e o conselho pode ampliar também junto com a temática. Então, o que tem acontecido? O conselho está num processo de se aliar ao Orçamento Participativo e à plenária temática. A gente também criou uma grande corrente para aumentar o orçamento da cultura. Essa é a discussão central do conselho hoje. E o que o conselho está fazendo? Ele está se reunindo com as comissões de cultura, indo nas regiões do Orçamento Participativo e fazendo uma discussão para que passem a priorizar cada vez mais a cultura. O que está acontecendo? As regiões estão demandando cada vez mais cultura, mas não priorizam. Aí está havendo um rompimento e a secretaria não consegue responder. Então, este ano nós fomos priorizados em duas regiões. Isso significa orçamento junto com o conselho e junto com as comissões de cultura. Para finalizar, penso que se o conselho não tiver vida ativa, se ele não participar

Se o conselho não tiver vida ativa, se ele não participar ativamente junto ao poder Executivo e junto ao Orçamento Participativo, ele não resiste e se transforma num organismo burocrático, de fachada

ativamente junto ao poder Executivo e junto ao Orçamento Participativo, ele não resiste e se transforma num organismo burocrático, de fachada. Acho que em Porto Alegre a gente está conseguindo fazer com que isso não aconteça. Não é fácil, tem que ter muita atenção. Por isso digo que a relação é tensa. Falo porque sou do Executivo — e só posso falar em nome dele. Temos que aprender a escutar, mas temos que aprender a disputar também, não podemos ter uma posição de subserviência. Devemos exercitar a política de diálogo, que só avança se tiver democracia.

Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (São José dos Campos/SP): Inovação, ousadia e complexidade*

Priscila Vidal

Agente cultural, pedagoga, mestre em teoria da informação e documentação e, atualmente, técnica do instituto Baetiba.

O Conselho Deliberativo da Fundação Cassiano Ricardo teve uma experiência de 13 anos de duração e que hoje já não existe mais. O que trago é uma história com dados que possam talvez subsidiar as experiências em atuação hoje.

A lei de criação do conselho foi sancionada em 1985. Mas, no início da década de 80, vivíamos um outro contexto socioeconômico.

Eu participei desse conselho como entusiasta das comissões territoriais para que se tornassem movimento cultural e participei da instituição como agente cultural atuando na administração.

A experiência do conselho deliberativo é ousada e complexa para muitos. Criada a partir da Lei Municipal nº 3.050/85, sendo sua estrutura extinta por meio da Lei de nº 5.280/98.

Sem dúvida alguma, os seus 13 anos de existência alteraram significativamente o cenário cultural do município. Era o início da década de 80, durante o chamado período de redemocratização do país.

*Experiência apresentada no Seminário "Conselhos Municipais de Cultura e Cidadania Cultural", em setembro de 2001 pelo Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC).

Gênese da experiência

São José dos Campos é uma cidade industrial, um reconhecido centro tecnológico do país, já considerado área de segurança nacional, categoria criada pelo governo militar em 1968,

com a promulgação do AI-5 para as zonas tidas como estratégicas para o país. Durante esse período, o regime autoritário impôs um projeto para estrutura da cidade. Foi também um período de acelerado crescimento populacional. É importante notar o crescimento ocorrido na cidade entre 1970 e 1980, um

A experiência do conselho deliberativo é ousada e complexa; os seus 13 anos de existência alteraram significativamente o cenário cultural do município

intenso crescimento industrial com a implantação da indústria aeroespacial, da indústria bélica no município.

Até então, o órgão responsável pelas diretrizes culturais do município era o departamento de Cultura ligado à Secretaria Municipal de Educação. Durante o período de 1970 a 1982, o setor restringiu-se à realização de eventos sem nenhuma política efetiva na área cultural.

Era o período conhecido pelos produtores locais e os interessados como um período de "marasmo cultural", prevalecendo um descontentamento geral na área cultural. Mas existiam alguns agrupamentos, como por exemplo, um cineclube que organizamos na cidade, uma entidade docente mantinha um coral e concertos, iniciativas da própria sociedade.

As primeiras discussões para a reformulação do cenário cultural ocorreram no âmbito da então Fundação Pedroso Horta do Centro de Estudos Municipal, ligada ao PMDB, que teve um papel fundamental no repensar da cidade, transformando-se num pólo de discussão ao elaborar o projeto do governo para o partido concorrer às eleições de 1982. A Fundação Pedroso Horta congregava várias facções que combatiam o regime ditatorial, a Arena na época, era um caldeirão de idéias.

Para respaldar e nortear a discussão, a Fundação realizou uma pesquisa de opinião que tinha como objetivo mapear as expectativas e perspectivas da população da cidade. O resultado apontou para a falta de opções de lazer como sendo uma das maiores razões de descontentamento entre os habitantes, reforçando a necessidade de priorizar ações nesse setor.

É preciso entender que trata-se de uma cidade que teve um crescimento abrupto, tendo recebido uma população de fora, atraída pelo trabalho. Como, então, interagir? Ainda estava sendo criada essa nova configuração social.

Uma cidade pela metade na busca da identidade

Sem uma política cultural adequada, São José continuará sendo uma cidade pela metade, sem identidade cultural

Toda a discussão na área de cultura resultou na concepção de uma proposta de política cultural que pretendia contribuir para a construção social do município por meio da transcrição de um parágrafo do texto elaborado pela Fundação Pedroso Horta. Dizia o texto: "Sem uma política cultural adequada, São José continuará sendo uma cidade pela metade, sem identidade cultural, sem participação comunitária e sem despertar a consciência de sua vocação histórica".

O documento propunha ainda que uma política cultural a ser desenvolvida não seria apenas um anexo, mas um elemento de fundamental importância para a proposta de reestruturação do discurso social do município, naquele momento de redemocratização do país. Essa política cultural deveria intervir

no cotidiano da cidade, possibilitando à população refletir e pensar sobre a dinâmica da sociedade, participando efetivamente da vida da cidade, sendo autor das ações.

Entra, então, um outro tópico desse documento, que vai ser fundamental para a criação da Fundação Cultural Cassiano Ricardo. Esse tópico propõe que, em lugar de dirimir a cultura

o poder municipal deve ensejar condições para que as entidades da sociedade civil local atuem. Esse foi outro importante enfoque da política cultural a ser implantada. Uma política construída pela comunidade e com a participação efetiva da população na gestão da vida cultural do município. E esse é o início do debate que se estendeu e que foi determinante na elaboração da estrutura do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural.

Nas eleições de 1982, o PMDB venceu a disputa pela prefeitura de São José dos Campos e no âmbito da cultura iniciou-se a organização de um amplo debate junto com a comunidade interessada na questão. Trata-se dos produtores culturais que já existiam pois, como mencionei, existiam iniciativas de projetos culturais, espaços etc. Foi juntamente com essas iniciativas que começou-se a estabelecer as diretrizes da política cultural para o município.

O debate teve como eixo de discussão os seguintes pontos: a proposta do governo elaborada pela Fundação Pedroso Horta, a experiência de um Conselho Municipal de Cultura que estabeleceu as diretrizes de política cultural do município nos anos de 1977 a 1978 e que foi fechado em função da lei que tornou São José num centro de segurança nacional. Nesse ínterim, continuava em funcionamento o Departamento de Cultura no qual já ocorriam algumas modificações nas diretrizes de política cultural refletindo na sua programação um novo discurso que está lá. Justamente os desdobramentos desta discussão respaldada pelo projeto da democracia cultural do município. É importante esse dado, pois falava-se em democracia cultural e não em democratização da cultura, que são duas coisas distintas que podemos até debater posteriormente.

Uma política construída pela comunidade e com a participação efetiva da população na gestão da vida cultural do município

A Fundação Cultural e o Conselho Deliberativo: desafios e conflitos

Foi conduzida, então, a proposta da criação da Fundação Cultural. A opção pela estrutura da Fundação, ou não, deu-se pela autonomia gerencial, o que permitia a captação de recursos. Aqui, surge também uma discussão mais longa que não caberia abordar nesse momento.

A estrutura organizacional ficou assim estabelecida: passamos a ter um Conselho Deliberativo que seria a instância máxima de gerenciamento para a Fundação Cultural Cas-

Passamos a ter um Conselho Deliberativo que seria a instância máxima de gerenciamento para a Fundação Cultural Cassiano Ricardo

siano Ricardo. Esse conselho era composto por coordenadores das comissões municipais setoriais e presidido pelo diretor-presidente — que, na verdade, seria um voto a mais — e tinha como função estabelecer as diretrizes e a programação cultural a ser executada pela diretoria executiva da Fundação. Esse Conselho Deliberativo é alimentado pelas comissões setoriais que, no caso, eram semi-comissões setoriais diárias.

Em sua formação, cada comissão era composta de um coordenador, de um suplente e o secretário estava aberto a todos os que tivessem interesse em participar dessas comissões setoriais que se reunia regularmente.

Tivemos, então, nove comissões: artes plásticas, literatura, cinema e vídeo, teatro, danças, fotografia, folclore, música e posteriormente arquitetura. E a função era estabelecer os objetivos e os programas de atuação para cada uma das áreas contempladas pela comissão, submetidas previamente à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.

A lei orgânica do município foi modificada e passou para a Fundação Cultural Cassiano Ricardo dirigir a política cultural do município. A Fundação se tornou também um Fórum contínuo em cada um dos segmentos diários. Vemos que a concretização de tudo isso foi passível de crises, comissões que paralisaram suas atividades, depois retomaram, avanços e retrocessos. Cada comissão, então, era composta por um coordenador, um suplente e um secretário. Cada comissão setorial elegerá anualmente um coordenador que será representante no Conselho Deliberativo.

A inscrição como membro da cada uma das comissões setoriais era feita mediante via requerimento ao Conselho Deliberativo e competia às comissões setoriais. As comissões setoriais eram compostas por representantes da comunidade e entidades culturais por meio dos seus membros credenciados e interessados em contribuir para a melhoria da cultura do município.

Conforme o estatuto, entre as atribuições do conselho estava melhorar o nível cultural da comunidade, estabelecer objetivos e programações de atração para cada área, criar subcomissões municipais setoriais, encaminhar para o Conselho Deliberativo as prioridades de cada área para elaboração do programa da Fundação Cultural.

E as comissões se reuniam mensalmente e as deliberações deveriam ser registradas num livro ata. Então têm uma idéia de como era a proposta desse gerenciamento e o que se buscou nesses treze anos para que esta proposta realmente se efetivasse.

Então por isso no início eu disse para muitos que era uma proposta ousada e utópica. Mas, na verdade, no decorrer de seus treze anos de existência, a Fundação modificou e interferiu, e muito, na vida cultural da cidade. Mas, provavelmente, devido a

A concretização de tudo isso foi passível de crises, comissões que paralisaram suas atividades, depois retomaram, avanços e retrocessos

Devido a ousadia e por ter independência do poder público, a Fundação não foi entendida pelas outras gestões que se sucederam

essa ousadia e por ter independência do poder público, a Fundação não foi entendida pelas outras gestões que se sucederam.

Após aprovação de sua criação pela Câmara e após sanção do Executivo, a Fundação Cultural passou a vivenciar a experiência do gerenciamento participativo, que seria um aprendizado para todos. Saiu de uma estrutura centralizadora – e num momento em que o país redescobria a democracia após décadas de regime autoritário – para um gerenciamento participativo da política pública no município.

Isso era um impacto enorme para a cidade. Criar um conselho em um local de onde se podia interferir no gerenciamento da política cultural do município, de onde se podia propor soluções para todos os problemas, semelhantes aos que os colegas aqui estão enfrentando nos conselhos atuais, dezoito anos depois.

Iniciou-se um trabalho de estruturação da nova entidade. Foi destinada uma verba para a implantação do projeto e abriu-se formalmente as discussões sobre as diretrizes e sobre projetos culturais nas comissões setoriais, com o objetivo de que viessem a atender as metas estabelecidas pela sua lei de criação.

No início, as comissões setoriais foram integradas pelos produtores locais e indivíduos que já participavam de iniciativas culturais e que estavam envolvidos, de alguma forma, com o movimento cultural local.

Esse perfil das comissões vai sendo paulatinamente modificado com a implantação dos projetos de formação e difusão. Quer dizer, se no início da estruturação da Fundação Cultural nós tínhamos artistas plásticos consagrados, especialistas na área da música, academia de dança, paulatinamente foram saindo dos cursos de formação oferecidos novos integrantes que começaram a participar dessas comissões setoriais e que foram redimensionando o olhar dessas comissões diante da política de cultura do município. Da criação até a efetivação do programa, muitas foram as dificuldades enfrentadas pela Fundação. A consolidação das comissões setoriais; a elaboração do organograma; a contratação de um corpo técnico capacitado; a elaboração do regimento interno; a pouca ou nenhuma existência de estrutura física. Agora, o maior problema foram as sucessivas crises administrativas e políticas que atacaram, não só o andamento do projeto como a própria participação da Fundação.

A Fundação Cassiano Ricardo, criada num momento em que o governo via na consolidação de uma política cultural um importante eixo de ação na concretização de sua proposta de governo elaborada pela Fundação Pedroso Horta e reiterada pelo prefeito eleito, não encontrou o mesmo respaldo nas demais administrações. Afora o agravante que de 1983 a 1992, o município teve cinco prefeitos diferentes, o que resultou em grandes dificuldades de negociações da proposta. Mas, mesmo assim, a Fundação não parou, ela continuou abrindo os seus espaços, criando ações estáveis, abrindo cursos, entre outras iniciativas.

Algumas paralisações de comissões, algumas crises que mais colocaram a estrutura em cheque quando um dos prefeitos retirou a verba e colocou um presidente de sua confiança. Mas não alterou a lei, ficou interessante, não

mexeu com a estrutura que existia de um conselho deliberativo. E daí, foi todo um movimento para reorganizar o que havia sido feito.

Tudo isso significou para a instituição um enorme esforço de persistência e resistência durante vários anos para a implantação dos projetos.

Uma nova fase das políticas públicas de cultura em São José dos Campos

Somente no ano de 1993, com a eleição do candidato do PT para a prefeitura de São José dos Campos, a cultura foi novamente entendida como um importante eixo de atuação do novo governo. Isso possibilitou a elaboração de um plano de ação para aquela gestão, ampliando e redimensionando a discussão sobre as diretrizes de política cultural do município e uma dotação orçamentária significativa.

Quando da criação da Fundação, o governo investiu 1,14% do orçamento e depois, em 1996, nós terminamos com 1,78%.

Entre as principais atividades culturais desenvolvidas nesse período, destacamos os festivais, o Festival de teatro, Festidança, Mostra Coral, Semana da Fotografia, Encontro Musical, Mês do Folclore, todos acompanhados de oficinas. Existiu, então, uma preocupação em, além de ser um projeto de difusão, que fosse também um projeto de formação e de informação. Nós tínhamos os eventos semanais que eram as Quintas e Quartas Musicais. Os teatros eram cedidos para os grupos locais poderem ser apresentados e eram subvencionados para divulgação dessas apresentações. No setor de exposição, tínhamos a galeria Volpi, que era a galeria oficial por onde passaram tanto artistas de referência de outras cidades, mas também a produção local que ia crescendo. Também eram utilizados outros espaços públicos e privados. Eram também cedidos subsídios a grupos independentes, a Banda de Santana que tem mais de cinco anos, o Coral Madrigal, que nasceu na década de 60 e o projeto Cineclubes, que também veio na década de 70.

Na área de formação, esses são cursos, que tinham longa duração. Foram criadas salas de dança, salas para música, cursos de teatro, não para um mês ou dois, mas permanentes. Também não eram cursos oficiais de formação, eram cursos para aqueles interessados em aprender sobre essas áreas. Cursos de fotografia, música (viola, violão, acordeão, etc.), teatro, cinema e vídeo, folclore, artes plásticas, que depois resultaria num ateliê. Tinha ateliê da Palavra, ateliê da Cerâmica, da Pintura, do Desenho...

A Fundação mantinha o maestro, o diretor de teatro ou o diretor de dança e essas pessoas iam ensaiando e participando desses grupos em contrapartida realizavam apresentações no projeto de difusão de bairros e mesmo no centro da cidade. Exemplo disso é o Coral Libertando, o Grupo Folclórico Piraquara, a oferta de viola caipira, grupo de dança, teatro e projeto de teatro da comunidade.

Na área de publicações tivemos várias edições regulares: antologia poética, antologia de contos, antologia de dramaturgia, caderno de folclores, jornal, a Revista Esfera e outras publicações esparsas. Posteriormente, com a criação da lei de incentivo, saíram publicações sobre a história da cidade. Hoje, temos um setorial de arquitetura moderna de São José, outro sobre os Piraquara de Ribeirão e o projeto de Descentralização que, durante a gestão 1993-1996, resultou na criação de Casas de Cultura, que serviram de referência.

Epílogo

Hoje, a lei de criação da Fundação, como foi apresentada, não existe mais. Teríamos, então, que pensar sobre alguns problemas. Quer dizer, a composição setorial da arte, o cooperativismo dessa composição, a dificuldade de diálogo, etc. Um outro problema é que, por causa dessa setorização, tornava-se muito difícil no conselho discutir e elaborar uma política pública mais ampla, em que os conselheiros extrapolassem o seu foco de discussão, que eram esses setores de arte, e passassem a pensar a cidade como um todo. E também que não houve um tempo administrativo na nossa gestão, a de 1993 a 1996, do PT; de realmente repensar e reelaborar essas estruturas administrativas da Fundação – a lei de criação, o conselho, os representantes das casas de cultura que foram sendo criadas. As comissões setoriais foram extintas e, embora deliberativo, optou-se por um conselho institucional cuja composição é totalmente indicada pelo presidente da Fundação Cultural.

Na verdade, essa composição foi a primeira modificação dos conselhos municipais de São José dos Campos. Quando a nova gestão entrou, encontrou uma estrutura de conselhos populares. Então como é que ia fazer para interferir nesses Conselhos? Institucionalizou. Ou seja, a nova gestão passou a colocar nesses conselhos, as entidades representativas que davam sustentação para os seu projetos políticos. Isso aconteceu no projeto da Fundação Cultural, no Conselho da Criança e Adolescente, no Conselho da Saúde, no Conselho de Assistência Social, no Conselho Tutelar. Não havia mais a participação dos cidadãos no fazer cultural da cidade.



A Diversidade cultural na refundação do local*

Altair José Moreira

Diretor de Cultura do Município de Santo André/SP (1997-1998), Secretário Municipal de Cultura de Santo André/SP (1998/2000), integrante do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC) e Assessor da área de desenvolvimento cultural do Instituto Pólis.

Este artigo traz um misto de reflexão sobre a gestão da política pública de cultura da cidade de Santo André durante os períodos de 1989/1992 e 1997/2000 e de memória do período. Nessas reflexões estão presentes a liderança e a convicção política do ex-prefeito Celso Daniel, os demais parceiros de toda hora – equipe responsável pela implantação da política pública –, os funcionários da secretaria, a população, e as poucas e reais certezas que, na busca de reafirmar a democracia nos espaços públicos do município, nos habilitaram a descarrilar as idéias e atos para romper com as ilhas de privilégios no território da cidade.

Para nós, um dos passos importantes para o estabelecimento de uma política pública de cultura era a sua interiorização no governo, de modo que ela fosse uma parceira importante das demais políticas sociais a serem implementadas. Portanto, era preciso metabolizá-la, não somente estabelecendo uma política de formação cultural a que os moradores tivessem acesso, mas construindo políticas culturais compartilhadas. Além disso, era importante assegurar a circulação, a difusão e a descentralização da política cultural como uma das formas de povoar o território e revelar as expressões artísticas e culturais da cidade, tornando as conquistas culturais sócias das políticas do Estado municipal.

Entendemos que uma ação inicial da gestão seria criar condições para a mudança da cultura política dos funcionários. O primeiro passo foi incluí-los no cotidiano das políticas públicas de bom atendimento ao público, de tolerância e compreensão da importância da diversidade cultural, investindo na sua formação para desenvolverem capacidades de formulação, entendimento dos processos culturais e adequação aos serviços culturais.

* Esse artigo só foi possível graças a dois homens públicos com quem tive o prazer de compartilhar trabalhos: o ex-prefeito do município de Santo André, Celso Daniel, barbaramente assassinado, que via na tensão política do cotidiano um conteúdo importante para a superação dos impasses da gestão pública; e Luiz Felipe Perret Serpa, educador, ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, que acreditava ser sempre necessário ousar para construir novas práticas educativas e culturais.

Entendemos que uma ação inicial da gestão seria criar condições para a mudança da cultura política dos funcionários

Sempre acreditamos que, para a construção de uma política pública de compartilhamento, era preciso adequar o corpo funcional às dinâmicas culturais locais

Sempre acreditamos que, para a construção de uma política pública de compartilhamento, era preciso adequar o corpo funcional às dinâmicas culturais locais. Despertá-los para a cidadania foi importante para tirá-los da inércia, para que a burocracia não os tornasse cidadãos invisíveis para a sociedade local. E a política pública e as suas ações também contribuíram para espelhar no cotidiano os processos de mudança em curso. Os espaços e os serviços culturais dirigidos por eles tinham que pulsar e recenrar às ações sociais e culturais, procurando modos de fruir como um motor contínuo, para gerir, apreender e agregar novos sentidos e valores culturais à máquina pública e fazer com que a cidade ganhasse, revelasse e incluísse novas caras na cidade.

Os serviços culturais têm que despertar para a noção de que estão construindo processos de reflexão e refundação de uma nova ordem, de modo a promover os direitos culturais das comunidades, traduzindo os desejos em atos culturais e políticos de dias melhores para as comunidades locais.

É possível perceber a importância dos serviços culturais quando estão colados nas dinâmicas sociais e culturais do local

É possível perceber a importância dos serviços culturais quando estão colados nas dinâmicas sociais e culturais do local. Eles podem se tornar instrumentos de interlocução com os moradores, para estabelecer uma relação planetária com o município, a região e o mundo. São eles que revelam aquilo que a gestão diz, quando os fatos traduzem os pactos realizados com os segmentos sociais, quando se materializa o espírito da inventividade, a busca da superação dos limites econômicos, sociais, de liberdade, de direito à criação, à produção e à divulgação artística e cultural. Quando ampliam os caminhos para diminuir os conflitos de desconfiança entre ambas as partes – sociedade e poder público.

Foi nos espaços públicos da cidade que os indivíduos e os grupos socioculturais passaram a exercitar o reconhecimento do outro e os direitos à proteção das identidades culturais. Passaram a perceber também que todos estão unidos pela solidariedade e por suas histórias em comum, e tinham de construir um estatuto coletivo para garantir os seus direitos culturais e sociais, as suas individualidades, criando na cidade um ambiente de liberdade baseado na ética, no direito e no respeito mútuo.

Tempos políticos

Na construção de uma política consensual de cultura, entendíamos que era preciso respeitar os tempos sociais e culturais da gestão e o da diversidade cultural do local, pois são diferentes. São momentos peculiares e distintos. O tempo da gestão é o da implantação de uma política pública de democratização dos espaços públicos, tornando visíveis as prioridades da política cultural e

criando instrumentos que garantissem uma política de cultura fundamentada nos direitos culturais da população. Precisava então promover a reforma administrativa, adequar os funcionários e os serviços culturais e promover os diálogos com os grupos socioculturais e o orçamento real para incremento dos serviços culturais. O tempo de uma parcela da diversidade cultural é o de medir se há vontade política do gestor em realizar o projeto cultural e se seus propósitos são confiáveis, pois temem ser cooptados pela máquina.

Se o gestor público de cultura proporcionar tempos que viabilizem as condições objetivas para que a política de cultura seja a condutora da integração e do desenvolvimento cultural e social da diversidade cultural no território, irá despertar a sociedade para a apropriação da política pública e do território do município, promovendo o multiculturalismo local como elemento de riqueza cultural e construindo coletivamente uma política pública de cultura.

Outro fator importante, que alterou o tempo cultural na vida dos municípios, foi a criação das Leis de Incentivo, na década de 80. Ele deve ser visto como termômetro na mudança da gestão da cultura nos municípios. Na época, as gestões petistas reagiram contra essas leis, pois entendíamos que era dever da gestão da cultura local proteger os seus cidadãos e desenvolver mecanismos de reafirmação da diversidade cultural no território do município. As Leis de Incentivo empobreceram muito a formulação da política pública de cultura nos municípios. Os municípios, de certa forma, acabaram delegando a avaliação dos projetos culturais à iniciativa privada, que aplicava ao dinheiro público os critérios de mercado. As gestões democráticas, na época, já afirmavam que as Leis de Incentivo não democratizariam o acesso e o consumo cultural, tampouco, da forma como elas foram concebidas, sensibilizariam a iniciativa privada a fazer uso do seu orçamento para a cultura.

Entendíamos como pressupostos para uma política de cultura que ela fosse estruturada de acordo com os valores culturais locais, com o desenvolvimento humano, levando em conta os direitos culturais e a construção de políticas transversais em favor do reconhecimento da diversidade cultural local, para potencializar, assegurar, promover e difundir a criação artística e cultural.

Sem esses pressupostos, as Leis de Incentivo não cumpriram seu papel, que era de fato papel do Estado. A lei municipal não tinha esse alcance, embora existam alguns projetos importantes.

Quem vivenciou a máquina pública de meados dos anos 90 se viu diante de mais um fenômeno que alterou o tempo das políticas públicas e trouxe um outro tempo – de certo modo um complicador para o incremento à cultura da política participativa: a reeleição do Executivo municipal.

Esse fenômeno acentuou o pragmatismo político da governabilidade no município, não só das ações políticas de agrado ao Legislativo, mas também foram fortalecidas as redes de conveniência, no território dos municípios,

Entendíamos como pressupostos para uma política de cultura que ela fosse estruturada de acordo com os valores culturais locais, com o desenvolvimento humano, levando em conta os direitos culturais e a construção de políticas transversais em favor do reconhecimento da diversidade cultural local

que alimentariam a governabilidade, instaurando-se a política dos pequenos bônus culturais, sociais e econômicos.

Quase tudo se tornou meia maçã, meia banana, meia atitude. Isso gerou mudanças bruscas nas gestões das políticas públicas que pretendiam construir

A busca da radicalidade da inversão de prioridades ficou no meio do caminho.

Prevaleceu a perpetuação da cultura política do “toma-lá-dá-cá”, tornando quase impossível a edificação dos desejos e sonhos dos segmentos sociais

políticas apropriadas com a sociedade. A busca da radicalidade da inversão de prioridades ficou no meio do caminho. Prevaleceu a perpetuação da cultura política do “toma-lá-dá-cá”, tornando quase impossível a edificação dos desejos e sonhos dos segmentos sociais – eles demandam

muito tempo e a democracia do pragmatismo não suporta a diversidade de pensamento; ela funciona apenas para a reafirmação da política do privilégio.

Os marcos importantes das gestões democráticas e progressistas dos anos 80 e meados de 90, cujos territórios foram marcados com inventividade, inversões de prioridade e democracia, acabaram cedendo terreno para uma nova cara nos municípios: a governabilidade burra inspirou uma velocidade de pretextos, conflitos e de violências aos direitos da pessoa e à ética, que não trouxe resultados quantitativos e qualitativos às políticas públicas de cultura, à qualidade de vida das pessoas, à educação. Com poucas exceções, a política de cultura voltou a fazer cenário, o local cedeu lugar ao global, o lugar deixou de ser a estação planetária com conteúdos da localidade para se entender e interagir com o global.

A herança do pragmatismo acabou reafirmando, para os pobres, que todos os programas de governo e, conseqüentemente, os gestores públicos, na maioria das vezes, se assemelham uns aos outros, em atitudes e relacionamentos promíscuos com o Legislativo, na capitulação das lideranças sociais, etc. Ela banalizou ainda mais a coisa pública, confundindo o privado e o público. Aperreou a democracia participativa, tendo o contraditório como inimigo do Estado municipal, causando a perda qualitativa de vida democrática, que é a construção de políticas consensuais.

Nas últimas reuniões da área de cultura entre funcionários e equipe de trabalho, já afirmávamos que o efeito governabilidade, fundado na reafirmação

A política participativa se engendrará quando todos perceberem que o lugar do outro é o seu também, que ao defender a diversidade cultural se está assegurando a proteção do outro e o direito do outro

das políticas de privilégios, trazia um desafio para a política de cultura participativa e para os movimentos culturais e sociais do município. As reivindicações socioculturais teriam que se fortalecer em redes de iguais com sonhos

diferentes – diferentes que têm sonhos tão distantes dos seus, mas que convergem para um presente melhor, aproximando os seus desejos, estreitando os seus conflitos para deixar de ser os deslocados culturais da política e os minoritários diante dos privilegiados. Elas teriam que criar uma consciência global no território para se tornarem fortes perante o corporativismo, que tem propiciado a capitulação e o aniquilamento da mudança da cultura política. A política participativa se engendrará quando todos perceberem que o lugar do

outro é o seu também, que ao defender a diversidade cultural se está assegurando a proteção do outro e o direito do outro.

Com o outro, com ele e comigo é preciso reinventar uma política participativa em que os processos promovam ondas de impactos políticos e comportamentais, que possam reconstruir atitudes para firmar novas idéias, que despertem compromissos e conscientização no conjunto da sociedade. De certa forma, provocar uma nova política nos movimentos socioculturais, que promova a reforma política no Estado e mude as relações entre o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.

Mesmo com todas as conquistas culturais efetuadas no município de Santo André, afirmávamos, nas reuniões do fórum da secretaria, que as políticas públicas de cultura tinham que contribuir para a afirmação e a maturidade da diversidade cultural para o desenvolvimento local, tinham que caminhar para a promoção do estatuto coletivo, para assegurar os direitos fundamentais da pessoa como um fator essencial para a inclusão cultural e social.

Dial da vida

Na contramão da lógica dos privilégios, o dial que rege a vida dos cidadãos locais é marcado por superações cotidianas. As comunidades socioculturais e os artistas locais têm acumuladas histórias fantásticas nas dinâmicas dos municípios. Têm espelhado modos que permitem indicar aos gestores públicos vínculos importantíssimos com o passado e com o futuro; não são somente os fatos reais e imaginários das suas vidas que explicam as suas localidades. Estas são riquezas sociais e culturais que são mais importantes para a cidade do que a cultura do bom negócio.

A diversidade de manifestações e os jeitos dos lugares, os pensamentos e as atitudes culturais são construídos pela ausência do Estado municipal, pela falta de acesso à boa formação cultural e educacional e pela falta de oportunidade de vida melhor. Muitas vezes, nos guetos e quebradas, a cultura de tradição dá o seu toque para muitas pessoas descobrirem ou não se distanciarem das suas identidades, ou acharem que o local é muito longe por ser tão perto e o global, de tão perto, os faz desencontrar do seu ponto de partida.

O hip-hop de atitude escreve por onde passa, com asperezas auditivas, a negritude da nação descendente de zumbi, instigando um comportamento de uma tribo que alerta como tudo poderia ser melhor se os direitos e as oportunidades fossem iguais e se a consciência fosse solidária para a libertação dos negros, pobres.

No mesmo território, os tambores na noite reafirmam a ancestralidade e a identidade dos afro-descendentes. Pelos índios ainda vivos e pelos mortos,

A diversidade de manifestações e os jeitos dos lugares, os pensamentos e as atitudes culturais são construídos pela ausência do Estado municipal, pela falta de acesso à boa formação cultural e educacional e pela falta de oportunidade de vida melhor

pelos cânticos, pelas rezas, pelas bênçãos, pelos movimentos GLST, pelos portadores das necessidades especiais, pelos sem-teto e pelos sem-terra, pela ecologia, pela tolerância; todos estão passando pela vida roendo os ossos, deixando nos seus espaços e tempos culturais marcas indeléveis das suas comunidades, por conseguinte, na vida do território. Mas não estão representados no cotidiano das políticas públicas de cultura, que perdem muito por não levar em consideração os seus saberes, suas histórias e seus testemunhos como importantes para construir o tempo cultural e social das políticas de cultura, educação e desenvolvimento.

É grande a dificuldade, da maioria dos gestores culturais, de entender que esses indivíduos são portadores de direitos; além de ser trabalhadores, são portadores de conhecimento por possuírem noções e significados das suas vidas, da história do grupo humano com quem convivem e com quem se relacionam no bairro, e as suas manifestações explicitam a defesa de suas identidades, que devem ser protegidas.

A maioria dos habitantes do município está em busca constante por soluções para os seus problemas, e com isso consegue criar formas importantes

A maioria dos habitantes do município está em busca constante por soluções para os seus problemas, e com isso consegue criar formas importantes de vida, símbolos que lhes dão a noção das suas peculiaridades e da sua localização no tempo e no espaço do seu território

de vida, símbolos que lhes dão a noção das suas peculiaridades e da sua localização no tempo e no espaço do seu território. O Estado ausente perdeu a capacidade de dimensioná-los como cidadãos produtivos e portadores de valores culturais, que conseguiram romper com a formalidade da política e se tornaram gerentes dos seus destinos. Na forma cruel da manutenção da vida, criaram direitos emergentes para garantir a contenção de conflitos, criaram uma nova língua, carregada de sentimentos, que denuncia a falta de uma vida digna e de auto-estima.

Cultura participativa

Desde o início da formulação da política de cultura participativa com a sociedade andreense, estabelecemos que a gestão da cultura fosse compartilhada. E para ser efetiva, não dependia apenas da institucionalização dos conselheiros, com uma agenda determinada, ou da nomeação no Diário Oficial da cidade, mas da co-responsabilidade da sociedade, de modo a haver um encontro pró-ativo e significativo para ambas as partes.

Era preciso a construção de uma agenda pública, um pacto cultural que pudesse tornar a política cultural mais efetiva no diálogo e na reafirmação das redes formais e informais de cultura, ampliando a fruição das identidades culturais no território da cidade. Era preciso também que fôssemos capazes de incluir as reivindicações justas da diversidade cultural do município, e também

que essa política fosse solidária com os cidadãos deslocados dos direitos socio-culturais – os indivíduos e grupos sociais que a política pública de uma forma geral não alcançava. Era preciso incluí-los e às suas sabedorias num processo democrático, que fosse capaz de fomentar criação cultural, a liberdade de expressão e a autonomia das comunidades culturais, ou seja, que fosse capaz de fazer da cidadania cultural um ambiente de não saturação, revelando que na cidade oculta habitam desejos, delírios, conhecimentos, estratégias culturais cunhadas pela sobrevivência. Era preciso um sistema municipal de cultura que pudesse dimensionar a vida humana no território do município.

Os discursos e as ações culturais da equipe da cultura da cidade de Santo André, liderada pelo ex-prefeito Celso Daniel, defendiam que a política pública, principalmente a da cultura, não poderia reafirmar nas suas ações sociais o discurso e a prática da herança da pobreza, isto é, aos artistas as migalhas do capital e o balcão ilusionista da governabilidade, e aos pobres a ignorância de que são cidadãos com capacidades de invenção. Se assim procedêssemos, estaríamos cristalizando a lógica da exclusão cultural. Portanto, deveríamos evitar o reforço de ações culturais fragmentadas e a sua filiação ao corporativismo. Isso implicava acreditar que todos os cidadãos são portadores de valores culturais, as suas ações nas comunidades são fundamentais para a maturidade da democracia no Estado municipal e as suas visões de mundo devem ser agregadas à execução das políticas públicas.

Com essa preocupação política, a cidade de Santo André promoveu uma reforma na burocracia estatal do município, adequou a gestão cultural para dar suporte à inovação da vida contemporânea, criou serviços culturais que buscaram assegurar as manifestações culturais do local, garantiu o acesso da população aos bens culturais locais e proporcionou infra-estrutura para o estímulo à criação local. Os serviços culturais tinham a lógica do não reforço ao excesso de setorização dos fazeres culturais, o que possibilitou a transversalidade com outras políticas públicas, reforçando a inclusão de expressões culturais e sociais com as demais políticas públicas.

O primeiro passo importante para se constituir uma política participativa foi a criação do Fundo de Cultura. Esse instrumento de fomento era paritário e o seu recurso era a fundo perdido. Ele estava voltado para o desenvolvimento dos artistas locais, pesquisadores, movimentos socioculturais – o regimento foi todo construído em conjunto com as comunidades culturais. É importante afirmar que, no princípio, a administração usava também os recursos do fundo para projetos especiais. Os recursos eram oriundos da porcentagem da bilheteria do Teatro Municipal, do aluguel de espaços públicos, da venda

Todos os cidadãos são portadores de valores culturais, as suas ações nas comunidades são fundamentais para a maturidade da democracia no Estado municipal e as suas visões de mundo devem ser agregadas à execução das políticas públicas

O primeiro passo importante para se constituir uma política participativa foi a criação do Fundo de Cultura

de livros, etc. Durante as assembléias, os segmentos culturais argumentavam que não tinha sentido a prefeitura fazer uso dos aportes financeiros do fundo, pois os projetos culturais de formação, memória, difusão, descentralização culturais estavam assegurados na sua peça orçamentária. Para tanto seria importante que os recursos do fundo fossem convertidos, visando ao desenvolvimento artístico e cultural das comunidades culturais. A reivindicação procedia e firmamos o pacto de nunca utilizar esses recursos. O fundo objetivava a viabilização dos projetos socioculturais e o proponente contemplado dava o retorno social às comunidades andreenses, um determinado número de espetáculos previamente combinado. Após esse retorno, podia circular com o seu espetáculo e sobreviver dele.

O fundo de fomento teve um primeiro momento muito rico, devido a sua metodologia, segundo a qual a produção cultural e o movimento social tomavam conhecimento dos projetos que estavam aspirando ao financiamento a fundo perdido e, em assembléia, debatiam os projetos e indicavam aos conselheiros do fundo quais eram os projetos culturais que, do seu ponto de vista, tinham condições de usufruir do recurso. Caso houvesse unanimidade por parte da assembléia, os conselheiros em reunião reafirmavam; não havendo unanimidade, os conselheiros usavam de suas prerrogativas para julgá-los. Foi um momento importante para a maturidade do fundo, mas durou pouco.

Durante esse processo, notamos que grupos eram constituídos por afinidades, e o processo voltava para o julgamento dos conselheiros, que, após as escolhas, explicavam aos postulantes quais eram os critérios de aprovação e reprovação. O fundo de fomento financiou livros de memória da literatura da cidade, do rádio, CD de música com os autores e cantores da cidade, performances artísticas, artes plásticas, espetáculos teatrais e musicais, pesquisa sobre o patrimônio, capacitação dos artistas da cidade, etc.

O fundo de fomento financiou livros de memória da literatura da cidade, do rádio, CD de música com os autores e cantores da cidade, performances artísticas, artes plásticas, espetáculos teatrais e musicais, pesquisa sobre o patrimônio, capacitação dos artistas da cidade, etc.

Após a implementação do fundo de fomento, reconhecemos que era necessária a criação do Conselho Municipal de Cultura. Antes, porém, acreditávamos que simultaneamente seria preciso promover o censo cultural da cidade de uma forma ampla, visando à inclusão dos artistas e dos movimentos sociais que moravam nas franjas da cidade.

Durante o segundo ano da plenária do Orçamento Participativo, a produção cultural sentiu a necessidade da criação do Conselho de Cultura. Embora não tenha sido a mais votada – a proposta mais aclamada pela plenária foi a reforma e informatização da biblioteca central, defendida em plenária pelas bibliotecárias – o poder público reconheceu que deveria, independentemente da votação, assumir o processo de implantação do Conselho Municipal de Cultura. É importante ressaltar que o processo do Orçamento Participativo foi fundamental para revelar à cidade novas expressões artísticas e culturais.

Foi um processo de aprendizagem e de amadurecimento para nós, gestores da cultura municipal, e também para os moderadores culturais. Estes são os indivíduos ou grupos socioculturais que têm a sua existência marcada por ações de reafirmação da cultura local no cotidiano da municipalidade e estas intervenções culturais os tornam referência para os seus pares, pois apontam para as alternativas e as soluções para a configuração de políticas públicas de cultura.

A construção do processo de criação do Conselho de Cultura foi realizada por meio de audiências com artistas locais e convidados, que discutiram desde a história do município, as suas conquistas e perdas e o que deveria constar na lei para assegurar uma política pública democrática. A construção da lei foi costurada pela diversidade de pensamentos, tendo o departamento jurídico da Secretaria de Cultura como apoio para dar a forma e fazer o seu acompanhamento. A votação, no plenário da Câmara, foi realizada pela produção cultural da cidade.

A construção do processo de criação do Conselho de Cultura foi realizada por meio de audiências com artistas locais e convidados, que discutiram desde a história do município, as suas conquistas e perdas e o que deveria constar na lei para assegurar uma política pública democrática

Durante a discussão coletiva, a Secretaria de Cultura realizou correções na política pública, como no projeto musical Canja com Canja em que os músicos da cidade se reúnem para tocar e servem uma canja de galinha. Também o projeto de criação do Centro de Dança, hoje Escola Livre de Dança, que se instalou no Centro Comunitário Bela Vista. Esse processo foi interessante porque a política pública em curso, implantada pelo governo municipal, já era voltada para a quebra dos privilégios, pela não cooptação e pela descentralização cultural, reconhecendo o cidadão como um sujeito portador de direitos culturais; não hierarquizava a implantação da sua política pública de cultura e tinha a convicção plena de que compartilhá-la passa pela construção de um pacto político, ou melhor, por uma agenda inclusiva, que não se restrinja ao atendimento das reivindicações corporativas.

A cultura participativa, para nós, fluía conforme a sua dinâmica local: não eram necessários um fórum adequado ou uma agenda, as portas dos serviços públicos serviam para os cidadãos e os conselheiros da sociedade civil se apropriarem dos processos de funcionamento, tendo as melhores condições de avaliar as reais dimensões dos projetos e de suas vocações e o atendimento aos usuários.

O Estado municipal reconhecia que a inversão das políticas públicas de cultura necessitava da apropriação pelo conjunto da sociedade e do seu fomento permanente no solo da cidade, para tornar as expressões artísticas e culturais como uma necessidade para a vida das pessoas. E, além disso, teria que ser capaz de agregar os valores culturais das comunidades locais nas prioridades da gestão.

A tensão proporcionada pela diversidade cultural no local é uma forma eficaz de resistir às perversidades da globalização, permitindo que a sociedade possa formular, a médio e a longo prazos, políticas de cultura para o futuro, partindo sempre do que somos, de onde viemos e para onde

A tensão proporcionada pela diversidade cultural no local é uma forma eficaz de resistir às perversidades da globalização

vamos. O futuro não existe se não há no presente a vontade política de construir no presente. Sem isso, as comunidades socioculturais não serão capazes de vencer os obstáculos em favor da afirmação da diversidade cultural na cidade.

Após a confecção da lei do Conselho de Cultura da cidade de Santo André, o processo político reconhecia o direito da diversidade cultural de se apropriar do território do município. Com a devida tensão produzida pela riqueza do pluriculturalismo do local, chegou o ano 2000 e reafirmamos:

“Construir no tempo adequado da localidade não significa que amanhã se afirmará a permanência dos processos democráticos, a menos que haja uma radicalização da inversão de prioridades e da mudança na cultura política”.

A política participativa da cultura é um elemento importante para criar novos modos de ver a cidade e para dimensionar quanto estão distantes os desejos e sonhos dos moradores locais em relação ao que pensa e o que quer o gestor público do local. Revela também quanto a sociedade civil de forma geral não tem projetos definidos de cidade e de nação. Revela a real dimensão de como a cultura política das corporações está arraigada no seio da comunidade artístico-cultural e como seu comportamento é tão autoritário quanto o poder público. Revela ainda quanto a cultura do balcão está institucionalizada junto a determinados grupos culturais. Dimensiona com mais nitidez a pouca solidariedade em relação aos pobres, aos negros e às reivindicações das minorias culturais. E mostra que há no balcão uma política da busca do consenso, da pacificação, que reforça o jeito de agradar, desagradando.

A política consensuada deve ter a capacidade de se libertar da cultura política dos gestores públicos, de acabar com as políticas pontuais que favorecem o pragmatismo da governabilidade de visibilidade imediata, e deve conseguir promover reformas políticas e administrativas no Estado municipal.

Aos meus companheiros de primeira hora, que não mediram esforços na busca do desenvolvimento cultural e social da sociedade andreense, diria que as nossas questões ainda estão abertas. Tanto para o governo local quanto para a sociedade civil, os desafios ainda continuam vivos, ou seja:

- Como tornar real a promoção da diversidade cultural como patrimônio do município?
- Quais os mecanismos para incluí-la como elemento principal do desenvolvimento harmonioso? Como deixar de ser política de governo para ser de Estado e garantir os direitos culturais?
- Como a democracia pode garantir espaços com capacidade de suportar o cidadão nas horas de solidão, de aconchego e proteger o direito cultural da diversidade cultural?
- Qual a formação cultural que desenvolverá novas capacidades de imaginações da população local para o incremento de novos paradigmas de gestões públicas com participação, respeito ao próximo, ética e transparência?
- Como construir, no cotidiano, políticas que respeitem os tempos e modos da diversidade cultural?

- Com que velocidade se darão os processos que permitirão e assegurarão o desfrute das riquezas materiais e simbólicas do local, as proteções das identidades culturais locais, o direito à integração e à apropriação pelos seus moradores ao território?
- Em que aspectos as formações culturais e educacionais podem tencionar a vida no território por meio de seus saberes, hábitos e experiências, para evitar políticas que homogeneizem as culturas locais, que tentam apagar as particularidades culturais regionais?
- Como conviver com os diversos modos simbólicos globalizantes que foram incorporados pelo local?
- Como harmonizar a relação entre público e privado? Como adotar políticas de humanização do desenvolvimento local, alterando de vez as práticas tão arraigadas do corporativismo, em muitas vezes reforçadas pela gestão política?
- Como configurar uma outra ordem social e econômica; valores e atitudes da diversidade cultural local?
- Como formatar políticas de prosperidade material e espiritual, acesso à tecnologia, à democratização da comunicação, etc.; de qualificação profissional e cultural de seus cidadãos?

É preciso ampliar as representações artísticas e culturais nos conselhos, tornando-os mais multidisciplinares; além das linguagens tradicionais como teatro, música, dança, artes visuais, agregar representação dos movimentos sociais e culturais, tais como homossexuais, representantes dos meios de comunicação, da terceira idade e das novas dinâmicas que ocorrem nas franjas desassistidas da cidade, tais como punk, hip-hop, grafiteiros.

Criar outros mecanismos tais como conferências de cultura descentralizadas no município com poder de definição dos eixos da política pública da cultura.

Criar um conselho gestor da cidade que congregue todos os representantes dos conselheiros da sociedade civil num só instrumento, e que tenha assento nas decisões das políticas globais dos municípios. Esse conselho terá como função garantir a transparência da gestão e a moralidade do uso do dinheiro público, acompanhará as implantações dos projetos e prestará conta de uma forma orgânica ao conjunto da sociedade. Assim se asseguram o diálogo e a ação conjunta dos conselhos junto à gestão.

Conselhos municipais de cultura e cultura participativa: reavaliar caminhos e buscar horizontes

Hamilton Faria

Poeta, coordenador da Área de Desenvolvimento Cultural do Instituto Pólis, Secretário Executivo do Fórum Inter-municipal de Cultura (FIC) e membro do conselho Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (2003-2005).

Pegando o mote da revista "Você quer um bom conselho?", diríamos que todos querem que o conselho não apenas aconselhe, mas que tenha algum sentido no desenvolvimento humano e cultural da cidade e contribua para o enriquecimento das políticas públicas.

No entanto, sabemos das dificuldades em construir canais participativos que valham o esforço envidado. Se enumerarmos os compromissos, a mobilização, as horas de dedicação, as ações tensas, os debates inúteis, as sugestões não acatadas e a falta de resultados, talvez concluíssemos que seria melhor pensar na vida de forma mais útil e criativa. Mas creio que quando estamos pensando num bom conselho de cultura, é nessa forma de vida que estamos justamente pensando, não apenas para mudarmos a cidade, mas também para que a cidade não nos mude com seu curso movido pelo individualismo e ausência

Quando queremos um bom conselho pensamos em incidir sobre a lógica da exclusão e da "descidadania" que não inclui três quartos da cidade no seu horizonte de desenvolvimento cultural

de sentido. Estamos pensando em dar uma contribuição cultural para a cidade de São Paulo tão marcada ainda pelo predomínio de grupos privados sobre o Estado, dos meios de comunicação sobre a sociedade, de clientelismos culturais, de cultura para a cidade e não pela cidade. Quando queremos um bom conselho pensamos em incidir sobre a lógica da exclusão e da "descidadania" que não inclui três quartos da cidade no seu horizonte de desenvolvimento cultural.

Não há dúvida de que o debate sobre o conselho deve estar contextualizado em várias chaves. Entre elas está o atual desenvolvimento contemporâneo, que é decidido por grupos privados ou por Estados a seu serviço, com mediações de toda ordem; as políticas de cultura ainda em grande parte definidas nos departamentos de marketing das empresas (que recebem verbas públicas para iniciativas privadas); um Estado sem as rédeas da iniciativa cultural e incapaz de redistribuir democracia e recursos. Além desses aspectos é importante res-

saltar a crise da cultura participativa que a faz incapaz de reverter padrões de qualidade de vida e de processos de controle social de políticas e ainda dominada por grupos de interesse, em parte anexados aos interesses

do Estado e dependentes dele, comprometendo toda a autonomia decisória e de mobilização. Somando-se a isso temos o desenho dos conselhos de cultura, merecendo reflexões e propostas que lhe infundam uma nova vida.

Agora é o momento de debater a questão dos conselhos, pois há um certo esgotamento da sua ação e novas perspectivas podem ser apontadas a partir de um repensar dos modos de intervenção.

Agora é o momento de debater a questão dos conselhos, pois há um certo esgotamento da sua ação e novas perspectivas podem ser apontadas a partir de um repensar dos modos de intervenção

Para que serve um conselho de cultura?

Sem historiarmos a gênese dos conselhos, coisa já exaustivamente feita pelas publicações do Instituto Pólis, quando participamos de um conselho temos um certo grau de expectativa. Vou apenas nomear algumas das minhas quando fui eleito para o Conselho Municipal de Cultura da cidade de São Paulo. Quero deixar claro que a minha participação não é militante, pois não pertencço a nenhum partido ou tendência política e, inclusive, tenho críticas ao militantismo, desde a raiz da palavra, que vem de militar, identificado com compromissos rígidos, deveres cívicos, disciplina e um certo messianismo. Hoje me identifico com um novo humanismo, com o pacifismo (tenho proposto e inspirado a criação de conselhos municipais da cultura da paz) e com o reencantamento do mundo, entusiasmado com as poéticas das mudanças. Participo do conselho porque fui indicado por entidades da sociedade e porque acredito na importância de democratizar a cultura na cidade de São Paulo, humanizar a cultura destinada a grandes circuitos onde a maioria está excluída.

Mas quais são as minhas expectativas em relação ao conselho? (i) Que o conselho seja um lugar transparente do debate das questões culturais da cidade e da construção de alternativas; (ii) seja um lugar de formulação de propostas para a cidade; (iii) que possa dialogar com os projetos culturais da cidade e com o conjunto das políticas públicas; (iv) que

possa deliberar sobre questões importantes das ações culturais, embora não sendo o lugar da execução (porque esta cabe ao Executivo); (v) que possa decidir e fiscalizar orçamentos

públicos; que tenha autonomia e não se sujeite a governabilidade; (vi) que possa otimizar os recursos e ações evitando sua duplicação; (vii) que seja um lugar onde sociedade e governo se encontrem estabelecendo relações interculturais e possam construir juntos a cultura em compasso com o desenvolvimento humano. Um conselho, enfim, deve ser um campo partilhado, e não diria do poder como entendemos, mas do fazer cultural na cidade, um instrumento permanente de escuta das demandas e dinâmicas culturais.

Um conselho, enfim, deve ser um campo partilhado, e não diria do poder como entendemos, mas do fazer cultural na cidade, um instrumento permanente de escuta das demandas e dinâmicas culturais

Estamos vivendo um momento de transição de um processo participativo com razoável controle estatal e com poucas margens de autonomia, para um novo processo

Expectativa grandiosa, impregnada de *où tópos*, "utopia" em grego, o não-lugar. Mas penso que é por aí que devemos inscrever alguma coisa, nesta zona de

expectativas, rebatendo o pragmatismo irresponsável que tomou conta da nossa política e dos processos vitais e entrando num certo terreno da utopia para reencantar as expectativas contemporâneas tão pobres. Se o papel do conselho não é mudar a cultura participativa urbana, é melhor ficar em casa e deixar as coisas acontecerem.

Creemos que uma reflexão desse tipo é urgente porque estamos vivendo um momento de transição de um processo participativo com razoável controle

No quadro do desencantamento da política talvez possam surgir novas formas participativas. Essas devem agregar valores a uma cultura do ser e não apenas à práxis política

estatal e com poucas margens de autonomia, para um novo processo em que muitas das questões poderão ser aprofundadas para gerar um campo de

criatividade que envolva os atores sociais nos processos participativos. No quadro do desencantamento da política talvez possam surgir novas formas participativas. Essas devem agregar valores a uma cultura do ser e não apenas à práxis política, e também podem apontar para processos mais vitais que contribuam para o reencantamento dos processos participativos esgotados pela participação pífia e com resultados discutíveis em relação a mudanças.

Um olhar sobre uma experiência vivida: o caso de São Paulo

O caso do Conselho Municipal de Cultura da cidade de São Paulo é bastante emblemático, para a compreensão dos avanços e limites de um conselho desta natureza. Criado em 1975 e tendo sido reorganizado no final da gestão Marilena Chauí com uma série de virtualidades jurídicas, o Conselho de Cultura de São Paulo foi reativado na gestão de Celso Frateschi, e prometido como o lugar de definição das políticas públicas para a cidade, imprescindível para se "governar a cultura". Logo na primeira reunião, um membro do conselho cobrou o "lugar do conselho" nas políticas públicas. Ficou claro que esse organismo não era parte do Executivo, mas tinha funções consultivas e deliberativas, não ficando evidente o seu papel real.

Na seqüência de reuniões do ano de 2003, os membros do Conselho já haviam identificado a necessidade de reestruturação do organismo para que pudesse atender às novas exigências de sua função: cabia uma nova lei para que fosse superada a defasagem de mais de dez anos em relação às novas dinâmicas culturais da cidade. O contexto cultural havia mudado: uma cidade mais diversificada, que havia ampliado a sua população e seus atores públicos, o nascimento de outras organizações do terceiro setor, outras linguagens

artísticas, novas manifestações culturais. O Conselho, organizado por linguagens artísticas, não incorporava na sua organização os novos temas presentes nas dinâmicas da cidade. O Mapa da Juventude elaborado pela prefeitura de São Paulo, havia apontado uma rica efervescência cultural nos bairros com a participação de jovens, sem qualquer apoio governamental.

Enquanto o Conselho não enfrentava a sua estruturação e não discutia a proposta elaborada pela vereadora Tita Dias, representante da Câmara Municipal no Conselho, o representante do Instituto Pólis sugeriu que agentes culturais das diferentes regiões da cidade, ligados aos fóruns de cultura emergentes, participassem das reuniões com direito a voz. Seria uma forma de compensar o limite da representatividade e de incorporar novos dinamismos, principalmente dos bairros já que o Conselho falava para muito poucos segmentos da cidade e não havia uma apropriação desses segmentos em suas atividades. A entrada destas pessoas do conselho não foi aprovada com a alegação de que era preciso aguardar a reestruturação. A maioria pensava que isso poderia atrapalhar seu funcionamento. Outras propostas também foram feitas como a de que seus membros acompanhassem o desenvolvimento dos projetos da secretaria, tivessem acesso a coordenadores, departamentos, dialogassem com membros do *staff*.

Os representantes da Secretaria consideraram que dessa forma o Conselho "passaria por cima da hierarquia da secretaria". No entanto, é difícil compreender porque qualquer entidade pode se dirigir diretamente aos departamentos da secretaria ou mesmo ao secretário, mas os membros do Conselho, autoridades culturais da cidade, não podiam desempenhar esta função. Assim, o Conselho começa seus trabalhos com funções limitadas e com representação restrita.

Pensou-se em realizar um seminário com o objetivo de divulgar o conselho e ampliar o seu reconhecimento, ação não estimulada pela secretaria. O Conselho realizava reuniões mensais ou extraordinárias, funcionava na maioria das vezes com pouco mais da metade de seus membros e com comissões sempre em processo de organização, com poucas entidades, dinâmicas restritas e poucas propostas. As comissões mais organizadas eram a de Artes Cênicas, Artes Visuais, Movimentos e Entidades da Sociedade Civil e Literatura.

Algumas proposições foram sugeridas no plano de trabalho para 2004: fazer o site do conselho (que nunca aconteceu), realizar um seminário sobre o conselho, debater a Lei de Incentivo à Cultura, a realização da Conferência Municipal de Cultura, a definição de políticas públicas específicas para as diversas áreas. Desse plano de trabalho anunciado e debatido durante o ano de 2003 pouco se cumpriu, o que gerou um mal-estar entre os conselheiros, que fizeram no final do ano uma cobrança dura em reunião especialmente marcada

O Conselho, organizado por linguagens artísticas, não incorporava na sua organização os novos temas presentes nas dinâmicas da cidade

É difícil compreender porque qualquer entidade pode se dirigir diretamente aos departamentos da secretaria ou mesmo ao secretário, mas os membros do Conselho, autoridades culturais da cidade, não podiam desempenhar esta função

para avaliar os encaminhamentos propostos. As políticas específicas sugeridas também nunca foram apresentadas pela secretaria, nem debatidas propostas para os CEUs, prioridade da secretaria e proposta mais importante que poderia envolver o conselho em ações integradoras de políticas públicas.

Quanto à Conferência Municipal de Cultura, uma proposta da sociedade civil que já vinha sendo tecida na cidade desde 2002, pelo Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC), pelo mandato do vereador Nabil Bonduki, pelo Instituto

O Conselho aprovou, aclarou e reordenou os objetivos da conferência sugeridos pela secretaria apontando a importância de produzir diretrizes e propostas para a ação cultural

Pólis e sugerida formalmente pela Comissão de Movimentos da Sociedade Civil, foi assumida tardiamente pelo Conselho. Aqui é importante

destacar que o Conselho aprovou, aclarou e reordenou os objetivos da conferência sugeridos pela secretaria apontando a importância de produzir diretrizes e propostas para a ação cultural. No plano da organização alguns conselheiros também se envolveram participando das atividades das pré-conferências e da própria conferência. Verdade seja dita, a Secretaria teve

A Secretaria teve um grande mérito em mobilizar sua equipe bem como a das subprefeituras para a realização das nove pré-conferências regionais, da pré-conferência de entidades da sociedade civil e a de Patrimônio Histórico

um grande mérito em mobilizar sua equipe bem como a das subprefeituras para a realização das nove pré-conferências regionais, da pré-conferência de entidades

da sociedade civil e a de Patrimônio Histórico. Seria ainda mais justo dizer que este foi o momento que abriria a possibilidade de uma parceria efetiva entre sociedade e governo, não fosse acontecer no final da gestão e a prática pouco dialógica da administração.

Embora a conferência tivesse sido precariamente preparada nas regiões e mesmo tendo atropelado algumas dinâmicas locais, como foi o caso de alguns fóruns da região Sul, mobilizou 2500 pessoas, em sua maioria dos bairros e em boa medida pertencentes à dinâmica dos fóruns. A conferência gerou cerca de 650 propostas depois consolidadas em cerca de 140 orientações para as

É necessário dizer que esta foi a primeira Conferência Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo. Durante sua avaliação no conselho apontaram-se o ineditismo e a forte atuação da secretaria

políticas públicas da cidade. É necessário dizer que esta foi a primeira Conferência Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo. Durante sua avaliação no conselho apontaram-se o ineditismo e a forte atuação da secretaria.

Sugeriu-se a devolução das resoluções aos delegados e apontou-se a falta de amplitude da conferência por não ter conseguido envolver parte significativa dos produtores e criadores culturais da cidade, (alguns consagrados e ligados ao mercado), o que dificultava o diálogo cultural na cidade e não contava com esses segmentos para a elaboração de propostas.

Um capítulo à parte : o debate sobre orçamento da cultura. No plano de trabalho havia sido decidido que o Conselho debateria o orçamento no dia 4 de agosto de 2004. Para surpresa nossa, vimos nos jornais que o orçamento

havia chegado na Câmara enviado pela secretaria sem a participação do Conselho. A secretaria assumiu a "confusão" e prometeu que o próximo orçamento passaria antes no Conselho. No final de 2004 o orçamento foi debatido nas comissões e no Conselho Geral enquanto chegava na Câmara, enviado diretamente pela Secretaria de Finanças. Já era tarde: o orçamento, com o apoio da Secretaria de Cultura, que também foi atingida pela decisão da prefeita, mais uma vez não passou pelo Conselho e os conselheiros limitaram-se a fazer um protesto formal por escrito. Este talvez tenha sido um dos episódios mais emblemáticos da falta de função do Conselho e que poderia, caso a decisão fosse outra, dar um lugar a ele na cidade. Já que em relação à Lei de Incentivo o Conselho definiu alguns itens das suas regras, em relação ao orçamento poderia incorporar muitas outras propostas como chegou a indicar: ampliação do orçamento do projeto de Valorização das Iniciativas Culturais (VAI), recursos para as artes visuais, recursos para o funcionamento do conselho, livro, etc. Alguns itens foram incorporados pela secretaria a partir do Conselho, mas outras rubricas foram modificadas diretamente pela Secretaria da Fazenda.

Não se pode esquecer do VAI, projeto do vereador Nabil Bonduki sancionado pelo governo. A sua primeira edição aconteceu no ano de 2003 aprovando 67 projetos. O conselho participou da Comissão de Seleção por meio de alguns de seus membros. Apesar da sua pequena participação nesse processo mostrou um dos porquês da existência do Conselho Municipal de Cultura.

Enfim, fazendo-se uma avaliação geral desta experiência, podemos dizer que o Conselho não foi decisivo na implantação e formulação de políticas públicas de cultura na cidade de São Paulo. Teve uma atuação ampla durante a conferência como já disse, mas dialogou pouco com atores e dinâmicas emergentes, sem que conseguisse capilarizar as políticas públicas, ressaltando principalmente algumas iniciativas culturais nos CEUs e a aprovação do Projeto VAI. O conselho também não interferiu na mudança da Lei de Incentivo em vigor desde 1992 e que notoriamente não redistribuiu recursos públicos para a cidade. Não avançou também na sua própria reestruturação o que lhe daria mais vitalidade e possibilidades de inclusão no cenário das políticas públicas da cidade. A sua presença na cidade foi muito pequena, ele perdeu a oportunidade de fazer interfaces com outras políticas públicas, mais especificamente Educação e Esporte, que se somavam nos CEUs. Fica evidente que a presença do Conselho na cidade era mais retórica que real.

E hoje não temos dúvida de que a segmentação do conselho, sem lugar na cidade e apartado de outras políticas, está distante de um novo paradigma de gestão pública da cultura.

Enfim, fazendo-se uma avaliação geral desta experiência, podemos dizer que o Conselho não foi decisivo na implantação e formulação de políticas públicas de cultura na cidade de São Paulo

Fazer o quê? O que fazer?

Longe de mim a interrogação leninista que apagou mais perguntas do que acendeu criatividade ao indagar: o que fazer? Mas a pergunta é oportuna. As experiências estão aí para mostrar que há algo de superado no reino participativo. E voltamos à pergunta original. Para que serve um bom conselho, além

Dessa forma é importante dizer que o conselho, se for um instrumento apenas de governo, está fora dos seus propósitos originais porque deve fazer interface, mediação entre interesses da sociedade e do governo

de aconselhar aqueles que desejam ouvir os rumores e sopros da criação urbana? Penso que antes de tudo um conselho deve servir para construir a esfera pública não estatal, além de

aproximar experiências e visões da sociedade e do governo, num autêntico diálogo intercultural. Dessa forma é importante dizer que o conselho, se for um instrumento apenas de governo, está fora dos seus propósitos originais porque deve fazer interface, mediação entre interesses da sociedade e do governo. Construir a esfera pública significa levar ao limite as tensões que atravessam olhares diversos vistos de lugares diversos, mas voltados para o bem comum. Significa também dar um lugar para a sociedade dentro da

Para se criar uma esfera pública tem-se necessariamente de pensar no sentido da representação, que geralmente não representa nem a si quanto mais a atores de importância na cidade

variada rede de atores que formulam políticas públicas e isso certamente dificulta governabilidades negociadas entre grupos e pessoas que desejam partilhar entre si os negócios políticos, redefine alianças, impõe novas temporalidades

na cultura. Redistribui recursos entre uma pluralidade de atores públicos. Sem dúvida teme-se que a sociedade seja hegemônica por grupos de clientela ou militantes mais preparados e dispostos a dividir o bolo em sua rede de alianças políticas. E isso tem acontecido porque se tem uma visão ainda muito restrita da questão pública e do papel do governo como agente a serviço do público. Para se criar uma esfera pública tem-se necessariamente de pensar no sentido da representação, que geralmente não representa nem a si quanto mais a atores de importância na cidade. Dentro de um conselho devem estar representadas tanto as linguagens artísticas tradicionais como os novos atores e dinâmicas das regiões centrais e dos bairros. Os conselhos existentes

Dentro de um conselho devem estar representadas tanto as linguagens artísticas tradicionais como os novos atores e dinâmicas das regiões centrais e dos bairros

geralmente referem-se a corporações de linguagens e não a dinâmicas vivas, falam principalmente para as artes e desconhecem mais de três quartas partes da cidade. Sem dúvida que na questão da representação é necessário

pensar não apenas no sentido dos grandes coletivos e movimentos sociais, mas também nas redes vitais. As redes vitais são propulsoras e promotoras de mudanças e não se enquadram apenas no campo clássico dos movimentos sociais. Diferenciam-se deles pela horizontalidade, agilidade, mobilidade e capilaridades locais, além de serem mais sensíveis ao jogo democrático

e menos vulneráveis ao poder de grupos estruturados. A própria presença de pessoas notáveis com amplo reconhecimento ético-cultural e independência de pensamento pode levar a um enriquecimento destes conselhos

ainda marcados por uma visão artístico-conselhisto-corporativa e não a serviço da cidadania cultural e do desenvolvimento humano das cidades.

Assim, um conselho deve servir para contribuir na construção de pontos de referência não apenas das políticas culturais específicas mas para se pensar a cidade culturalmente. Convenhamos que são aportes diferentes, um dá conta do específico, pensando numa fatia da cidade e das políticas sociais, e outro dá conta de uma totalidade e da cidade como espaço vital total onde a cultura não é dimensão mas cenário do acontecimento humano.

Dessa forma o Conselho de Cultura deveria estar articulado com outros conselhos e outras políticas e com conselhos da cidade e com presença forte nas conferências das cidades. É uma forma da cultura somar para reinar, em vez da tática política de dividir para reinar, dando um lugar subalterno para debater as artes enquanto a cultura do desenvolvimento humano é levada pelas esferas restritamente políticas e com ética duvidosa. Não há outra saída para a cultura a não ser pensar a cidade como um todo, ligando suas diversas partes numa mudança de paradigmas em que a cultura tem um papel central, integrador e mobilizador.

Um conselho dessa natureza deve servir para partilhar decisões, criar agendas públicas, contribuir para a integração de políticas, capilarizar as políticas públicas em cenários de enraizamento local, circular experiências, debater prioridades. Deve-se tornar um lugar não de domínio do Estado sobre a sociedade, mas de reconhecimento de atores plurais do Estado e da sociedade. O que temos observado na maior parte das experiências, é uma dominância das Secretarias de Cultura e dos secretários que dão a última palavra, que é acatada por medo ou mesmo por subserviência ou para não criar maiores problemas ao apoio do Estado às atividades particulares ou mesmo para a categoria que o conselheiro representa. Enfim, uma relação de clientelismo cultural, muitas vezes invisível, outras vezes risível, implícita ou explícita.

Repensar a complexidade da cultura participativa, seu impacto na qualidade da democracia, na democratização da democracia e no desenvolvimento de novas relações humanizadoras, éticas, redistributivas na cidade torna-se cada vez mais urgente. Sob o manto da participação muitas vezes se esconde uma disputa com o Estado e a migração de decisões para esferas particularistas, grupos de interesse militantes ou corporativos que pretendem apropriar-se do fazer cultural e político.

Assim, um conselho deve servir para contribuir na construção de pontos de referência não apenas das políticas culturais específicas mas para se pensar a cidade culturalmente

Um conselho dessa natureza deve servir para partilhar decisões, criar agendas públicas, contribuir para a integração de políticas, capilarizar as políticas públicas em cenários de enraizamento local, circular experiências, debater prioridades

Temos de criar novos estatutos do processo participativo entendendo que o fundo comum das políticas públicas é a autonomia dos movimentos, fóruns, grupos e redes vitais, pensadas não na ótica da independência, mas na da interdependência posta pela complexidade de um paradigma ecológico. No entanto, essas formas de participar devem estar contextualizadas num cenário mais complexo de participação e não apenas no espaço institucional – participação direta, simbólica, diálogos públicos, conselhos de equipamentos, conversas entre Estado e sociedade, prestação de

Temos de criar novos estatutos do processo participativo entendendo que o fundo comum das políticas públicas é a autonomia dos movimentos, fóruns, grupos e redes vitais, pensadas não na ótica da independência, mas na da interdependência posta pela complexidade de um paradigma ecológico

contas –, devem estar conectados com os processos participativos institucionais. É bom também lembrar que a desobediência civil é um componente importante do processo participativo, que qualifica a intervenção pública em cenários de radicalização ou amadurecimento democrático. Retomá-la é fundamental para a afirmação de direitos e mesmo para a construção de paradigmas da diversidade e da cultura da paz.

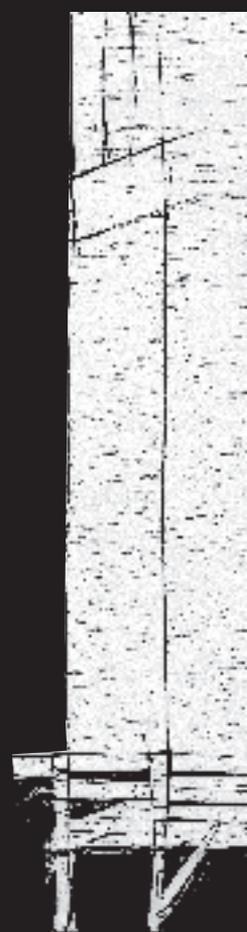
De um outro lado, o cenário poderá ser ainda mais rico se a iniciativa pública de grupos, fóruns, redes e movimentos estiver construindo a partir de um fundo comum das políticas públicas, ou seja, a autonomia. A realidade tem demonstrado uma certa confusão entre Estado e sociedade, desde militantes culturais que ora servem aqui ou ali, a Deus ou ao Diabo, e confundem a sua atuação, até aqueles que se julgam mais legítimos porque foram "promovidos" ao Estado e agora representam "mais" o interesse geral e assim desqualificam os atores da sociedade. Essa confusão tem causado problemas para os movimentos sociais e para o fortalecimento da sociedade. É imprescindível que grupos, movimentos, fóruns, redes vitais assumam a construção de sua agenda mobilizando parceiros, inclusive do Estado, para as suas ações, mas não se submetendo à agenda do Estado e à dependência para a sua organização. Essa atitude poderá fortalecer as dinâmicas participativas, definir melhor os papéis e garantir continuidade organizativa independente das mudanças de governo.

É bom também lembrar que a desobediência civil é um componente importante do processo participativo, que qualifica a intervenção pública em cenários de radicalização ou amadurecimento democrático

Sintetizando, deve-se compreender que os novos rumos dos conselhos devem partir de uma avaliação das novas dinâmicas participativas, dos impasses na construção democrática e da construção de uma nova cultura política que sirva à formação de cidadãos plenos e ao desenvolvimento da vida nas cidades.

Deve-se compreender que os rumos dos conselhos devem partir de uma avaliação das novas dinâmicas participativas, dos impasses na construção democrática e da construção de uma nova cultura política

122





PÓLIS

INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ACESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS

Rua Araújo, 124 - Centro - CEP 01220 020

São Paulo - SP - telefone: 0xx11 3258 6121

fax: 0xx11 3258.3260 - endereço eletrônico:

polis@polis.org.br - página na internet: www.polis.org.br

Coordenadoria Executiva: Jane Casella, José Carlos Vaz (coordenador geral),
Silvio Caccia Bava.

Equipe Técnica: Agnaldo dos Santos, Ana Claudia Teixeira, Anna Luiza Salles Souto, Christiane Costa, Edie Pinheiro, Eduardo Caldas, Fernanda Versolato, Francisco Comaru, Hamilton Faria, Gisela Leonelli, Inácio da Silva, Jane Casella, João Nassif, Jorge Kayano, José Carlos Vaz, Juliana Sicoli, Karina Uzzo, Lizandra Serafim, Maria do Carmo Albuquerque, Maria Elisabeth Grimberg, Mariana Romão, Nelson Saule Jr., Osmar de Paula Leite, Othon Silveira Jr., Patrícia Cardoso, Paula Pollini, Paula Freire Santoro, Paulo Romeiro, Pedro Pontual, Rafael D'Almeida Martins, Renato Cymbalista, Rosângela Paz, Ruth Simão Paulino, Silvio Caccia Bava, Tânia Masseli, Thais Ricardo Chueiri, Tomás Moreira, Veronika Paulics, Vilma Barban, Viviane Nebó.

Equipe Administrativa: Antonio de Amorim Filho, Benedita Alegre de Oliveira, Fabiana da Silva, Gisele Balestra, João Carlos Ignácio, Maria Salete da Silva, Messias Pinto, Patrícia Gaturamo, Rosângela da Silva Gomes, Viviane Chaves, Wilson Alves Souza.

Estagiários: André Kobashi, Auana Lameiras Diniz, Cecília Kayano, Fábio Brandt, Gerson Brandão Jr., Iara Rolnik, Julia Tavares, Luis Eduardo Tavares, Marina Colonelli, Mateus Bertolini de Moraes, Miranda Zoppi, Rodrigo Dantas, Thiago Tadeu da Rocha, Uyrá Lopes.

Colaboradores: Altair José Moreira (assessor da equipe de cultura), Gabriela Lotta e Mariana Mêncio.

Conselho Diretor e Fiscal:

Presidente: Heloísa Helena Canto Nogueira.

Vice-Presidente: Tereza Belda.

Conselheiros: Ana Amélia da Silva, Ana Luiza Salles Souto, Aziz Ab' Saber, Francisco de Oliveira, Hamilton Faria, Heloisa Nogueira, Jane Casella, Jorge Kayano, José Carlos Vaz, Ladislau Dowbor, Marco Antonio de Almeida, Maria Elisabeth Grimberg, Marta Esteves de Almeida Gil, Nelson Saule Jr., Osmar de Paula Leite, Paulo Augusto de Oliveira Itacarambi, Peter Spink, Silvio Caccia Bava, Vera da Silva Telles, Veronika Paulics, Tereza Belda.

O INSTITUTO PÓLIS é uma entidade civil, sem fins lucrativos, apartidária e pluralista fundada em junho de 1987. Seu objetivo é a reflexão sobre o urbano e a intervenção na esfera pública das cidades, contribuindo assim para a radicalização democrática da sociedade, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação dos direitos de cidadania.

Sua linha de publicações visa contribuir para o debate sobre estudos e pesquisas sobre a questão urbana. Volta-se para o subsídio das ações e reflexões de múltiplos atores sociais que hoje produzem e pensam as cidades sob a ótica dos valores democráticos de igualdade, liberdade, justiça social e equilíbrio ecológico. Tem como público os movimentos e entidades populares, ONGs, entidades de defesa dos direitos humanos, meios acadêmicos, centros de estudos e pesquisas urbanas, sindicatos, prefeituras e órgãos formuladores de políticas sociais, parlamentares comprometidos com interesses populares.

A temática das publicações refere-se aos campos de conhecimento que o INSTITUTO PÓLIS definiu como prioritários em sua atuação:

Desenvolvimento Local e Gestão Municipal – democratização da gestão, descentralização política, reforma urbana, experiências de poder local, políticas públicas, estudos comparados de gestão, indicadores sociais.

Democratização do Poder Local e Construção da Cidadania – lutas sociais urbanas, conselhos populares, mecanismos juridico-institucionais de participação, direitos de cidadania.

Sustentabilidade, Cultura e Qualidade de Vida – desenvolvimento cultural, políticas culturais, programas de combate à fome, políticas de segurança alimentar, saneamento ambiental, políticas ambientais. Estes campos de conhecimento são trabalhados na dimensão local e apresentam três linhas de trabalho como referencial analítico: a discussão sobre a qualidade de vida, a busca de experiências inovadoras e a formulação de novos paradigmas para a abordagem da questão urbana e local.

Para isso, o INSTITUTO PÓLIS, além das publicações, realiza Seminários, cursos, workshops, debates, vídeos, pesquisas acadêmicas e aplicadas. Possui uma equipe de profissionais habilitados para responder às exigências técnicas e às demandas próprias para a formulação de um projeto democrático e sustentável de gestão pública.

publicações pólis

- 01 Reforma Urbana e o Direito à Cidade (Esgotada)
- 02 Cortiços em São Paulo: o Problema e suas Alternativas (Esgotada)
- 03 Ambiente Urbano e Qualidade de Vida
- 04 Mutirão e Auto-Gestão em São Paulo: uma Experiência de Construção de Casas Populares
- 05 Lages: um jeito de governar
- 06 Prefeitura de Fortaleza: Administração Popular 1986/88
- 07 Moradores de Rua
- 08 Estudos de Gestão: Ronda Alta e São João do Triunfo
- 09 Experiências Inovadoras de Gestão Municipal
- 10 A Cidade faz a sua Constituição
- 11 Estudos de Gestão: Icapuí e Janduís
- 12 Experiências de Gestão Cultural Democrática
- 13 As Reivindicações Populares e a Constituição
- 14 A Participação Popular nos Governos Locais (Esgotada)
- 15 Urbanização de Favelas: Duas Experiências em Construção
- 16 O Futuro das Cidades (Esgotada)
- 17 Projeto Cultural para um Governo Sustentável (Esgotada)
- 18 Santos: O Desafio de Ser Governo
- 19 Revitalização de Centros Urbanos
- 20 Moradia e Cidadania: Um Debate em Movimento
- 21 Como Reconhecer um Bom Governo?
- 22 Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano (Esgotada)
- 23 São Paulo: Conflitos e Negociações na Disputa pela Cidade
- 24 Dicas . Idéias para a Ação Municipal (Esgotada)
- 25 Desenvolvimento Local . Geração de Emprego e Renda
- 26 São Paulo: a Cidade e seu Governo . O olhar do Cidadão
- 27 Políticas Públicas para o Manejo do Solo Urbano: Experiências e Possibilidades
- 28 Cidadania Cultural em São Paulo 1989/92: Leituras de uma Política Pública
- 29 Instrumentos Urbanísticos contra a Exclusão Social
- 30 Programas de Renda Mínima no Brasil: Impactos e Potencialidades
- 31 Coleta Seletiva: Reciclando Materiais, Reciclando Valores (Esgotada)
- 32 Regulação Urbanística e Exclusão Territorial
- 33 Desenvolver-se com Arte
- 34 Orçamento Participativo no ABC: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André
- 35 Jovens: Políticas Públicas . Mercado de Trabalho (Esgotada)
- 36 Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo
- 37 Conselhos Gestores de Políticas Públicas
- 38 Diretrizes para uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- 39 Gênero e Raça nas Políticas Públicas
- 40 Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local

- 41 O Reencantamento do Mundo: Arte e Identidade Cultural na Construção de um Mundo Solidário
- 42 Segurança Alimentar e Inclusão Social : A escola na promoção da saúde infantil
- 43 Fortalecimento da Sociedade Civil em Regiões de Extrema Pobreza
- 44 Controle Social do Orçamento
- 45 Fundos Públicos e Políticas Sociais
- 46 Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local: um olhar sobre a articulação de atores
- 47 Os Sentidos da Democracia e da Participação

outras publicações

Ordenamento Jurídico: Inimigo Declarado ou Aliado Incompreendido?

Alternativas Contra a Fome

Poder Local, Participação Popular e Construção da Cidadania

Para quê Participação Popular nos Governos Locais?

Democratização do Orçamento Público e os Desafios do Legislativo

Os Desafios da Gestão Municipal Democrática

Direito à Cidade e Meio Ambiente

Falas em Torno do Lixo

125 Dicas - Idéias para a Ação Municipal

Guia do Estatuto da Cidade

Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção

Monitoramento e Avaliação do Empoderamento

A Situação dos Direitos Humanos das Comunidades Negras e Tradicionais de Alcântara

La Construcción Democrática desde Abajo en el Cono Sur

O Papel do Estado na Construção Democrática

Cadernos de Proposições para o Século XXI

Série Desafios da Gestão Municipal Democrática

Série Observatório dos Direitos do Cidadão

Cadernos Pólis

Pólis Paper

Direito à Moradia no Brasil

Direito à Moradia em João Pessoa

para adquirir esta e outras publicações do pólis

Procure o Setor de Publicações do Instituto Pólis no telefone 55 11 3258 6121 ramal 256, pelo correio eletrônico: publicacoes@polis.org.br ou visite o sítio na Internet www.polis.org.br.

Essa publicação foi editada em São Paulo,
composta na tipologia Rotis Semi Sans e Impressa
na gráfica Max Print em papel Pólen Soft.



PÓLIS
INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ACESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS



Fôrum Intermunicipal de Cultura - FIC